



VOZES JOVENS

Um Olhar das Organizações e Movimentos
de Juventude sobre o Brasil do Século XXI



BRANCO



Banco Mundial



Banco Mundial
Brasil

Presidente: James D. Wolfensohn

Vice-Presidente Regional: David de Ferranti

Diretor de País: Vinod Thomas

Oficial Principal: Antônio Rocha Magalhães

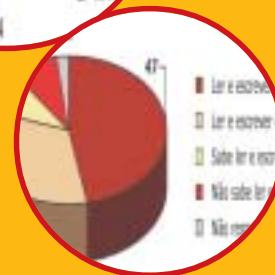
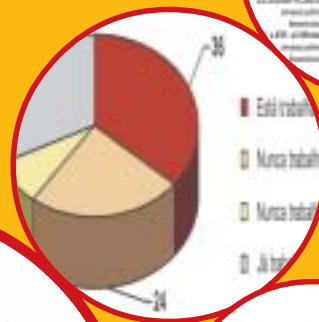
Líder do Setor de Desenvolvimento Humano: Maria Madalena dos Santos

Líder do Setor de Desenvolvimento Socioambiental: Luís Gabriel Azevedo

Especialista em Desenvolvimento Social e Sociedade Civil: Zezé Weiss

Assistente da Equipe de Sociedade Civil: Carla Zardo

www.bancomundial.org.br



“Precisamos reconhecer que a juventude tem um papel a cumprir. Precisamos dar responsabilidade e oportunidade às lideranças jovens para que possam, de fato, ajudar a construir o mundo que desejam”.

James D. Wolfensohn
Presidente do Banco Mundial

FICHA TÉCNICA



Realização: _____ Equipe de Sociedade Civil – Banco Mundial – Brasil
Coordenação: _____ Zezé Weiss
Assistentes de Coordenação: _____ Carla Zardo, Renata Florentino
Produção: _____ Sandra Dantas, Zezé Weiss
Edição: _____ Zezé Weiss
Revisão: _____ Diva Ferreira, Leo Feler, Sandra Dantas, Suely Gehre
Pesquisa _____ Alessandro de Leon, André Videira, Carla Zardo, Renata Florentino

Redação e Sistematização _____ Alessandro de Leon, André Videira, Carlos Alberto Odas, Clovis Henrique Leite de Souza, Eduardo Rombauer Vanden Bosch, Erika Janafna Costa L. Soares, Fabiana Mayume Kuriki, Fabio César Pires Lima, Fábio Deboni, Fabrizia Kring Paliano, Ísis Lima Soares, Jefferson Luiz Damascendo Somma, Paulo Roberto Petri da Silva, Robson Luiz Santos Silva, Soraia Silva de Mello e Renata Florentino.

Textos e Palestras _____ Agnelo Queiróz, Alencar Ferreira, Alessandro Ponce de Leon, Alexandra Selhorst, André Videira, Antônio Rocha Magalhães, Armand Pereira, Azelene Kaingang, Beto Cury, Camila Godinho, Cristovam Buarque, Ernesto Rodriguez, Eva Maria Chiavon, Érika Kokay, Fábio Deboni, Gladys Andrade, Ísis Lima, Jorge Werthein, Josbertini Clementino, Juan Felipe Sanchez, Katherine Bain, Luiz Dulci, Leonardo Jianoti, Luã Gabriel, Luiz Cavalcante, Marcus Fuchs, Maria Bernadete Lopes, Maria Helena Guimarães, Maria Inês Barbosa, Maria Valéria Pena, Marília Pastuk, Marina Macedo, Mariza Soares, Nena Lentini, Oded Grajew, Patrícia Maria, Reginaldo Lopes, Remígio Todeschini, Reinaldo Fernandes, Renata Florentino, Ricardo Young, Rodrigo Abel, Rodrigo Amaral, Ronaldo Garcia, Rudá Ricci, Rui Mesquita, Silvio Caccia Bava, Soraia Mello, Vinod Thomas, Viviane Senna e Zezé Weiss.

Tradução: _____ Milton R. Coelho
Projeto Gráfico e Diagramação: _____ Extrema Comunicação
Fotografias: _____ Débora Amorim
Fotolito, impressão e acabamento: _____ Gráfica Brasil
Local e Data de Impressão: _____ Brasília, Setembro de 2004
Distribuição: _____ Banco Mundial – Brasil
Tiragem desta Edição: _____ 1.000 Exemplares

agradecimento

Às organizações e movimentos de juventude, pela coragem de ousar construir o Vozes Jovens em parceria com o Banco Mundial.

À James D. Wolfensohn, Vinod Thomas e Juan Felipe Sanchez, pelo incentivo à ousadia.

Ao Governo Brasileiro, pelo apoio e participação.

À Escola Superior de Administração Fazendária-ESAF, Agência Americana para o Desenvolvimento-USAID, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO e Organização Internacional do Trabalho-OIT, pela confiança.

À Agência de Notícias dos Direitos da Infância-ANDI, Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude da Câmara dos Deputados, Grupo Interministerial de Juventude, Instituto Ayrton Senna, Instituto Cidadania, Rede de Monitoramento Amiga da Criança e ao Serviço Brasileiro de Assistência à Pequena e Média Empresa-SEBRAE, pelos excelentes trabalhos que subsidiaram, em grande parte, a tomada de decisão pelas lideranças jovens participantes do Vozes Jovens.

A Agnelo Queiróz, Alencar Ferreira, Alessandro Ponce de Leon, Alexandra Selhorst, Ana Drummond, Andréa Guedes, André Videira, Antônio Rocha Magalhães, Armand Pereira, Azelene Kaingang, Beatriz Cunha, Benedito R. de Oliveira Neto, Beto Cury, Camila Godinho, Cristovam Buarque, Elizeu Chaves, Ernesto Rodriguez, Eva Maria Chiavon, Érika Kokay, Fábio Deboni, Gladys Andrade, Ísis Lima, Gloria La Cava, Jorge Werthein, Josbertini Clementino, Juan Felipe Sanchez, Katherine Bain, Luiz Dulci, Leonardo Jianoti, Luã Gabriel, Luiz Cavalcante, Luciana Tannus, Lucila Beato, Marcus Fuchs, Maria Bernadete Lopes, Maria Helena Guimarães, Maria Inês Barbosa, Maria Valéria Pena, Marília Pastuk, Marina Macedo, Mariza Soares, Mauro Azeredo, Nena Lentini, Oded Grajew, Patrícia Maria, Paulo Vannuchi, Reginaldo Lopes, Remígio Todeschini, Reinaldo Fernandes, Renata Florentino, Ricardo Young, Rodrigo Abel, Rodrigo Amaral, Ronaldo Garcia, Rudá Ricci, Rui Mesquita, Sílvia Caccia Bava, Soraia Mello, Vinod Thomas, Viviane Senna, Viviana Mangiaterra e Wendy Cunninhan, pelo saber compartilhado em palestras, textos, sonhos e idéias.

A Alessandro de Leon, Andréia Amaral, André Videira, Carla Zardo, Carlos Alberto Odas, Clovis Henrique Leite de Souza, Cláudia Cunha, Danilo Parmegiani, Eduardo Rombauer Vanden Bosch, Egydio Guerra, Erika Janaína Costa L. Soares, Fabiana Mayume Kuriki, Fabio César Pires Lima, Fábio Deboni, Fabrizia Kring Paliano, Geralda Magela, Humberto de Jesus, Ísis Lima Soares, Jefferson Luiz Damascendo Somma, Jorgemar Radaelli, Marco Aurélio G. Lemos, Mariza Soares, Paulo Roberto Petri da Silva, Penildon Filho, Priscila Silva, Robson Luiz Santos Silva, Renata Florentino, Rodrigo Dalmasso, Sandra Dantas, Socorro Aquino, Soraia Silva de Mello, Thais Pena, Uênia Pereira e Wellington Braga, pelo jeito simples e eficiente de fazer o Vozes Jovens acontecer.



Zezé Weiss
Coordenadora do Vozes Jovens

ORGANIZAÇÃO



Banco Mundial

APOIOS



Esta publicação foi produzida pela Equipe de Sociedade Civil do Banco Mundial no Brasil, em colaboração com expressivas lideranças das organizações e movimentos de juventude brasileiros, com recursos do Fundo Social do Presidente do Banco Mundial, James D. Wolfensohn e do orçamento do Banco no Brasil.

Os dados, interpretações, julgamentos, conclusões e propostas aqui apresentadas são de responsabilidade de seus autores, ou resultam da construção coletiva do Vozes Jovens, razão porque não refletem, necessariamente, a opinião do Banco Mundial.

Esta publicação consolida os resultados do Encontro Vozes Jovens – Um Olhar das Organizações e Movimentos de Juventude sobre o Brasil do Século XXI, realizado por um grupo de jovens líderes com o apoio do Banco Mundial e a colaboração da ESAF, UNESCO, OIT e USAID.

Cópia eletrônica desta publicação encontra-se disponível na página do Banco Mundial : www.bancomundial.org.br.

Cópias impressas podem ser solicitadas a:

PIC – Banco Mundial - Setor Comercial Norte, Quadra A, Edifício Corporate Financial Center, 6º Andar

70.712-900 – Brasília – Distrito Federal - Brasil

Telefone: 55 61- 329-1001

Fax: 55 61 –329-1010



índice

Juventude e Políticas Públicas	11
Luiz Dulci	
Juventude e Banco Mundial	15
Vinod Thomas	
Juventude e Inclusão Social	17
Juan Felipe Sánchez	
Juventude e Empoderamento	19
Ernesto Rodriguez	
Da Construção Participativa do Vozes Jovens	22
Alessandro de Leon e Renata Florentino	
Guia para Participante	29
Jovens participantes e Entidades	32
Vozes Jovens Avaliação	37
Educação e Diversidade	39
Direitos Humanos: Raça, Etnia e Gênero	43
Cidadania e Solidariedade	49
Combate à Exclusão	55



Comunicação	61
Empreendedorismo	67
Empregabilidade	73
Cultura, Esporte e Lazer	77
Meio Ambiente	81
Competitividade Global e Responsabilidade Social	87
Violência e Criminalidade	91
Rede e Desenvolvimento Local	95
Bibliografia	101
ANEXOS:	
Agenda 21 - Capítulo 25	103
Carta de Braga	107
Estratégia de Dakar	113
Agenda Jovem	123



juventude e políticas públicas

Luiz Dulci

Há 10, 15 anos seria impossível fazer, no Brasil, um evento do tipo do Vozes Jovens, porque não havia uma organização juvenil à altura, independente, disseminada por este País. Se hoje é possível, é porque os jovens brasileiros se organizaram a partir daquelas organizações clássicas, que são importantíssimas, decisivas, que têm um papel mais geral em defesa da democracia, dos direitos humanos, dos interesses das classes populares, como a União Nacional dos Estudantes-UNE e seus Diretórios Centrais de Estudantes-DCEs.

Além dessas entidades, ao longo desses anos todos se constituiu no Brasil um vasto tecido de organizações de jovens relacionadas aos direitos das mulheres, de combate ao racismo, de questões de orientação sexual, de direitos indígenas e de defesa de outros jovens em várias áreas, como esporte, trabalho e também de outros direitos subjetivos.

Isso fez com que, ao longo do tempo, a administração pública se interessasse mais por essas questões, e também com que as organizações nacionais e internacionais que atuam no Brasil fossem, aos poucos, se dedicando mais às questões juvenis, porque os próprios movimentos dos jovens, de maneira mais ou menos explícita, mais ou



Ministro Luiz Dulci em discurso proferido na Cerimônia de Abertura do Encontro Vozes Jovens, na Escola Superior de Administração Fazendária - ESAB, em 24 de maio de 2004

menos formalizada, mais ou menos doutrinária, acabaram pautando essa questão.

Questão que eu chamaria da singularidade dos temas juvenis, pois, de uma forma ou de outra, a administração pública brasileira já tratava da questão dos jovens há décadas, mas antes não tratava reconhecendo a singularidade da questão juvenil, tratava no âmbito das demais questões.

Dessa maneira, determinadas políticas acabavam tendo como sujeito também os jovens - políticas de assistência social, políticas esportivas, políticas voltadas

"O Presidente Lula formou um Grupo Interministerial constituído por 18 ministérios do nosso Governo, que têm programas com ações voltadas para a juventude, com o objetivo exatamente de fazermos um diagnóstico do trabalho que o Governo já realiza e avaliarmos as condições necessárias para darmos um salto de qualidade."

para a questão do trabalho, do emprego - mas que deveriam partir do reconhecimento de que existe uma questão exclusivamente juvenil.

Atualmente, a administração pública brasileira já reconhece que todos esses movimentos de jovens de diferentes partidos ou de organismos não partidários, de igrejas, cidades, enfim, de tantas instituições, acabaram fazendo com que no Brasil de hoje já se firme essa singularidade, já se tenha a convicção de que não se trata apenas de fazer mais

políticas para jovens, mas de ter uma política pública global, articulada, que dê conta dos diferentes anseios da juventude.

Todos nós sabemos que a juventude também não é homogênea, nem do ponto de vista de classe social, nem do ponto de vista de faixa etária, de região do país. As regiões são muito diferentes, felizmente, e então a juventude também é muito plural, o que é bom.

Há 10, 15 anos havia muitas atividades feitas para jovens, mas poucas entidades autônomas, independentes, dirigidas por jovens, lideradas por jovens, constituídas por jovens. Eu diria que foi um processo análogo ao da luta feminista no Brasil, que há 20 anos também foi de uma atitude muito heróica, pois eram poucas as entidades que buscavam mudanças, enfrentando preconceitos, enfrentando incompreensões conceituais.

Quando o Presidente Lula assumiu e nos convocou, nós verificamos que havia muitos programas, de diferentes ministérios, voltados para a juventude. Na verdade, são 40 programas voltados para a juventude nos ministérios, alguns específicos, outros gerais, mas

todos procurando de alguma forma atender, atingir, e beneficiar a juventude. Esses programas são muito bons, funcionam bem; alguns são novos, criados neste Governo; outros eram programas que já existiam; nós os aperfeiçoamos e eles foram mantidos, postergados os obstáculos.

Na área da cultura, por exemplo, há programas muito interessantes que visam não só assegurar o acesso dos jovens à produção cultural, ao direito de assistir a um filme, uma peça de teatro, ou a ouvir uma boa música. Não só o direito de assistir, mas também o direito de produzir, de criar, porque nós todos sabemos que a juventude é criativa, e que a arte é uma linguagem tão criativa e tão vigorosa quanto a linguagem, por exemplo, da militância política e, às vezes, mais capaz de traduzir o que vai pela alma das pessoas.

Há muitos programas bons, mas o Governo Federal não tem uma política articulada, global, para a juventude. Podemos ter 40 programas, podendo estes até ser ampliados para 45, 50, e esses programas têm, cada um deles, muitas ações práticas, mas é inconcebível que o Governo não tenha uma política propriamente dita, digna, apesar do esforço enorme de gente dedicada, dos diferentes ministérios, que acredita na causa da juventude.

Um governo de mudanças como o nosso, que veio para mudar, e vai mudar o País ao longo de quatro anos, de acordo com o programa de reformas institucionais, que é o nosso programa, tem a obrigação de identificar o que há de bom e consolidar, e o dever de reconhecer também as nossas limitações e procurar superá-las. As esquerdas têm que partir, antes de mais nada, da verdade, trabalhar com um diagnóstico verdadeiro, inclusive com as limitações eventuais do próprio Governo.

Por essa razão, o Presidente Lula formou um Grupo Interministerial constituído por 18 ministérios do nosso Governo, que têm programas com ações voltadas para



a juventude, com o objetivo exatamente de fazermos um diagnóstico do trabalho que o Governo já realiza e avaliarmos as condições necessárias para darmos um salto de qualidade.

Nós somos ciosos daquilo que o Governo já faz – faz muita coisa boa – e queremos conservar o que está feito, mas estamos cientes também de que, para darmos esse salto de qualidade, precisamos passar a ter uma política pública global e articulada.

Só para dar um exemplo: às vezes temos um programa numa área que trabalha com uma noção de juventude, com uma faixa etária de 14 a 22 anos, e em outro ministério do nosso mesmo Governo, temos um programa que trabalha com jovens de 16 a 24 anos. A própria delimitação do que seria a juventude como sujeito da ação do Governo varia de ministério para ministério. E não varia, evidentemente, por má-fé, varia porque ainda não estamos trabalhando de maneira integrada.

Nós temos, por exemplo, diferentes programas voltados para a questão do trabalho, para gerar oportunidades de trabalho para a juventude. Esses programas muitas vezes não dialogam entre si. Às vezes, há um ministério executando um bom programa voltado para gerar ocupação e oportunidade de emprego e de renda para o jovem, e outros ministérios com programas também com o mesmo objetivo. Todos são programas sérios, executados com muito empenho moral, empenho político e administrativo, mas um ministério não sabe que o outro está fazendo um trabalho com idêntico propósito.

Temos interlocução com dezenas de entidades lideradas por jovens, entidades de apoio ao trabalho dos jovens e às suas lutas. Mas sabemos de redes que já estão constituídas e que fazem a interlocução com alguns programas, sem que seus resultados sejam aproveitados por outras iniciativas do Governo. Embora a intenção seja ótima, e o engajamento de cada

ministério seja o melhor possível, isso acaba gerando *irracionaisidade*, sobreposição, duplicação de esforços, e muitas vezes dispêndio desnecessário de energia.

Então, o que o Presidente Lula nos determinou é que fizéssemos um diagnóstico – que já está feito, já foi concluído e acertado – de todos os programas e ações que existem, em termos estatísticos, no Governo Federal, para integrá-los.

Agora, nós do Governo, estamos trabalhando na segunda etapa, que é a do diálogo com todas as entidades juvenis e entidades interessadas na questão juvenil existentes no País, sem dúvida com as organizações internacionais que atuam no Brasil, que têm dado uma contribuição muito grande, como o Banco Mundial, a Unesco, a USAID, a OIT e outras instituições das Nações Unidas ou não, sobretudo aproveitando aquilo que a juventude brasileira já produziu.

O Governo Brasileiro valoriza muito o que está sendo feito, mas sem achar que tudo é perfeito. O Governo sabe que precisa dar um salto de qualidade para fazer com que o Brasil tenha uma política pública de juventude federal — tanto quanto possível articulada com políticas públicas estaduais e municipais — que dê conta, globalmente, daquilo que nós estamos chamando de a singularidade da questão juvenil, nos seus diferentes aspectos.

Para fazer isso, precisamos do apoio da sociedade, pois não faria sentido o Governo consolidar uma política pública partindo apenas da sua própria experiência enquanto Governo, sem colocar essa experiência em

“É impossível uma administração pública, hoje em dia, no Brasil, não tratar da questão da juventude. Se fizer isso, estará discordando de uma forte mobilização social, inclusive, e é um tema que hoje não é exclusivamente dos jovens, porque ele se incorporou à pauta de qualquer projeto nacional de desenvolvimento no Brasil.”



diálogo com o saber acumulado pelas instituições juvenis e pelas instituições que estudam com seriedade, com afinco, há muitos anos, há várias décadas, a questão juvenil.

É impossível uma administração pública, hoje em dia, no Brasil, não tratar da questão da juventude. Se fizer isso, estará discordando de uma forte mobilização social, inclusive, e é um tema que hoje não é exclusivamente dos jovens, porque ele se incorporou à pauta de qualquer projeto nacional de desenvolvimento no Brasil.

O Governo Federal passará a ter, muito brevemente, dentro desse processo governamental e não-governamental, uma política articulada, global, para as questões de juventude. Isto não significa que os programas saíam dos ministérios. Não faz nenhum sentido que o Programa 2º Tempo deixe de ser executado e dirigido pelo Ministério dos Esportes, ou que o Programa Primeiro Emprego deixe de ser executado e dirigido pelo Ministério do Trabalho.

A nossa idéia é que haja uma integração, uma articulação, uma racionalização, para que os programas que já existem, e os novos que venham a ser criados sejam articulados previamente, sejam monitorados coletivamente ao longo do processo. E que dialoguem entre si, para que uns fortaleçam os outros, e todos se fortaleçam mutuamente. Para que a política de juventude seja uma política de Governo, uma política de Estado, independente de onde, administrativamente e politicamente, os projetos sejam executados. Isso vai implicar, com certeza, em algum tipo de mecanismo institucional coordenador.

Um evento como o Vozes Jovens não vale apenas pela contribuição que dará ao Governo e aos seus diferentes ministérios, mas vale também por consolidar

a organização independente da sociedade civil. São duas coisas diferentes, com as quais as organizações da sociedade civil podem e devem contribuir, sobretudo no caso de um Governo como o nosso, que é democrático, popular, transformador. Mas a organização independente dos jovens, a sua vocação não é se exaurir nas políticas federais, nas políticas governamentais.

É fundamental que a sociedade civil permaneça com suas organizações independentes durante o nosso Governo e perante os futuros governos. Então, um evento como o Vozes Jovens tem sempre uma dupla face, que é consolidar a experiência autônoma da sociedade civil, fortalecendo o seu trabalho, e ao mesmo tempo dialogar com o Estado na elaboração de políticas públicas.

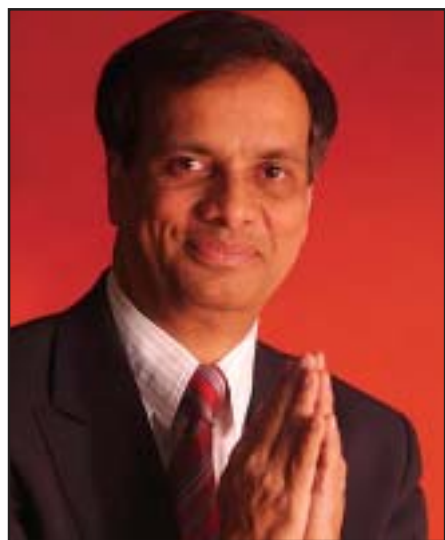
Em breve, o Grupo Interministerial apresentará ao presidente Lula uma proposta global de uma nova política pública de juventude, e o presidente tem consciência de que não poderá lançar uma política achando que está esgotada a etapa de elaboração. Vamos lançá-la e vamos cotejar permanentemente a política com a reflexão e a prática da própria sociedade brasileira, cientes que estamos de que a nossa tarefa é coordenadora, integradora, racionalizadora.

Sabemos que todos os ministérios que têm interface com a questão da juventude estão também muito atentos para as necessidades urgentes de definição dessas políticas públicas que colocarão o jovem brasileiro não apenas como espectador, mas como protagonista da sua história.

Luiz Dulci, Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República



juventude e banco mundial



Vinod Thomas

O Brasil tem motivos de sobra para se orgulhar da sua Juventude. Os rapazes e moças com quem venho me deparando pelas salas e corredores do Banco Mundial, especialmente durante este último ano, mostram o lado bonito de uma geração comprometida em fazer do Brasil um país mais justo, sustentável e competitivo.

Para o Banco, conviver com a presença de jovens líderes tem sido um grande aprendizado. Constatamos a inovadora capacidade de setores expressivos da juventude brasileira de buscar espaços para se inserir, de forma madura e responsável, nos processos de tomada de decisão sobre ações estratégicas que possam impactar a qualidade da política pública no Brasil.

O momento é especialmente propício para a abordagem do tema Juventude na política pública brasileira. Passamos por um período no qual as questões de juventude e desenvolvimento são inseparáveis. Os jovens do Brasil, como em diversos outros países do mundo, encaram o dobro da taxa de desemprego da população em geral, têm a maior taxa de pobreza, e encontram-se mais vulneráveis à criminalidade, sendo o crime a maior causa de morte entre jovens.

Aprendemos, nos diversos projetos implementados com o apoio do Banco Mundial no Brasil e no mundo, que a inclusão das comunidades e populações beneficiadas nos processos de decisão propicia melhores resultados. O mesmo aplica-se aos jovens.

Aprendemos, sobretudo, a ver com bons olhos a arejada perspectiva da juventude, que possa ajudar o



Banco a aperfeiçoar suas políticas para melhor atender as necessidades de desenvolvimento brasileiras. Esse novo olhar chamou a atenção do Banco para a importância de ampliar nossos canais de diálogo social, de investir mais na produção e disseminação do conhecimento e de incorporar os temas que preocupam, envolvem ou entusiasma a juventude brasileira em nosso programa de trabalho para o Brasil.

Um resultado concreto dessa nova visão encontra-se na Estratégia de Assistência ao País-CAS para o período 2004-2007. Embora compartilhássemos com a juventude a preocupação com a desigualdade social que afeta, principalmente, os mais de 20 milhões de jovens que vivem em famílias com renda per capita mensal de até um salário mínimo – muitos deles sem acesso à educação e ao emprego – foi a partir da participação organizada de jovens nas consultas preparatórias do CAS (julho-outubro de 2003) que o Banco incluiu, pela primeira vez, o tema Juventude no CAS do Brasil.

A confiança estabelecida durante a experiência de preparação do CAS permitiu, nos meses seguintes (novembro 2003 – maio 2004), que um grupo de jovens pudesse organizar, com o apoio do Banco e mediante sua equipe de desenvolvimento social e sociedade civil, o Encontro Vozes Jovens – Um Olhar das Organizações

e Movimentos de Juventude sobre o Brasil do Século XXI. Aqui, uma vez mais, a sensação do Banco foi a de estar passando por um grande aprendizado.

As dezenas de moças e rapazes que se debruçaram sobre os grandes temas brasileiros para produzir a metodologia e a programação do Vozes Jovens foram capazes de construir uma agenda com temas tão complexos como Educação e Diversidade, Direitos Humanos – Raça, Etnia, Gênero e Ações Afirmativas, Cidadania, Inclusão Social, Trabalho, Empreendedorismo, Cultura, Esporte, Lazer, Meio Ambiente, Qualidade de Vida, Competitividade e, dentre outros, temas inovadores como a da participação das redes sociais, da responsabilidade social e da interação das atuações global e local para geração de desenvolvimento.

A soma das muitas experiências e esperanças expressadas pelo vasto mosaico da juventude brasileira presente nas diferentes etapas de preparação, realização e avaliação do Vozes Jovens encontram-se aqui reproduzidas neste livro. Dessa forma, o Banco Mundial espera estar colocando em prática um pouco do muito que vem aprendendo com a juventude brasileira.

Vinod Thomas, Diretor do Banco Mundial para o Brasil



juventude e inclusão social



Juan Felipe Sanchez

Algumas pessoas poderiam se perguntar: Por que uma política específica de juventude? Por que o Banco, tendo tanta experiência acumulada nas áreas da infância e da adolescência, volta-se agora com tanto entusiasmo para a temática da juventude?

A resposta encontra-se nos dados recentes que analisamos sobre jovens: O mundo tem hoje,

proporcionalmente, mais jovens do que em toda a história da humanidade.

São 1 bilhão de jovens, se considerarmos apenas a faixa etária dos 14 aos 24 anos. Incluídas as crianças e adolescentes, a população infanto-juvenil passa para 3 bilhões de pessoas, ou seja, o mesmo que a população total do planeta em 1960. Indo nesse ritmo, segundo a USAID, nos próximos 100 anos metade da população do planeta será constituída por jovens.

Trabalhar com a maior parcela da população da Terra faz, portanto, muito sentido. Quer queiramos ou não, o tamanho e a proporção desse grupo demográfico produz grandes impactos na vida atual dos povos da Terra. A majoritária presença da juventude na maioria das sociedades modernas traz implicações para a economia, a cultura, o meio ambiente e para a segurança da vida no planeta.

Outra razão para se trabalhar com jovens diz respeito ao custo-benefício dos programas voltados para a juventude. Estudos mostram que investir em jovens é uma das formas mais eficazes de produzir bons resultados para as gerações futuras. No meu país, a Colômbia, por exemplo, investir na educação de jovens universitários significa assegurar a esses jovens a chance de ter uma renda de 25 a 30% maior depois de formados. Para esses jovens, a chance de se inserir no mercado formal de trabalho é muito maior.



Trabalhar com jovens cumpre, por outro lado, a missão do Banco de combater a pobreza e a exclusão social. Do 1 bilhão de jovens no mundo, cerca de 25%, aproximadamente 238 milhões de jovens, estão abaixo da linha de pobreza. Ou seja, vivem com menos de US\$ 1 por dia. Essa situação é particularmente crítica nos nossos países da América Latina e do Caribe.

Brasil e México são, infelizmente, campeões da desigualdade social entre jovens. O desemprego juvenil nesses dois países é duas vezes maior do que a média mundial. Estudos mostram que a falta de emprego e renda, de acesso à educação formal, à saúde, ao esporte, ao lazer e à cultura debilitam o tecido social dos povos e das nações modernas. Os países se tornam mais vulneráveis à violência e ao conflito social quando não cuidam bem da sua juventude.

Há, porém, razões para se ter esperança. No Brasil, por exemplo, sociedade e Governo vêm demonstrando um importante compromisso com a juventude do País. Enquanto o Governo trabalha para a construção de uma política específica e integrada de juventude, conforme a apresentação do Ministro Luiz Dulci, os movimentos e organizações de juventude se mobilizam, constroem propostas, formam alianças e apresentam plataformas com soluções práticas e criativas para dar resposta aos desafios que enfrentam. Estar aqui, neste Encontro de Vozes Jovens, nos dá a certeza de que algo muito importante está acontecendo no Brasil.

Essa parceria inédita dos setores organizados da juventude brasileira com o Banco Mundial, para tratar de uma ação pontual – a construção de propostas concretas para empoderar cada vez mais os movimentos e organizações de juventude – resultou, de imediato, na inclusão do tema Juventude na Estratégia do Banco para o Brasil. A pergunta subsequente deste Encontro e das nossas ações futuras seria então: Em que mais pode o Banco contribuir?

O Banco Mundial espera poder contribuir mais com

o Governo e as juventudes brasileiras no sentido de facilitar a troca de experiências, colocando à disposição de ambos o conhecimento que acumulou ao longo dos tempos; de disponibilizar recursos financeiros para o financiamento de programas de juventude, sempre e quando sejam de interesse dos governos e das sociedades; e de fomentar a produção e disseminação do conhecimento sobre assuntos de interesse da juventude.

Esse é um desafio que poderá gerar excelentes respostas para muitos problemas ainda sem solução no Brasil, na América Latina e no mundo. Uma participação mais efetiva da juventude poderá, com certeza, contribuir para o cumprimento das Metas do Milênio, gerar uma maior inserção da juventude nos principais programas de governo, em todos os níveis – nacional, subnacional e local – e, com relação ao Banco, incorporar uma visão mais integrada de apoio aos programas de juventude.

Demos, com essa pequena iniciativa de apoio ao Vozes Jovens, um evento construído e coordenado por lideranças jovens, o passo inicial para trazer, no Brasil, a questão da juventude, para o centro da mesa de debates sobre inclusão e desenvolvimento social. Abrimos, com alegria, mais um espaço importante de diálogo do Banco com a Sociedade Civil. Incluímos a juventude na Estratégia do Banco para o País. Estamos identificando e buscando apoiar as principais iniciativas relacionadas a políticas de Juventude no Brasil.

O engajamento das lideranças jovens brasileiras com o Vozes Jovens faz crescer nossa convicção da importância da juventude para o fortalecimento do processo de desenvolvimento que o Brasil vive hoje. O Vozes Jovens renova, portanto, nossa confiança de que, no Brasil, jovem é solução.

Juan Felipe Sanchez, Especialista Sênior em Infância e Juventude, Banco Mundial - Washington



juventude e empoderamento



Ernesto Rodríguez

Na maior parte dos governos da América Latina, os jovens são considerados – e o são em boa medida em quase todas as partes – simplesmente um grupo de risco, vulnerável, que está em certas condições sociais precárias, que têm de ser assistidos por alguns programas específicos para que melhore suas condições de vida.

Em nenhum momento se considera que os jovens possam ser atores, na presença do desenvolvimento.

Em alguns casos, se avança em termos de perspectivas e enfoques metodológicos e se considera a idéia de que os jovens não são só um grupo de risco, são sujeitos de fato. Isso ajuda na lógica do trabalho com crianças e adolescentes, e melhora muito a perspectiva anterior porque ao menos impede o assistencialismo que predomina muito nos programas públicos, mas seguem considerando os jovens só como receptores de políticas, salvo em alguns campos. Em outros casos, predomina a idéia de que o jovem tem direito a ter acesso a um conjunto de serviços e que o importante é que ele vá trabalhar para cumprir com o exercício desses direitos a partir das políticas públicas.

O enfoque pretende superar as práticas que temos desenvolvido há muito tempo no nosso país, inclusive, quando se olha o PPA aqui no Brasil, e se analisa, também, a quantidade de investimento, o orçamento, no exercício de governo. Algumas dessas práticas predominam no contexto de um governo progressista favorável a mudanças profundas na sociedade, mas o que se nota é que a maior parte das ofertas que há para jovens, definidas e financiadas, tem a ver com a consideração dos jovens como um grupo de risco e, no seu conjunto, são ações muito concentradas em educação ou no desenvolvimento de programas



vinculados ao controle social, para não dizer, programas vinculados a menores infratores.

Isso quando nos referimos a programas específicos, digamos, quando analisamos os impactos que o conjunto de políticas públicas, o conjunto de investimentos de recursos têm nos jovens. Isso explica as mudanças, porém os mais preponderantes, os mais relevantes, são os específicos, porque é onde está a maior quantidade de recursos. Evidentemente, isso contrasta, com o discurso, no melhor sentido da palavra, que muitas vezes têm os próprios governos e a maior parte dos atores, de participar desses processos, que insistem muito na necessidade de construir cidadania, por exemplo, com os jovens, ou de trabalhar muito na inserção desses jovens, socialmente e no mercado de trabalho. Porém, nos deparamos, às vezes, com o fato de que essas áreas ou não estão devidamente priorizadas no plano de desenvolvimento global de governo ou têm inserção muito baixa.

Podemos encontrar uma explicação fazendo um paralelo entre as políticas vinculadas à mulher e as políticas vinculadas à juventude e descobrimos que, em muitos feitos, na maior parte dos países da América Latina, estas duas dinâmicas de política pública começaram a ter uma certa força e certa presença pública, mais ou menos ao mesmo tempo, no final dos anos setenta e início dos anos oitenta. Trinta anos depois, vemos que a situação das mulheres continua tendo enormes diferenças, desigualdades, etc. A situação melhorou com relação há 30 anos e isso não ocorre com os jovens. Temos encontrado uma explicação básica vinculada ao fato de que as políticas das mulheres foram impulsionadas por movimentos de mulheres muito ativos, o que não ocorreu tanto no campo dos jovens. E seu êxito foi explicado porque, em boa medida, a condição social do jovem é uma condição, por definição, passageira, é uma condição social transitória. Todos deixamos de ser jovens, então, isso contribui para que a preocupação central com os jovens seja diferente de

outros setores sociais organizados. As mulheres, os trabalhadores, os camponeses lutam por temas muito concretos, vinculados à sua vida cotidiana, e o fazem em termos corporativos.

Os jovens não atuam com perspectiva corporativa, não realizam ações vinculadas com a defesa estrita de suas carências; estão mais preocupados em construir um mundo melhor para se viver do que melhorar suas condições de vida, passageira por definição. Parece ser um ponto de vista pouco consistente, mas foi a única explicação que encontramos para avaliar, durante muito tempo, em muitos diversos governos, em vários contextos nacionais e locais, o fato de que as políticas públicas avançam, de que os jovens, organizados, foram protagonistas de muitos processos relevantes na América Latina, porém não foram de reivindicações específicas da maneira como foram outros atores; foram protagonistas centrais de processos vinculados à democracia, à defesa dos valores humanos, mas não com potência específica.

Aqui há uma diferença importante que eu gostaria de comentar. Por que priorizar os jovens? Eu diria que os jovens são atores estratégicos do desenvolvimento. Por um lado, eles são um grupo numericamente muito importante. E, em termos demográficos, estamos em presença da maior geração jovem de toda a história demográfica do nosso planeta, sobretudo em um país como o Brasil. Já não nasce, como há 50 anos, um contingente de crianças que obrigava a centrarem-se muitas políticas vinculadas à infância. Ainda não temos na sociedade uma quantidade expressiva de adultos maiores, (na perspectiva para 2030, 2040, 2050), para os quais se preparou os sistemas de previdência social. Isso vai até, aproximadamente, 2010, 2012, especialmente em países como o Brasil, depois começa a decair e começa o aumento das populações adultas.

Isto é, portanto, um argumento numérico para atender mais e melhor as gerações jovens. É a melhor



relação que temos entre população ativa e passiva, entendendo como população passiva os mais velhos e as crianças, que não participam da dinâmica cotidiana do mercado de trabalho.

O segundo processo fortifica a importância relevante dos jovens como atores estratégicos do desenvolvimento, é o que podemos chamar de construção da sociedade de conhecimento. O século XX se caracterizou por sociedades que remetiam a si mesmas, com condições mais ou menos similares, o que permitia prever, de forma factível, o que poderia ocorrer nos 10, 15 anos seguintes. Portanto, gerava contas com boa capacidade de previsão. Isto já existe, foi a única coisa permanente que há nesse caso, e tem a ver com a abertura das economias.

Hoje, o conhecimento é um atributo fundamental, mas passa é ligado ao jovem, que tem muito mais capacidade para lidar com a informação, com a comunicação, com a tendência a deslocar-se regularmente e permanentemente em uma parte de sua vida, e isso dá à geração jovem uma relevância que nunca teve em termos de desenvolvimento em seu país. Portanto, a política pública deveria poder trabalhar muito mais e melhor na promoção do jovem como ator estratégico do desenvolvimento.

Isso pode ser feito de muitas maneiras: promovendo programas grandes de voluntariado juvenil, ou desenvolvendo elementos para trabalhos de atividade coletiva, quer dizer, deixando nas mãos dos jovens a implantação de grandes políticas públicas, não somente pensando em melhorar os serviços aos quais os jovens têm acesso, como educação, saúde, emprego, recreação, esportes, etc, mas também dando a volta e dizendo como eles podem colaborar com o desenvolvimento, como podem ser atores centrais de campanhas de combate à pobreza, de valorização, de saúde preventiva, etc. E, de fato, muitos que participam são jovens, mas só que nunca se identificam

grupalmente como tal. Então, é preciso ter uma proposta mais sistemática de como trabalhar com os jovens sob o ponto de vista de considerá-los como atores do desenvolvimento.

Além disso, se melhoraria muito a própria questão do desenvolvimento de políticas públicas, porque está demonstrado que o jovem pode ser muito melhor do que o adulto em muitos aspectos. Poderíamos comentar muito mais esse tipo de experiência, inclusive, pois há muitos exemplos de como essas coisas funcionam, e muito bem, em muitos países da América Latina.

Para que tudo isso funcione, faltam sistemas institucionais e minha impressão é a de que esses sistemas institucionais estão em construção em quase todas as partes, inclusive aqui no Brasil. A outra idéia é que essa secretaria especial ou esse ministério que se pode criar tenha, muito claro, os tipos de funções que vai cumprir e os tipos de funções que não vai cumprir. Essas experiências na América Latina demonstram que aqueles ministérios da juventude que tentaram executar políticas públicas concretamente fracassaram. O mais atual exemplo é a República Dominicana. Ao contrário, outros ministérios de juventude que estão concentrando funções de atividade criativa, de animação, de articulação, de promoção, de valorização, porém não de execução, tiveram êxitos e talvez a experiência mais relevante seja a do Chile, que obteve sucesso nesse sentido.

Temos de ter consciência de que, para que os jovens possam ter um protagonismo importante nessas políticas públicas, eles têm que se “empoderar” intensamente, para saber como fazer as coisas, para poder discutir adequadamente com quem toma decisões, em que tipo de assunto, porque senão a batalha estará perdida antes de começar.


Ernesto Rodríguez
Centro Latinoamericano de Juventude — CELAJU



da construção participativa do vozes jovens

Alessandro Ponce de Leon
Renata Florentino

1. INTRODUÇÃO



O grande diferencial do Vozes Jovens – Um Olhar das Organizações e Movimentos de Juventude sobre o Brasil do Século XXI, talvez tenha sido a constatação de que esse não foi apenas mais um dos muitos eventos tradicionalmente organizados para atender a agenda de um organismo internacional. Na verdade, o Vozes Jovens foi o resultado de um processo que, embora inicialmente impulsionado pelo Banco Mundial, foi totalmente apropriado e co-dirigido por expressivas lideranças de diversos movimentos e organizações de juventude do Brasil.

A estratégia para realização do Vozes envolveu três workshops e dezenas de reuniões para a troca de idéias e informação sobre as principais questões de interesse da juventude neste início de milênio. Do ponto de vista do Banco Mundial, essas consultas serviriam, a princípio, para incluir a inédita contribuição da juventude brasileira no processo de elaboração da Estratégia do Banco Mundial para o País – CAS (2004-2007). Para as lideranças jovens, o objetivo era influenciar o Banco Mundial para incluir a temática de juventude como linha específica no seu plano de ação para o Brasil.

Jovens lideranças assumiram esse desafio com tanta responsabilidade que esse envolvimento resultou na realização do Vozes Jovens, como um encontro de troca de conhecimento e experiências, visando a formulação de políticas públicas inclusivas sob a perspectiva da juventude. O empreendimento de uma prática política diferenciada, democrática e participativa foi o norte constante em todas as ações ao se preparar o Vozes Jovens.

As metas iniciais de reconhecimento mútuo, de respeito às diferenças e à diversidade e de participação autônoma efetiva, foram alcançadas junto com outras importantes conquistas do projeto, como o aumento da confiança entre os atores sociais, através do encontro, reencontro e realização de pequenos pactos, com a construção participativa compartilhada do próprio evento e com a busca da concertação de pontos estratégicos entre os participantes desse processo.

As juventudes partidárias, religiosas, comunitárias e organizações não-governamentais desempenharam um papel crucial para a realização do Vozes. Sem o pacto inicial de convivência desses jovens atores políticos, não teríamos as condições necessárias para exercitar uma prática política diferenciada, baseada na tolerância e respeito às diferenças.

O conceito de capital social ou de cooperação, ou ainda de indivíduos e redes aptos a interagir de forma sustentável com o seu meio, serviu como base conceitual para o desenho da estratégia do Vozes Jovens, tendo o desenvolvimento social, ambiental, econômico e humano da juventude como objetivo maior das ações desenvolvidas.

Embora não pretendamos visualizar aqui uma conceitualização precisa de capital social, podemos chamar a atenção para o fato de que o Vozes permitiu às lideranças jovens traçar estratégias de desenvolvimento levando em conta a juventude como variável de construção social. Ou melhor, o Vozes Jovens permitiu a atuação das organizações de juventude, levando em conta a geração de capital social entre as organizações e entre estas e outras instituições da sociedade civil.

Nesse sentido, podemos concluir que o Vozes Jovens foi, antes de tudo, uma experiência concreta de vivência política. Uma construção coletiva de um espaço para o debate aberto, para a livre expressão de idéias, para o diálogo fraterno e para o compartilhar do conhecimento. Para a análise dos temas centrais que afetam a vida da nossa juventude. E para a aposta no sonho de se fazer do Brasil, de fato, um País de todos. E de todas. De todas as regiões. De todas as raças. De todos os gêneros. De todas as crenças. De todas as cores. De todos os sonhos. De todas as juventudes.

Por essas razões, com intuito de aumentar a conectividade, a co-responsabilidade e a confiança dos jovens atores sociais, se adotou uma metodologia de construção coletiva para o desenvolvimento de todo o processo de construção do Vozes Jovens.

2. O CAS COMO PONTO DE PARTIDA

Para a elaboração da sua Estratégia de Assistência¹ ao País-CAS (2004-2007), o Banco Mundial adotou uma abordagem participativa, realizando consultas não

só com o Governo, mas também com os principais setores organizados da Sociedade Civil brasileira.

Durante esse processo, realizado no segundo semestre de 2003, buscou-se realçar as iniciativas do Governo Brasileiro, aumentando a transparência, o entendimento do público e a participação da cidadania brasileira na construção das políticas públicas do País.

Para tanto, foram consultadas lideranças dos movimentos e redes sociais, das organizações não-governamentais, dos grupos empresariais, dos sindicatos e da comunidade acadêmica. E, neste CAS, pela primeira vez na história do Banco Mundial no Brasil, foram realizadas consultas específicas com os segmentos organizados dos movimentos e organizações de juventude.

No caso da juventude, o modelo tradicional de consultas do Banco Mundial transformou-se em um processo participatório, que resultou na inclusão do tema juventude no CAS e, um pouco depois, na realização do encontro Vozes Jovens, com a participação de mais de 100 organizações e movimentos de juventude, representando o vasto mosaico de sonhos e inquietudes de importantes segmentos da juventude brasileira.



3. AS CONSULTAS COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DE CAPACIDADES

As lideranças participantes do Vozes Jovens concluíram que os espaços de diálogo construídos coletivamente a partir das Consultas do CAS serviram para o desenvolvimento de capacidades dos jovens atores sociais, que puderam resolver suas disputas de modo sustentável para forjar, assim, os consensos e as concertações necessárias para o desenvolvimento das políticas públicas de juventude.

O processo de apropriação do Vozes Jovens por parte da juventude mostrou aos próprios jovens que o investimento na parceria das organizações de juventude com o Estado, o setor privado e/ou os organismos

internacionais, quando voltado para um objetivo comum, pode fomentar uma nova cultura de diálogo entre os setores organizados da juventude brasileira e seus parceiros.

A condução do processo de produção do conhecimento dentro dos parâmetros de respeito à diversidade, à liberdade de pensamento e de expressão, e ao direito de discordar inclusive da política do Banco, contribuiu para a formação de capacidades entre os jovens, que se fortaleceram individual e institucionalmente, preparando-se assim para produzir efetivas contribuições para o desenho de uma Governança Inclusiva – com a participação da juventude – no Brasil.

A seguir, detalhamos o conhecimento adquirido e apropriado pelas jovens lideranças no processo das consultas realizadas e/ou facilitadas pelo Banco Mundial:



CONSULTA I - 9 de julho de 2003: Reconhecimento dos Participantes Enquanto Atores Políticos e Chuva de Idéias

Foi no ano de 2003 que o Brasil iniciou, de fato, a construção da sua política nacional de juventude. O chamado do Banco Mundial – neste mesmo ano – para a discussão do CAS em consonância com o PPA encontrou as organizações e movimentos de juventude em estado de ebulição intelectual.

O espaço democrático de discussão aberto pelo Banco na primeira Consulta, onde o Diretor do Banco no Brasil, Vinod Thomas, explicou, a uma atenta platéia de cerca de 25 jovens lideranças, a estrutura do Banco, sua história no Brasil, sua carteira de projetos e sua intenção de produzir um CAS consoante com a estratégia de desenvolvimento do Governo Federal, despertou no grupo um sentimento inicial, ainda que limitado, de confiança. A franca discussão que se seguiu produziu a chuva de idéias depois transformada em pontos mencionados pelo Banco em seu CAS.

vozes jovens espaço de diálogo e concertação social

Jorge Wertheim

Começo parabenizando o Banco Mundial por esta nova iniciativa que ele empreende, sobre a juventude, com a juventude, para a juventude. Isso mostra como tem chegado fortemente ao Banco Mundial, nos últimos anos, uma temática como esta, e a preocupação que o Banco tem e a forma como promove esses tipos de fóruns que nos permitem escutar os jovens, escutar os adultos falarem dos jovens, escutar os jovens falarem para os adultos.

Tendo em vista os últimos sete anos, pelo menos, noto o crescimento desses espaços de diálogo nos quais é possível trabalhar uma temática que se tornou fundamental, e eu estou profundamente feliz que hoje no Brasil esse tema da juventude seja definido, finalmente, como uma grande prioridade para uma política pública. Para uma política pública destinada a jovens entre 15 e 24 anos, como define as Nações Unidas, que são em torno de 34 milhões no Brasil.



O compromisso do Diretor do Banco de incluir os pontos principais levantados pelas lideranças jovens no CAS, dentre estes a visão de que a educação, a assistência às empresas e aos negócios iniciados por jovens, e os programas comunitários são essenciais para reduzir a violência - razão maior de preocupação entre a juventude, assim como o entendimento da importância do desenho de programas que incorporem o fortalecimento da auto-estima, dos valores éticos, morais e de respeito aos direitos humanos, do incentivo à criatividade, ao idealismo, e do estímulo às idéias inovadoras dos jovens brasileiros, permitiram a construção de uma plataforma básica de consenso para a continuidade do diálogo entre jovens e o Banco Mundial.

A constatação, nos meses seguintes, da inclusão dos pontos consensuados no documento oficial do CAS criaram as condições objetivas para a continuidade do diálogo e da colaboração entre Juventude e Banco Mundial.

CONSULTA II - 17 de fevereiro de 2004: Construção Coletiva dos Eixos de Trabalho através de Metodologia Participativa.

Esta consulta começou com uma apresentação dos mais relevantes temas de juventude por reconhecidas lideranças nacionais. Reginaldo Lopes, Presidente da Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude da Câmara dos Deputados apresentou a Conferência Nacional de Juventude, realizada em Brasília meses depois com a presença de mais de 2000 jovens. Rodrigo Abel, Assessor da Secretaria Geral da Presidência República introduziu os trabalhos do Grupo Interministerial de Juventude. E, pela Sociedade Civil, Carlos Odas, do Instituto Cidadania, trouxe para a mesa o Projeto Juventude.

As apresentações foram seguidas por várias horas de trabalho em grupo, sob a facilitação de Alessandro

Ponce de Leon e Carla Zardo, que utilizaram como ferramenta metodológica de construção o DAFO (Debilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades), adaptado.

Partindo de um tema central – o papel das organizações de juventude, foram discutidos os pontos fracos e pontos fortes (internos e externos) do movimento juvenil brasileiro.

Na discussão inicial foram discutidas as principais formas de atuação (papeis possíveis) a serem desenvolvidos pelos movimentos de juventude, determinando as três referenciais orientadores do trabalho:

1. Criação de oportunidades - ex: implementando ações de empreendedorismo e empregabilidade.
2. Exercer a cidadania de forma plena – repensar valores.
3. Ser sujeito legítimo de mudança.

A seguir, foram identificados os **Pontos Fracos** dos movimentos e organizações de juventude:

Grupo1:

- Falta de engajamento cívico (crise de valores)
- Falta de ação do Estado
- Ausência de formação específica para as organizações, de “agendas mínimas” e de visão estratégica

Grupo2:

- Falta de cultura democrática
- Falta de integração e articulação

Grupo3:

- Falta de possibilidades para assumir seu papel protagonista
- Modelo Político, Econômico e Cultural impostos



- Falta de organização e de perspectiva de mudança concreta

Depois, foram consensuados os **Pontos Fortes** do movimento juvenil brasileiro:

Grupo1:

- Avanço da democracia
- Possibilidades de parcerias com setor público, organizações nacionais e internacionais

Grupo2:

- Temática mobilizadora
- Anseio de Transformação
- Novo contexto político nacional e internacional

Grupo3:

- Respeito à diversidade
- Ambiente favorável para a construção de agenda pública e privada para as políticas de juventude
- “T” (tesão) da juventude

Após uma primeira etapa, os participantes chegaram à definição de **três eixos prioritários**, considerados estratégicos:

EIXO I: Participação Democrática

- Exercício da Cidadania
- Democracia como valor
- Respeito à diversidade

EIXO II: Mobilização Social:

- Política Pública de Juventude - Ambiente favorável
- Ausência de formação específica para a construção de agendas mínimas e visão estratégica



Estamos falando que, de 34 milhões de jovens, quase 30% estão estudando e quase 30% estão só trabalhando. Há, ainda, uns 7 milhões de jovens de 15 a 24 anos que estão fora da escola e fora do mercado de trabalho, jovens que não têm nem presente nem futuro. Estamos falando de um contingente de juventude que é maior que a população da Argentina, que é o dobro de uma população assim como a do Uruguai, ou seja, uma quantidade de jovens que está marginalizada, e é inaceitável que a sociedade aprove, aceite, uma situação de marginalização tão grande.

Nesses últimos sete anos o Brasil fez muitos esforços e, juntamente com as organizações parceiras desse processo - a OIT, a USAID, a Unesco, e algumas que não estão - definimos como prioridade tentar entender a juventude e tentar reproduzir diagnósticos que permitissem socializar essa importante massa de informação que se tornará disponível para poder forçar, no bom sentido da palavra, as autoridades públicas e a sociedade civil a compreenderem, e ao mesmo tempo responder, o que os jovens estão colocando.

É muito grande a quantidade de pesquisas dos últimos anos, inclusive, recentemente, a Unesco lançou o Relatório de Desenvolvimento Juvenil, uma publicação que permite focalizar a situação da juventude no Brasil. Creio que tudo isso



- Temática integradora e mobilizadora de potencialidades

EIXO III: Juventude como protagonista na construção de um projeto de País:

- Fator “T”, ou seja, o tesão da juventude
- Anseio de transformação
- Forte potencial de articulação das organizações de juventude

CONSULTA III - 13 de abril de 2004: A Decisão de se Fazer o Encontro Vozes Jovens

As reuniões de jovens com o Banco continuaram em abril de 2004, quando foi definida a realização do Encontro Vozes Jovens, para o qual coube à juventude definir a temática, o programa, a metodologia e a lista de palestrantes. Também coube aos jovens, por sua própria iniciativa, a construção coletiva dos textos de referência para subsidiar os debates.

Primeiro, esta construção foi feita virtualmente, por meio de “impulsionadores” para cada temática, o que agregou a participação dos e das jovens nos Grupos de Trabalho antes mesmo da semana do evento. Além disso, a própria participação dos jovens nos grupos de trabalho foi uma escolha de cada organização no ato de inscrição.

4. O ENCONTRO VOZES JOVENS COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DIÁLOGO SOCIAL

O Vozes Jovens foi realizado em Brasília, de 24 a 26 e maio de 2004, com a participação de mais de 100 organizações e movimentos de juventude. Durante o encontro, esses jovens puderam dialogar entre si ou com organizações que trabalham com jovens - e vislumbrar espaços para a ação conjunta.

O Encontro contou com a participação de jovens de todas as regiões do País, com seu perfil plural refletindo as áreas de atuação na juventude. Uma das intenções era colocar o ambiente juvenil em ritmo de concertação. Uma outra era fazer com que a diversidade não só fosse aceita, mas trabalhada como importante fator de diálogo para a construção de uma plataforma comum.

A coordenação coletiva do Encontro decidiu fazê-lo voltado não somente aos governos e aos organismos internacionais, mas também às próprias juventudes, participantes ou não do encontro. Mais que uma mensagem “para fora”, foi uma construção “para dentro” do movimento juvenil, visando à construção de um espaço próprio de reflexão para as muitas juventudes brasileiras.

As várias tarefas de organização foram assumidas pelas lideranças jovens que se apropriaram do espaço. Nos dias do encontro, o acalorado trabalho nos Grupos Temáticos – GTs foi facilitado por jovens militantes das mais diversas áreas de atuação: militância partidária, religiosa, minorias, gênero, quilombolas, indígenas, ou ongueiros de causas diversas. Jovens facilitadores, profissionais ou com vocação descoberta no encontro, organizaram o espaço de debate e criação em grupos temáticos, que se responsabilizaram pela geração de 10 propostas cada um. Essas propostas foram registradas por um relator/a escolhido/a pelo próprio grupo, e encontram-se agora documentadas neste livro.

O espaço foi apropriado de tal forma pelas organizações de juventude que estas se articularam para a formação de uma rede independente e autônoma, a Rede Nacional de Organizações de Juventude – RENAJU (redenacionaldejuventude@grupos.com.br), para continuar o intercâmbio iniciado no Vozes Jovens. O diálogo e a construção da *Proposição de Brasília*,



aprovada por consenso durante o encontro, só foi possível graças ao exercício efetivo de diálogo e de participação social.

Alessandro Ponce de Leon, Máster Em Estudos Políticos Aplicados pela Fundação Internacional e para Iberoamerica de Administração Pública. Consultor em Projetos Relacionados com o desenvolvimento das Políticas Públicas de Juventude. Co-Coordenador do Vozes Jovens.

Renata Florentino, Dirigente da ONG Interagir e Co-Coordenadora do Vozes Jovens.

¹Os programas do Banco Mundial em cada país-membro são regidos pelas Estratégias de Assistência ao País-CAS (Country Assistance Strategy). O CAS do Brasil para 2004-2007 foi apresentada ao Conselho de Diretores do Banco Mundial em outubro de 2003. Pela primeira vez na história do Banco no Brasil se aprovou um CAS incluindo o desenvolvimento sustentável como eixo e a questão da juventude como linha de ação.



veio permitir que, pela primeira vez se tentasse neste país, definir uma política pública para esse segmento da população brasileira e acho que este é um encontro que se inscreve dentro desse esforço que o Governo está fazendo para discutir, escutar e finalmente formular essa política pública que estamos esperando e que daqui a pouco teremos em mãos.

Quero parabenizar o Ministro Luís Dulci e dizer o quanto estou contente que ele esteja encabeçando esse processo, que é uma prova de que há uma decisão política fundamental para definir uma política de caráter público. Quero, também, salientar que estão acontecendo importantes iniciativas que vão confluir para essa política pública, seja por meio de um programa como o do Primeiro Emprego para a juventude, seja pelo do Programa 2º Tempo, do Ministério do Esporte e do Ministério da Educação, de abertura de escolas nos fins de semana para ceder seus espaços para que os jovens possam usufruir eventos culturais e de lazer. Enfim, são iniciativas importantes que finalmente estamos tendo e que são dirigidas à juventude.

**Jorge Werthein, Diretor da Unesco no Brasil.
Discurso proferido na Cerimônia de
Abertura do Vozes Jovens**

guia para participantes *

1) O Banco Mundial

O Banco Mundial é a maior fonte mundial de assistência para o desenvolvimento, e seus investimentos no Brasil somam 0,4% do PIB. O Banco usa recursos financeiros, pessoal altamente treinado e ampla base de conhecimentos para ajudar países em desenvolvimento, focando em crescimento estável, sustentável e justo. O objetivo principal é ajudar as pessoas e os países mais pobres. Surgiu no pós-guerra buscando combater a pobreza nos países europeus. A instituição é formada por cinco organizações: O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), a Corporação Financeira Internacional (IFC), a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) e o Centro Internacional para Acerto de Disputas de Investimento (CIADI)

2) O Encontro Vozes Jovens

Encontro criado e realizado por organizações de juventude que tomaram a frente do processo, o Vozes Jovens contará com a presença de mais de 100 organizações e movimentos de juventude das mais diversas origens e bases de todo Brasil, que estarão reunidos, tendo a oportunidade de dialogar, estabelecer relações com pessoas interessantes,

compartilhar anseios e desejos e também visualizar espaços para ação. Palco para a elaboração de propostas, tem como foco atingir não só o Governo ou organismos internacionais, mas a própria juventude. Além do Banco Mundial, envolve a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, a Agência Americana para o Desenvolvimento – USAID e a Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF, como parceiras dessa empreitada.

3) Você

Participar de um encontro nacional como representante de uma organização de juventude é um privilégio. Lembre-se que você está num lugar almejado por várias outras pessoas e que você conquistou com muito trabalho. É importante estar consciente de que essa é uma oportunidade imperdível, não podendo ser desperdiçada de maneira alguma. Para exercer essa função, deve-se ter muitas responsabilidades. Os jovens da sua organização e do seu convívio dependem de você para obter informações sobre a reunião. Haverá também outros jovens no Encontro esperando que você atue como fonte de informações sobre sua área e também como um parceiro em potencial para futuras ações.



4) Você no Vozes Jovens

Por que estou neste encontro? O mais provável é que você tenha metas específicas e resultados que deseje ver materializados. Tenha em mente essas razões fundamentais que justifiquem sua presença num encontro nacional.

Quem são os jovens ao meu redor? São seus parceiros, conterrâneos, cidadãos do mundo e em geral pessoas inteligentes e bem preparadas. Não cabe dúvida que sempre haverá certas figuras nesse ambiente, mas lembre-se de que as pessoas ao seu redor estão aqui porque, assim como você, se importam com as mesmas causas.

Por que eu estou participando disso? As respostas variam de pessoa para pessoa. Como jovem, você tem um papel único de transição, repassando o conhecimento e habilidades aos jovens que estão começando a atuar. E quando chegar o momento de sair da categoria de juventude, poderá atuar como aliado, levando adiante a preocupação pela participação da juventude.

5) O Vozes Jovens em miúdos:

Impulsionador(a): É o participante que se envolveu na etapa anterior ao encontro, colocando os participantes dos Grupos Temáticos em contato uns com os outros, iniciando previamente a discussão dos temas. Ajudará também a fomentar discussões nos ambientes informais do evento, não apenas nos GTs.

Grupo Temático: É o espaço para se discutir idéias e construir as propostas do Encontro, identificando dificuldades e oportunidades, desenvolvendo e priorizando proposta referentes ao tema debatido.

Facilitador(a): É peça-chave para o bom andamento das discussões dentro e fora dos Grupos Temáticos. É a pessoa que cuida para que cada etapa

do debate seja desenvolvida da maneira mais participativa e concertada possível, buscando harmonizar objetivos comuns.

Relator: Será escolhido pelo Grupo no início das atividades. É a pessoa responsável por conduzir a apresentação das propostas nas plenárias e sistematizar o registro do debate, em conjunto com o Facilitador.

Plenária: Quando todos os membros do Encontro se reúnem para se inteirar do que foi debatido nos GTs e contribuir com o debate. Todos os GTs irão apresentar sua propostas, enquanto os jovens inscrevem seus destaques para debater após as apresentações. Teremos duas plenárias, uma para cada eixo: Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Econômico e Sócioambiental. A plenária conta com um coordenador dos trabalhos de mesa, um secretário auxiliar e a equipe de facilitadores, para fazer a ponte entre a mesa e os participantes.

Comitê de Sistematização das Propostas dos GTs: Subgrupo montado a partir dos 12 GTs para cuidar da organização e redação das propostas desenvolvidas. É responsável pelo sucesso das atividades deste comitê, pois daí se visualizará a capacidade de criação e inovação das juventudes no encontro. Relatores, Facilitadores e Impulsionadores trabalharão em equipe nessa etapa.

Carta de Proposições: Fruto das propostas surgidas nos GTs, onde colocaremos de forma estratificada as prioridades propostas pelas juventudes.

*** Este Guia foi produzido a partir de trechos adaptados de: “Navegando por reuniones Internacionales”- ONU/ Canadá, para facilitar o processo de construção coletiva e de participação das lideranças no Vozes Jovens. O Guia foi distribuído aos e às participantes com no mínimo uma semana de antecedência, à medida em que as lideranças se inscreviam via Internet para o Encontro.**



carta de Brasília*

Representantes de organizações e movimentos de juventude do Brasil participaram do evento Vozes Jovens, realizado em Brasília, Distrito Federal, entre os dias 24 e 26 de maio de 2004.

O encontro foi referenciado na Agenda 21 Global (1992), no Plano de Ação de Braga para a Juventude (1998), na Estratégia de Dakar para o Empoderamento da Juventude (2001) e na Agenda Jovem – 2002 (Rio de Janeiro).

O Vozes Jovens, organizado pelo Banco Mundial, conduzido por organizações e movimentos de juventude com o apoio da Organização Internacional do Trabalho - OIT, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID e a Escola Superior de Administração Fazendária -ESAF, contou com a participação de mais de 100 organizações e movimentos de juventude das mais diversas regiões do Brasil, representando a riqueza da pluralidade e da diversidade deste País.

Estruturado em dois eixos norteadores, Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Econômico Sócioambiental, o evento contou com painéis e mesas redondas com especialistas e autoridades de diversos segmentos, que impulsionaram as discussões, além de 12 grupos de trabalho que objetivaram formular e priorizar propostas de ações estratégicas em parceria

com governos, organismos multilaterais, juventudes, grupos historicamente excluídos, movimentos sociais e sociedade civil organizada.

Os grupos debateram sobre Educação e Diversidade; Direitos Humanos: Raça, Etnia, Gênero e Ações Afirmativas; Formação para o Exercício a Cidadania; Combate à Exclusão em suas diversas manifestações; Criminalidade e Violência; Fomento às Políticas e Redes Locais de Organizações de juventude; Geração de Trabalho e Renda: Empreendedorismo e Empregabilidade; Comunicação e Socialização do Conhecimento; Cultura, Esporte e Lazer; Meio Ambiente, Vida Saudável e Eco-Negócios nas Áreas Urbanas e Rurais e Competitividade Global e Atuação Local com Responsabilidade Social.

Com base nos trabalhos destes grupos foram realizadas plenárias deliberativas para aprovar as propostas geradas, a partir de um amplo consenso entre as juventudes de diversos partidos políticos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Texto introdutório do documento de proposições produzido e aprovado por aclamação na plenária final do Vozes Jovens, em 26 de maio de 2004. As propostas específicas de cada um dos 12 Grupos Temáticos compõem o núcleo central deste Livro.



jovens participantes e lista de entidades

Participantes:

Alessandra Ferreira Selhorst	Confederação Nacional de Jovens Empresários - CONAJE
Alexandre Marinho da Silva	Quilombo Eldorado
Alison Domingos	Juventude Progressista - JPP
Amanuá Seus Kamayurá	Alto Xingu
Anderson Gleison E. da Costa	Programa para o futuro
André Luiz Monteiro	Nova Inteligência
André Noblat	Educação em Foco
André Videira	Instituto Negócios da Juventude do Brasil - INJ
Anne Michelle B. Vieira	Confederação Brasileira de Desporto Universitário
Antonia Francinéia S. da Silva	Oficina Escola de Lutheria da Amazonia
Antonio Dantas	Juventude da Força Sindical
Arlete Magalhães Leão	Consórcio Social da Juventude — Brasília
Benedito R. de Oliveira Neto	Clube Jovens Empresários do DF
Bernard Batista de Brito	Consórcio da Juventude do RJ
Breno Almeida Fernandes	Movimento Future
Camila Argôlo Godinho	Conselho PNUMA Jovem/ Grupo Interagir
Carolina Lopes	União dos Escoteiros do Brasil
Carolina Mesquita P. Padilha	WCF Brasil
Daniel Vaz Freire	Opção Brasil
Daniela Indianara dos S. Silva	Núcleo Rotação de São Paulo/St
Danilo Parmegiani	Legião Brasileira da Boa Vontade
Danuse Silva de Queiroz	Fundação Athos Bulcão
Denildo Rodrigues	Quilombo Eldorado
Doreni Isaías Caramori Jr.	Conselho de Jovens Empresários de Joinvile
Edson Padilha	Fundação Estadual de Cidadania
Egydio Guerra	Terra da Sabedoria
Ibiana Kuriki	Aracati - Agência de Mobilização Social



Fabiano Machado ----- Instituto Brasileiro de Juventude - IBJ
Fábio Pena ----- Saúde e Alegria
Fernanda Colares Brandão ----- Instituto Estudos Socioambientais do Amapá
Fernanda S. de Oliveira ----- Rede Global de Ação Juvenil
Flávia Souza do Nascimento ----- Grupo Atitude
Francisco Josué F. da Silva ----- Juventude Socialista Brasileira - JPSB
Gilmar Dias ----- Sertá
Gilson Scharnik ----- IIDAC
Giovani Miguez da Silva ----- Conselho do Conjove – Jovens Empresários
Hugo Almeida de Souza ----- CDIPE
Humberto de Jesus ----- Juventude do PT
Ilana dos Anjos ----- Instituto Aliança com o Adolescente
Ionara Talita P. da Silva ----- Fundação Athos Bulcão
Isis Lima Soares ----- Projeto Cala-Boca já morreu
Ivete de Azevedo Belém ----- Agência UGA-UGA de Comunicação
Jeniffer R. de Souza Cruz ----- Camará
João Batista Pereira Neto ----- Apôitchá
João Jeronimo da Silva ----- Irmandade do Rosário de Sta
Jocivania Bacelar Brasil ----- CEFT-Centro de Estudos do Trabalho do baixo Amazonas
Josbertini V. Clementino ----- Empreendedores de Sonhos
Katia Sabrina Dudyk ----- Instituto Paulo Freire
Leandro Monteiro ----- Federação Nacional dos Estudantes de Administração
Leonardo Barros Jionoti ----- WBnews Agência de Notícias
Liane Munlenberg ----- IPAM
Luã Gabriel dos Santos ----- Argonautas: Ambientalistas da Amazônia
Luana Batista da Cunha ----- CDL - DF
Luana Silva Costa ----- Humbiumbi - arte, cultura e educação
Lucas Guerrieri Vilas Boas ----- Instituto Juventude do Baixo Sul/Bahia
Luciana Gomes Alves ----- Kwarup - Liderança e Juventude
Luciana Teles Fontes ----- Purangaw
Luciano da Rosa ----- Associação Negro Atividade
Luiz Augusto G. de Almeida ----- Consórcio da Juventude ABC
Luiz Cavalcante ----- Brasil Júnior - Confederação Brasileira de Empresas Juniores
Maiquel de Lima Siqueira ----- Kanindé - Assoc
Manoel Jonhson S. Sousa ----- Movimento Hip-Hop Organizado - MH20
Marcelo Bandiera ----- Comunidade Executiva Global
Márcio Peilke ----- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde-MT





Marco Aurelio G. de Lemos	Centro de Atividades e Estudos Politicos
Marcus Wagner	Instituto Brasileiro de Politicas de Juventude - IBPJ
Maria Márcia R. de Almeida	Comunidade Quilombola - Angico - PE
Maria Marta N. de Oliveira	MOVER
Maria Thereza F. Teixeira	Rede da Juventude Pelo Meio Ambiente
Marília da Silva	Programa para o futuro
Marina Macedo	Academia de Desenvolvimento Social
Mario Augusto Graf Moraes	Associação da Juventude Trabalhista
Mirella Farias Rocha	Instituto Treinar de Educação e Tecnologia
Miriam José da Silveira	Comunidade Quilombola - Morro Alto - RS
Moisés dos Anjos Ataiades	Ministério da Educação
Pablo Rodrigo O. Vogel	União dos Escoteiros do Brasil
Patricia Maria da S. Santos	Juventude Ecumênica da Boa Vontade
Patricia Navaux	CNDL - Jovem
Paula Fernanda da Rocha	Ministério da Educação
Paulo Eduardo Barreto	Instituto Terra Social
Paulo Roberto Petri da Silva	Comissão dos Jovens Advogados - OAB
Pedro Cardoso Aspahan	Associação Imagem Comunitária
Penildon Silva Filho	Oficina da Cidadania
Rafael Oliveira	Escola de Empreendedores das Américas
Raimunda Creuza Ferreira	Grupo TXAI
Rangel Mohedano	Instituto de Energias Renováveis
Reinaldo C. Gomes	Educação em Foco
Renata Florentino	Grupo Interagir
Roberto Carlos Pereira	Forum da Juventude do Recife
Robson Luiz Santos Silva	Escola de Cultura Negra Ba-Ntu (Quilombo)
Robson M. do Nascimento	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico
Rodrigo Amaral	Instituto de Juventude Contemporânea - IJC
Rodrigo Delmasso	Juventude do PSDB
Rogério Medeiros Fernandes	Sindicato Metalúrgicos ABC/CUT
Rogeson de Oliveira Silva	IDER
Ronaldo dos Santos	Associação de Quilombos do Rio de Janeiro
Rozileuza Rodrigues da Silva	Movimento de Mulheres Ribeirinhas do Amazonas
Sandra Rocha Rodrigues	Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil
Sandro Resende Cardoso	Organização Brasileira da Juventude - OBJ

Sara Tarsila do Amaral ----- Rede Jovem de Impulso ao Empreendedorismo
 Selma Dealadina ----- Movimento das Comunidades Remanescentes do Quilombo em São Mateus
 Sérgio Murilo ----- Núcleo Jovem do Tortura Nunca Mais
 Silvano Medeiros dos Santos ----- Movimento de Apoio à Integração Social
 Sonia Soares da Silva ----- Instituto Elo Amigo
 Sueide Oliveira de Jesus ----- Centro de Ref. Integral de Adolescente
 Tiago Leonardo A. Muniz ----- CDI - Enter Jovem
 Tiago Oliveira ----- WBnews Agência de Notícias
 Verônica Maia ----- Fundação Athos Bulcão
 Vladyson da Silva Viana ----- Instituto de Juventude e Esperança
 Walberto Araújo ----- Instituto Idéias
 Weldes B. de Medeiros ----- Instituto Movimento e Ação
 Willmar Cristians Rodrigues ----- Agência Mandalla dhsa
 Mariza Soares ----- Instituto Empreender
 Georgina Correia ----- Educação em Foco
 Luciene Costa ----- Gaia 21
 Priscila Silva ----- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento - IBRAD
 Rita de Cássia Rabello ----- Comissão de Direitos Humanos - Câmara Legislativa do Distrito Federal
 Uênia Pereira ----- Instituto Empreender



Facilitadores:

Carlos Alberto Odas
 Clovis Henrique Leite de Souza
 Eduardo Rombauer Vanden Bosch
 Erika Janaína Costa L. Soares
 Fabiana Mayume Kuriki
 Fabio Cesar Pires Lima
 Fabio Deboni
 Fabrizia Krig Paliano
 Ísis Lima Soares
 Jefferson Luiz Damaceno Sooma
 Paulo Roberto Petri da Silva
 Robson Luiz Santos Silva
 Soraia Silva de Mello

Palestrantes

Agnelo Queiroz ----- Ministro do Esporte
Antônio Rocha Magalhães ----- Oficial Principal do Banco Mundial no Brasil
Beto Cury ----- Subsecretário de Articulação com a Sociedade Civil da Secretaria Geral
Érika Kokay ----- Deputada Distrital, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF
Ernesto Rodriguez ----- Centro Latinoamericano de Juventude CELAJU
Eva Maria Chiavon ----- Secretária Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Gladys Andrade ----- Diretora do Departamento do Trabalho e Emprego de Juventude do MTE
Jorge Werthein ----- Diretor da UNESCO no Brasil
Juan Felipe Sanchez ----- Especialista Sênior em Infância e Juventude do Banco Mundial
Katherine Bain ----- Líder da Equipe de Sociedade Civil do Banco Mundial para América Latina e Caribe
Luiz Dulci ----- Ministro Chefe – Secretaria Geral da Presidência da República
Maria Bernadete Lopes ----- Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, Fundação Cultural Palmares
Maria Inês Barbosa ----- Secretária-Adjunta da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
Maria Valéria Pena ----- Cientista Social Líder, Banco Mundial
Nena Lentini ----- Oficial de Programas USAID
Reginaldo Lopes ----- Deputado Federal, Presidente da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude
Remígio Todeschini ----- Secretário de Políticas Públicas e Emprego, Ministério do Trabalho e Emprego
Reynaldo Fernandes ----- Diretor-Geral, Escola de Administração Fazendária
Rodrigo Abel ----- Assessor Especial Secretaria Geral da Presidência da República
Ronaldo Garcia ----- Secretário-Adjunto do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Zezé Weiss ----- Especialista em Desenvolvimento Social e Sociedade Civil Banco Mundial

Coordenadores:

Alessandro Ponce de Leon
André Videira
Fábio Deboni
Renata Florentino



vozes jovens avaliação

O que começou como um desafio para a organização, a experiência da gestão democrática - que implica compromissos e responsabilidades compartilhados e apropriados por todas as pessoas envolvidas, com interdependência e autonomia - se revelou nessa etapa a grande fortaleza do Vozes Jovens.

Para se monitorar a eficácia das atividades empreendidas em toda essa etapa do Vozes Jovens que culminou com o Encontro de maio, os participantes realizaram avaliação em que, além de assinalar alternativas, puderam expressar suas opiniões e sentimentos acerca do momento político que construíram.

O que começou como um desafio para a organização, a experiência da gestão democrática - que implica compromissos e responsabilidades compartilhados e apropriados por todas as pessoas

envolvidas, com interdependência e autonomia - se revelou nessa etapa a grande fortaleza do Vozes Jovens. Colocando uma gama diversa de vozes jovens no desenvolvimento e execução do projeto, foi possível estabelecer uma experiência concreta de “empoderamento”, fortalecendo as organizações participantes, com o ambiente desenhado para a formação de parcerias, que culminou na formação da Rede Nacional de Juventude.

Outro aspecto abordado foi o desenho participativo que se manteve nos dias do encontro, em especial no Grupos de Trabalho, que com um eficiente método de facilitação, gerido por jovens, abriu espaço para a construção de propostas. Para se construir realmente propostas coerentes com a realidade jovem, a representação de minorias foi percebida como necessária e positiva, mostrando que a diretriz de se criar um espaço para a convivência democrática foi concretizada ao longo do percurso.

Ao se pontuar elementos onde o Vozes Jovens ainda teria de se aperfeiçoar, foi sentida a necessidade e a vontade de que a agenda de trabalho estabelecida no encontro tivesse continuidade, conforme mostra o trecho da carta de proposições, com o qual os jovens encerraram o documento:





impacto, de acordo com as vozes jovens*

“É inegável a importância do Vozes Jovens como um marco e uma referência para a juventude brasileira e mundial. Diante disso, sugere-se que os jovens participantes monitorem e avaliem a divulgação e a implementação das propostas desenvolvidas nos três dias de evento a partir da composição de uma equipe voluntária, plural e protagonista que se responsabilize por fazer este acompanhamento e prepare um documento que deverá ser objeto de análise visando sua continuidade.

Sugere-se que o Vozes Jovens aconteça em ciclo de dois anos, a partir de 2005, sendo o ano ímpar de revisão e avaliação das ações dos governos, dos

organismos multilaterais, da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, em relação às temáticas de relevância para juventude; e o ano par, de criação de novas propostas de ação e proposição de políticas públicas.

As diversas organizações presentes também aprofundaram o debate acerca da construção de uma rede nacional autônoma de organizações de juventude para fortalecer os movimentos de juventude.”

Avaliação consolidada por André Videira

***Trecho da carta de proposições, originalmente intitulado “Desdobramentos do Vozes Jovens”**



educação e
diversidade

educação e diversidade



Entendendo a educação pública como prioridade nacional, e considerando os 51,4% dos e das jovens do Brasil que não freqüentam a escola, dos quais 1,2 milhão são analfabetos, o Grupo Temático de Educação e Diversidade alertou para a emergência de se estabelecer um Pacto de Cooperação Nacional para a Educação, visando a implementação de projetos político-pedagógicos que aproximem a escola da comunidade, motivem seus professores e alunos, e visem a formação crítica do ser humano.

1- Estabelecer um pacto com diversos atores sociais para que a educação seja entendida como prioridade nacional, garantindo assim os recursos necessários para a efetiva consolidação de uma educação pública e de qualidade.

2- Lutar pela erradicação do analfabetismo.

3- Fazer com que, em médio prazo, todas as instituições de ensino públicas sejam centros de referência na e para a comunidade. Para isso, é preciso integrar a comunidade à escola, envolvendo os estudantes com a realidade local, desenvolvendo a cidadania e resgatando valores familiares. Sendo

*Criar, sem pedir licença,
um mundo de liberdade.*

Pedro Tierra

necessária a convocação da comunidade ao debate de construção do projeto comunitário da escola, também envolvendo a diretoria, os professores e os alunos.

4 - Valorizar o corpo docente por meio do mapeamento da qualidade dos professores.

5 - Criar programas para suprir as necessidades detectadas no mapeamento.

6 - Acompanhar avaliação dos professores com a co-participação dos movimentos estudantis, da comunidade e do país; e criar um bônus de desempenho baseado na avaliação.

7 - Fortalecer a formação de capital social, visando o surgimento de modelos inovadores e impactantes, e que os mesmos possam ser democratizados em âmbito nacional.

8 - Criar uma Rede de Proteção Familiar, com alimentação, acesso à instituição de ensino e auxílio social à família, com investimento e acompanhamento do trabalho do Governo e da Rede. Inserir o desenvolvimento pessoal e cidadão no currículo escolar.

9- Proporcionar a cada jovem a construção de uma identidade própria, tornando-o/a um cidadão ou cidadã participativo/a. Trabalhar, com a participação da sociedade civil, temáticas como: identidade, auto-estima, ética, sexualidade, drogas, trabalho, cidadania e comunicação, dentre outras, na rede de ensino público. Incluir o compromisso da inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nas instituições



de ensino por meio da garantia da acessibilidade a todos os espaços das escolas. Criar aulas personalizadas e relacionadas com o cotidiano e peculiaridades regionais, dinâmicas de grupo, valorizando a opinião dos e das jovens, aumentando assim o interesse da comunidade estudantil pela escola.

10- Efetivar a construção participativa do projeto

a promoção da leitura

Cristovam Buarque

Uma característica da pobreza é o baixo nível de leitura, mesmo entre os alfabetizados. As bibliotecas tradicionais são prédios distantes da população, construídos quase sempre dentro das Universidades, a serviço de seus alunos e não das comunidades. Em geral considera-se a arquitetura dos prédios mais importantes do que o acervo de livros. Para promover a leitura, é preciso levar as bibliotecas para perto do povo. Isso pode ser feito por meio das já testadas bibliotecas domésticas, chamadas malas do livro. As malas do livro são conjuntos de poucas centenas de livros colocados em uma casa, que passa a servir de biblioteca para os jovens e crianças da rua em que vivem. Cada mala do livro pode, em geral, atender a um conjunto de 1.000 pessoas, se considerarmos apenas

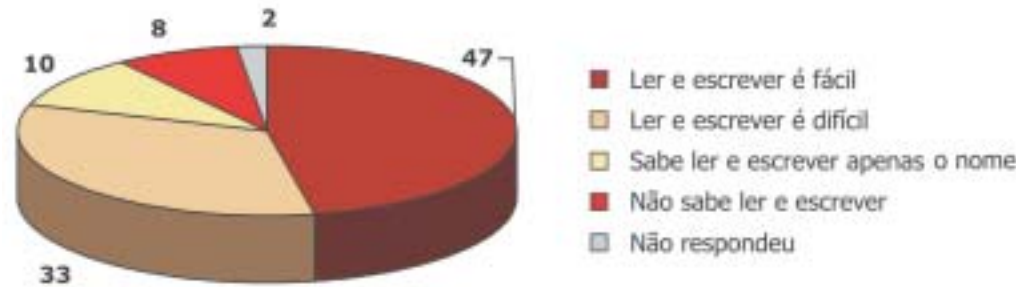
político-pedagógico em cada escola (Currículo significativo, gestão compartilhada). Condicionar o ambiente onde os estudantes possam demonstrar seus ímpetos transformadores afirmando sua identidade pessoal. Identificar, apoiar e disseminar as experiências exitosas da sociedade civil organizada no sistema educacional e na educação não-formal.

a população sem acesso a livros na própria casa. Assumindo uma média de 200 livros por mala do livro, o Brasil precisaria de 20 milhões de livros para atender suas comunidades pobres que ainda não dispõem de Bibliotecas ou outra fonte de acesso à leitura. O custo total desse projeto, se todos os livros tivessem que ser comprados, seria de no máximo R\$ 1,2 bilhão, ou seja, aproximadamente 0,43% da receita nacional. Essa ação traria consequências diretas para a Educação no Brasil. A primeira seria o barateamento do livro, o que acarretaria uma nova dinâmica produtiva nas editoras. A segunda, bem mais importante, seria a divulgação do gosto pela leitura entre toda a população brasileira, especialmente as crianças e os jovens de populações mais pobres.



Cristovam Buarque, Senador da República

Dificuldade em ler e escrever



Fonte: Projeto Juventude. Instituto Cidadania/SEBRAE

educação e diversidade



ação jovem pela educação

Maria Helena Guimarães

No Brasil e no Estado de São Paulo, as transformações sofridas na estrutura demográfica e a vulnerabilidade social de crianças e adolescentes apontam para a necessidade de se reforçarem as estratégias do poder público de atenção aos jovens.

Por essa razão, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, lançou o Projeto Ação Jovem: um esforço para enfrentar as situações de pobreza e

exclusão social de jovens, criando oportunidades para aqueles que não puderam frequentar a escola na idade apropriada.

O Projeto Ação Jovem promove o retorno à escola de jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, moradores de setores com alta concentração de pobreza da Região Metropolitana de São Paulo, para completar a escolaridade básica e, a partir daí, aumentar suas chances de inserção ativa no mundo do trabalho.

A ação se dá a partir de apoio financeiro de R\$ 60,00/mês, via cartão magnético bancário; a garantia de vaga no Sistema Estadual de Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos, além de transporte gratuito na rede estadual. Ações de capacitação profissional são acopladas ao projeto a partir de parcerias com fundações empresariais, entidades de classe, ONGs, outras secretarias estaduais e outras organizações que queiram 'adotar' e ajudar os jovens cadastrados.

A meta de atendimento é de 10 mil jovens em 2004.

Os instrumentos de monitoramento e avaliação desenvolvidos pela Secretaria possibilitarão a expansão do projeto – e sua transformação em programa – de forma criteriosa a partir de 2005.

É desenvolvido pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, coordenado pela Secretaria Maria Helena Guimarães de Castro, em parceria com as secretarias Estaduais da Educação, da Juventude, Esporte e Lazer, dos Transportes Metropolitanos e com outros órgãos estaduais e organizações da sociedade civil.

O Projeto Ação Jovem preocupa-se fundamentalmente em possibilitar a esses jovens os meios para continuar o aprendizado para seu desenvolvimento pessoal e para o efetivo exercício da cidadania.

Maria Helena Guimarães, Secretária Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo

Importância da escola na vida da juventude



Fonte: Projeto Juventude. Instituto Cidadania/SEBRAE



direitos humanos,
raça, etnia e gênero

direitos humanos, raça, etnia e gênero



Entendendo o acesso pleno aos Direitos Humanos como direito de todos e considerando a diversidade de gênero, raça, etnia e classe, o Grupo Temático de Direitos chegou à conclusão de que o Brasil precisa de ações afirmativas que reforcem valores e considerem a questão sócio cultural como norteadora para as ações do Governo e da Sociedade:

1- Criar uma política nacional de comunicação de Direitos Humanos para a juventude, para informar o público na sua diversidade social (negros, índios, mulheres, brancos...) com: comerciais alternativos e comunitários sobre Direitos Humanos na TV e no rádio; materiais didáticos como cartilhas e campanhas nas escolas, em nível nacional; e “a cara” da comunidade.

2- Criar o Balcão da Cidadania e Direitos Humanos para a Juventude como um programa de incentivo à divulgação e implementação das políticas de Direitos Humanos, com foco na discussão sobre a idade penal e a população carcerária.

*Meus olhos arregalados
não piscam pra qualquer um
nem fecham pra qualquer medo*

Marta Medeiros

3- Fortalecer o Programa de Sigilo e Apoio Psicológico para a proteção de pessoas que denunciam crimes raciais, de gênero e de violação dos Direitos Humanos.

4- Criar um órgão fiscalizador da responsabilidade pela exibição de imagens que violem os Direitos Humanos das populações excluídas. O mesmo órgão deverá incentivar as iniciativas que promovam a inclusão dos excluídos nos espaços da grande mídia nacional.

5- Criar e/ou implementar leis e programas que fiscalizem e punam qualquer prática ofensiva às religiões, seitas e quaisquer manifestações religiosas.

6- Criar um programa nacional e internacional de intercâmbio étnico-cultural que também possa abranger as culturas dos diversos estados e cidades de nosso País.

7- Combater a violação cultural dos povos historicamente excluídos, como as diversas nações indígenas e as comunidades quilombolas, e promover o intercâmbio entre as populações tradicionais.

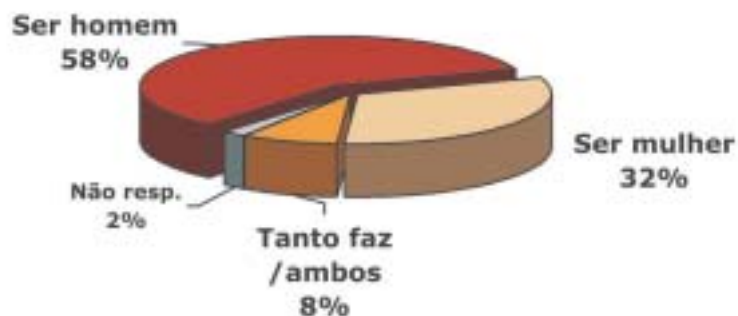
8- Criar e/ou fortalecer um fundo de financiamento de projetos que priorizem a garantia dos Direitos Humanos no seu desenvolvimento, com facilidade de acesso aos recursos. Promover o financiamento de intercâmbio de entidades que

trabalham com a mesma temática dos Direitos Humanos com instituições do exterior.

9- Criar uma campanha ou programa nacional de inclusão de seminários que discutam nas escolas públicas, privadas e técnicas de ensino fundamental, médio e superior a temática: Políticas de Ações Afirmativas. Incluir no currículo escolar as discussões sobre Direitos Humanos.

10- Criar o Fundo Nacional para o fortalecimento de entidades que trabalham com as iniciativas voltadas à oportunidades para mulheres em situação de exclusão.

Como jovem é melhor ser homem ou mulher:



Fonte: Projeto Juventude. Instituto Cidadania/SEBRAE

juventude indígena e direitos humanos

Azelene Kaingang

A situação dos Direitos Humanos da juventude indígena no Brasil reflete a dificuldade que o Estado Brasileiro tem em reconhecer as diversas identidades formadoras da sociedade Brasileira. Conceber o Brasil como um País de população homogênea impede o Governo Brasileiro de pensar, formular, definir e executar políticas públicas de inclusão cidadã de acordo com as peculiaridades culturais dos Povos Indígenas.

A falta de políticas específicas que tenham como objetivo maior frear o processo de erosão das culturas indígenas, tem sido um grande gerador de pobreza, discriminação e exclusão dos e das jovens indígenas, que, em recente oficina realizada com o apoio do UNICEF, citam o resgate, o fortalecimento e a valorização cultural como uma das ações prioritárias e

emergenciais para a construção de uma identidade indígena na perspectiva de inclusão enquanto povos diferentes. Para isso é necessário que o Brasil supere a visão e a postura de que, ou se reconhece a multiculturalidade do nosso País, ou se mantém a soberania e a integridade territorial. É preciso superar esse mito, já que a consolidação da democracia e o fortalecimento da soberania do nosso País dependem, ao contrário, do reconhecimento e do respeito às diferentes culturas que formam o povo brasileiro e como tais merecem a atenção que lhes é devida, pelo menos, enquanto pessoas.

Nossos jovens são a garantia da continuidade dos nossos povos, cabe a nós construirmos um mundo que os acolha não como desiguais, mas como diferentes.

**Azelene Kaingang, Presidente do Wará
Instituto Indígena Brasileiro**



direitos humanos, raça, etnia e gênero



políticas diferenciadas de juventude

Rodrigo Abel

Desde o final do século XX, muito se debate a problemática juvenil no mundo e no Brasil. Este universo complexo de 34,4 milhões de jovens brasileiros nos faz refletir sob uma nova ordem política e social, combinada com uma agenda cada vez mais específica. A demora em reconhecer que a juventude necessita de políticas diferenciadas fez com que o Estado brasileiro levasse uma década para absorver tais noções, para transformá-las em políticas públicas efetivas.

É urgente que se rompa com a visão de que o jovem é portador de uma série de problemas, porque ao superar esta máxima é possível percebê-lo como uma das alternativas para o desenvolvimento social e humano do país. A geração que hoje ocupa espaços de poder decisórios, e de certa forma protagoniza o discurso do jovem como alternativa para o desenvolvimento, ainda não fez, contudo, seu encontro geracional com aquela que está às portas deste novo tempo.

Estudiosos afirmam que o jovem deve ser entendido a luz dos seus direitos. Mas afinal, quais são os seus direitos? Diria que são os direitos universais resguardados em nossa Constituição. O fundamental, entretanto, é considerar o público jovem a partir das

suas singularidades e especificidades sociais e econômicas. É urgente realizarmos um grande pacto intrageracional, que permita um encontro entre a geração que detém as condições de alterar a vida de milhões de pessoas e os jovens de hoje, já que suas aspirações e sonhos são distintos daqueles preconizados pelas gerações dos anos 60 e 70. O mundo mudou, o Brasil não é mais o mesmo.

A juventude atual precisa ser compreendida e ouvida, já que foi criada à luz de outros valores, outros símbolos e em uma outra realidade própria da sua geração. Esta é a chave para entender a necessidade de uma política pública de juventude. Já é chegada a hora de darmos não mais as velhas respostas para os novos problemas.

Quando falamos em políticas públicas para os jovens, a primeira resposta que nos vem é que tudo deve ter como foco a escola: ensino fundamental, médio e universitário. Muito embora esteja correta tal análise, ela é insuficiente em relação aos anseios da juventude por uma política pública específica. Ela quer muito mais, quer cultura, quer trabalho, quer lazer, quer diversão, quer ter acesso aos meios de comunicação, quer aprender informática e navegar na internet.

Este é o novo conjunto de políticas que os jovens



demandam dos Governos. Muito mais do que educação, querem tudo, ao mesmo tempo, agora. Devemos aprender a decodificar a forma irreverente com que os jovens vêm se expressando ao longo dos anos. Muito mais do que ouvi-los precisamos é entendê-los.

Quando chegamos ao primeiro ano do Governo Lula, percebemos que aquilo que vínhamos fazendo, por mais importante que fosse, era insuficiente para responder às demandas da juventude. Criamos então, um Grupo Interministerial de Juventude para conceber essa nova forma de ação do Estado, o maior já criado pelo Governo Brasileiro ao longo da história deste País.

Para dar ao tema a importância que lhe é devida precisamos considerar que este público não homogêneo é portador de necessidades diferenciadas pela situação econômica, geográfica, social, de gênero, racial e cultural. Entendamos nós desta forma, já será um grande avanço.

Ao Presidente Lula coube a tarefa de fazer o Brasil acordar para as questões da juventude, reconhecendo que ela seja portadora de direitos e chave para o desenvolvimento do país. Não haverá uma outra chance. A juventude clama por políticas sociais, de trabalho, educação, saúde, cultura, esporte, lazer, tecnologia, dentre tantas outras.

Quando o então candidato à Presidência da República disse na campanha eleitoral de 2002 “temos que sonhar com uma nova geração”, ali já estava dada a senha de que os jovens seriam peça importante deste novo Brasil que está surgindo: “Um Brasil de todos”. E de todas. Um Brasil forjado na esperança da sua juventude de participar da vida do País, para transformá-la.

Rodrigo Abel, Assessor na Secretaria Geral da Presidência da República

O que são Direitos Humanos - Síntese



Fonte: Projeto Juventude.
Instituto Cidadania/SEBRAE





cidadania e
solidariedade

cidadania e solidariedade



Entendendo que o exercício da cidadania pressupõe o acesso pleno a um conjunto fundamental de direitos, dentre eles, o acesso a informações que lhes possibilitem a autonomia intelectual e o senso crítico; e compreendendo os meios de comunicação e as instituições de ensino como poderosos instrumentos de geração e difusão de tais informações, o Grupo Temático de Cidadania e Solidariedade propõe:



Não queremos conquistar o mundo.

Queremos transformá-lo em um mundo novo.

Movimento Zapatista

1 - Criar e fortalecer os espaços de participação do jovem, inclusive democratizando o acesso e a produção de conteúdos nos meios de comunicação em massa.

2 - Criar e promover programas de qualificação de educadores, incentivando a adoção de novas metodologias para a construção de conhecimento coletivo a partir da realidade local.

3 - Investir na difusão de telecentros e cursos para universalizar a inclusão digital, tendo como pressuposto a gestão democrática junto à comunidade.

4 - Garantir a participação da juventude na discussão e na definição da aplicação, acompanhamento e avaliação dos recursos dos organismos de cooperação multilateral investidos no Brasil.

5 - Criar programas que financiem cursos, intercâmbios e capacitação de lideranças e entidades que trabalham com formação para cidadania por meio da parceria com todas as esferas de governo e organismos de cooperação internacional.

6 - Criar e regulamentar linhas e fundos de apoio a projetos de, e para, a juventude, voltados à formação do exercício da cidadania, a partir de critérios elaborados com a participação da juventude.

7 - Incentivar atividades e meios de valorização da cultura e identidade locais.

8- Mapear, sistematizar e divulgar experiências-modelos voltadas à formação para o exercício da cidadania, com foco na juventude.

9- Incentivar a implementação de projetos de geração de trabalho e renda ambientalmente sustentável, com foco na juventude.

10- Criar e fortalecer programas de educação para a cidadania em todas as esferas educacionais que abordem novos conteúdos e valores; fomentem temas transversais; promovam espaços de debate de temáticas sociais; estimulem a criação de projetos para formação cidadã; integrem atividades extra-classe.

juventude e cidadania

Viviane Senna

A construção de uma política de juventude em nosso País não é uma tarefa simples e a complexidade das questões juvenis exige a configuração de um arco de forças reunindo pessoas, organizações e sobretudo jovens que têm representado o melhor do pensamento e da experiência em nosso País. O Vozes Jovens faz parte dessa soma de esforços.

Nos últimos cinco anos, o Instituto Ayrton Senna vem desenvolvendo Programas de Juventude com o objetivo maior de contribuir para a construção dessa tão necessária política de juventude. Esse tempo de trabalho com decisores governamentais, empresariais e comunitários, com pessoas e organizações que atuam com jovens e, especialmente, com os próprios jovens em todo o território nacional nos permite afirmar com certeza que os esforços para que o Brasil tenha a política de juventude têm de acontecer em quatro âmbitos simultâneos: no âmbito do compromisso ético dos decisores públicos e privados com a causa da juventude; no âmbito da vontade política desses decisores para, de fato, criarem oportunidades de desenvolvimento humano aos jovens; no âmbito do desenvolvimento de competência técnica dos profissionais que atuam com jovens; no âmbito da preparação dos jovens para que façam escolhas e participem das decisões sobre suas vidas e as vidas de suas comunidades.

Os dois primeiros âmbitos citados acima (compromisso ético e vontade política) são atualmente em nosso país os grandes obstáculos para que o saber-fazer e o querer-ser envolvidos no desenvolvimento de competência técnica e da preparação para fazer escolhas se concretizem.

Os programas sociais e educativos do Instituto Ayrton Senna demonstram que atuar sobre a mentalidade das pessoas que trabalham com jovens e sobre o desejo dos jovens de serem reconhecidos como parceiros e interlocutores das ações voltadas a eles é uma tarefa árdua, mas bastante possível seja em pequena ou em larga escala.

No entanto, o esforço de mudança em relação ao posicionamento das elites governantes de nosso País – os decisores públicos e privados, os formadores de opinião, os especialistas – em relação à juventude exige uma soma de forças muito mais intensa.

Isso porque, ao longo dos últimos anos, temos observado, apesar dos esforços realizados nos âmbitos das políticas públicas e da solidariedade social, que a chamada visão da problemática juvenil vem dando mostras de que está se agravando em nosso País. Cresce o número de pessoas que relacionam os jovens à violência, disseminação do uso de drogas lícitas e ilícitas,



cidadania e solidariedade



gravidez na adolescência e incidência das doenças sexualmente transmissíveis. Ou seja, é a visão negativa sobre a juventude.

Como consequência, os jovens estão ganhando centralidade na agenda de governantes, políticos, pensadores e educadores, mas, infelizmente, dentro dessa perspectiva negativa. Ver o jovem como um problema social conduz a ações equivocadas – assistencialistas, preventivistas, tutelares –, menos preocupadas em desenvolver seu potencial e mais voltadas a administrar as ameaças que os jovens representariam.

Outra parcela da sociedade – da qual o Instituto Ayrton Senna faz parte – não vê a juventude dessa forma e entende que está na hora de criar uma nova equação de co-responsabilidade ante o desafio da questão juvenil, tendo por base o consenso em torno de alguns pontos:

1. A chamada onda jovem, muito mais do que um risco, deve ser encarada como uma extraordinária oportunidade para o avanço do Brasil em termos econômicos, sociais e políticos;

2. Os jovens não podem mais continuar a serem vistos como problemas, mas como solução – agora e no futuro – das dificuldades e impasses, que

têm impedido nosso País de realizar plenamente o seu imenso potencial;

3. O entendimento de que só uma política de conjunto, que supere as fronteiras entre os diversos setores das políticas públicas de um lado, o paralelismo e superposição de ações tanto no âmbito do Estado como no da sociedade civil, de outro, poderá dar conta da inteireza e complexidade da tarefa coletiva que nos estamos propondo;

4. A consciência de que a orientação de todo este esforço nacional deve dar-se no sentido da construção do jovem que queremos e, não, no sentido de evitar ou refluir o surgimento do jovem que não queremos;

5. A convicção de que a política de juventude necessária a este momento crucial de nossa evolução histórica deve ter como eixos estruturadores a criação das condições que promovam o desenvolvimento pessoal, social e produtivo da nossa juventude, por meio do oferecimento de oportunidades nos campos da saúde geral e reprodutiva, da educação básica e profissional e da utilização solidária, criativa e construtiva do tempo livre por aqueles que, entre o *não mais* da infância e o *ainda não* da idade adulta, estão empenhados na decisiva tarefa sócioexistencial de construir suas identidades e seus projetos de vida.

É nesse sentido que contamos com iniciativas como o Vozes Jovens, em que a participação juvenil está necessariamente vinculada à crescente promoção de autonomia, solidariedade e competência para as pessoas jovens.

Viviane Senna, Presidente do Instituto Ayrton Senna



Nena Lentini

O Brasil vive hoje um momento especial em seu cenário político: o debate público sobre os direitos da juventude e sobre o quanto esses direitos são determinantes para o desenvolvimento do País ganhou novos interlocutores – os próprios jovens. Envolvendo esferas tão diversas como a sociedade civil organizada, as organizações internacionais e o próprio governo, as discussões sobre políticas públicas voltadas para a juventude ganharam visibilidade e força nos últimos anos.

O evento “Vozes Jovens”, organizado pelo Banco Mundial em maio de 2004, em parceria com a OIT, Unesco, USAID e ESAF, mostrou o quanto a participação dos jovens é estratégica para a qualidade e eficácia das propostas nessa área. O material produzido durante o evento é rico justamente por evitar a construção de uma visão estereotipada do público jovem como um “ser do futuro”, e contemplar as diferentes “juventudes” como sujeitos em suas diversas condições sociais, culturais e de gênero, entre outros aspectos.

Essa mudança de paradigma requer um esforço coletivo. É preciso que as organizações tradicionalmente fechadas e hierarquizadas criem formas de incorporar a voz do jovem à elaboração, gestão e avaliação das políticas públicas. É necessário que se abram espaços para as diferentes formas de expressão da juventude.

Por outro lado, é fundamental que os jovens também assumam essa responsabilidade e venham para o debate com informação, argumentação, criação, vontade, preparo. A tarefa a que estamos nos propondo não é fácil, mas já é possível computar avanços quando

avaliamos propostas como as que foram apresentadas pelas diversas redes de juventude que participaram do “Vozes Jovens”, e que são descritas nesta publicação. Para a USAID, esse desafio representa não só uma prioridade, mas, principalmente, uma oportunidade única para apoiar avanços em direção ao desenvolvimento sustentável.

**Nena Lentini, Oficial de Programa e Desenvolvimento Social
Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento
Internacional (USAID)**

**Quando se ouve falar em cidadania, qual é
a primeira coisa que vem à cabeça?**




Fonte: Projeto Juventude. Instituto Cidadania/SEBRAE



combate à
exclusão

combate à exclusão



O Grupo de Trabalho de Combate à Exclusão, inicialmente denominado “Juventude e Combate à Pobreza”, adotou o termo “exclusão” em substituição ao termo “pobreza” para que pudesse desenvolver raciocínios mais amplos para o desenvolvimento do debate e de suas atividades. Esse grupo conceituou pobreza como um produto da exclusão em suas diversas manifestações, sejam econômicas, sociais, tecnológicas, culturais, educacionais e financeiras. Ressaltando a “visão míope” em relação ao talento, ao potencial, ao sonho e à meritocracia da atuação juvenil, o Grupo Temático de Combate à Exclusão construiu as seguintes propostas pragmáticas e efetivas para o combate à exclusão:

*E não te cales:
o silêncio não dá fruto.*

Tereza Balté

1- Estimular o primeiro negócio, entendendo o “auto-emprego” como uma das boas alternativas de geração de emprego e renda.

2- Apoiar a estruturação da Economia Jovem em rede, mapeando os ativos existentes na economia e oportunidades de negócio.

3- Estimular o desenvolvimento de redes com capilaridade e não-governamentais que fomentem o desenvolvimento e a manutenção do empreendedorismo formal ou não formal para a realização de novas idéias, propostas e também para o aperfeiçoamento das já existentes, articulando a criação de núcleos de empreendedorismo e desenvolvimento local em comunidades carentes, a partir dos ativos locais.

4- Criar mecanismos de trabalho, auto-emprego e sociabilização para jovens portadores de necessidades especiais.

5- Apoiar experiências de geração de oportunidades de sobrevivência nas comunidades por meio da incubação de negócios, empresas e ONGs que trabalhem com indústria cultural, produções culturais locais e relacionadas ao esporte e ao lazer, valendo-se das mídias como ferramentas de combate à exclusão em suas diversas manifestações (rádios comunitárias, jornais de bairro, infocentros).

6- Criar um ambiente que fomente o empreendedorismo em suas diversas manifestações, desde o ensino fundamental, médio, superior, e incluindo os jovens que não freqüentam o ensino regular, envolvendo a inspiração, a criação e a evolução do empreendimento.

7- Disponibilizar ferramentas para o pleno acesso aos recursos existentes no mercado de crédito e fomento, tais como consultorias técnicas de universitários, fundo de aval com recursos oriundos de entidades estatais, paraestatais e organismos multilaterais, entre outros.

8- Desenvolver e apoiar ações de Educação Popular (urbana/periférica/rural) baseada na regionalidade e planejamento consecutivo, sistema educacional - esse baseado na capacitação em - empreendedorismo.

9- Criar centros de referência para a juventude que tratem de uma política transversal de transformação da realidade jovem brasileira.

10- Criar um instrumento governamental de juventude, com âmbito nacional, com as funções de planejar, executar, coordenar e avaliar as políticas públicas de juventude, bem como a de servir como canal direto para apreciação das iniciativas localizadas e coordenação dos esforços sinérgicos, entre elas. Esse instrumento esse que deverá se estruturar em uma rede regionalizada com coordenações locais trabalhando na aproximação do planejamento com a execução efetiva das diretrizes coletivas; este instrumento contará ainda com a participação de um conselho representativo de entidades da sociedade civil organizada que trabalha com a juventude, no auxílio do planejamento e controle de suas ações.

talentos excluídos

Patricia Maria

A Legião da Boa Vontade (LBV) desenvolve programas educativos que atendem à população menos favorecida, de todas as idades. A juventude é integrada nas ações de promoção humana e social que acontecem em suas escolas e Centros Educacionais e Comunitários. Além desses cursos profissionalizantes, os jovens são estimulados a desenvolver atividades próprias, buscando interagir com o mundo em que vivem e transformar o que, material, moral e espiritualmente, possa causar dano ao ser humano.

A juventude é parcela da sociedade que sofre, como as demais, os males da desigualdade de oportunidades. Considerando esse problema, o ideal

é permitir que o jovem, que não recebeu formação suficiente para o ingresso no mercado de trabalho e na vida social, possa ser estimulado a buscar maior aprofundamento intelectual e crítico, recebendo espaço de estudo e aplicação do conhecimento adquirido.

No combate à exclusão, é preciso identificar talentos. Perceber que aquele que está à margem da sociedade não é incapaz. E a partir dessa consciência, investir na capacitação, na autonomia e na capacidade de escolha e desenvolvimento dos valores (morais, éticos e espirituais) que façam desse indivíduo um agente multiplicador da postura solidária e socialmente sustentável que buscamos.

Patricia Maria, Juventude Ecumênica de Brasília



combate à exclusão



políticas de juventude: da oferta à demanda

Josbertini Clementino

A Juventude brasileira passa por problemas nuncas vistos do ponto de vista de sua focalização como Grupo Social. Diferentemente dos negros, mulheres, portadores de necessidades especiais, a juventude é pouco vista como um agrupamento social que necessite de políticas específicas.

Na dimensão econômica, percebemos uma profunda exclusão dos jovens com cerca de 3,7 milhões deles encontrando-se sem trabalho e representando 47% do total de desempregados no Brasil, pressionando a taxa de desemprego, já que entre os jovens a falta de oportunidade no mercado produz uma taxa em torno de 18%, contra 9,4% da média brasileira *(PNAD:2001). Na educação, os dados não são diferentes, 17 milhões de jovens não estudam, ou seja, mais de 50% do total de jovens de 15 a 24 anos. Outro aspecto relevante é o envolvimento da juventude com a criminalidade, onde verificamos que 75% da população carcerária é jovem.

O quadro apresentado justifica e fortalece o pessimismo do jovem brasileiro quanto ao futuro, apontado

em pesquisa da Unicef relativa a 1999. O Brasil, neste quesito, está em segundo lugar no ranking, perdendo apenas para Colômbia. Para estes, a criminalidade, as gangues e o consumo de drogas são alternativas para ocupar o ócio. É neste ponto onde reside um dos principais problemas sociais brasileiros. A juventude já é uma grande emergência social.

Está muito claro que não é possível nenhum governo, de qualquer nível e sob qualquer matriz ideológico-partidária superar, isoladamente, os gravíssimos problemas envolvendo nossa juventude. É necessário, desde já, que o Estado em todas as suas esferas trabalhe e fortaleça programas sérios e específicos para esse público, em parceria com a Sociedade Civil Organizada, para que a violência e desarmonia social não gerem aumento quantitativo de jovens excluídos.

Dessa forma se faz necessária uma grande aliança dos Três Setores da Sociedade (Estado, Mercado e Sociedade Civil) para trabalharem juntos na busca de soluções concretas para a juventude brasileira. Isso deve se traduzir numa união de esforços canalizados para a articulação, agenciamento e viabilização de Políticas Públicas e Privadas para a Juventude, numa perspectiva de se organizar a oferta e demanda dessas políticas.

Apesar do contexto desfavorável para a juventude brasileira, algo muito positivo acontece: as juventudes se organizam cada vez mais. Lastreados por um grande potencial criativo, os jovens se organizam em torno de causas diversas: religião, esporte, cultura, política, meio ambiente, educação, etc, em todas as regiões do País, indiferente do extrato social a que pertençam.

Esse grande número de Organizações de Juventude existentes no País indica que parte da solução dos problemas que assolam os jovens passa necessariamente por essa diversidade de organizações. No entanto, para ser parte da solução, as juventudes necessitam de apoio para melhor se organizarem e buscar sustentabilidade às suas ações. Muitas dessas organizações pecam pela ca-



rência de planejamento, informação ou recursos apropriados, valendo-se apenas da sua boa vontade em solucionar determinados problemas.

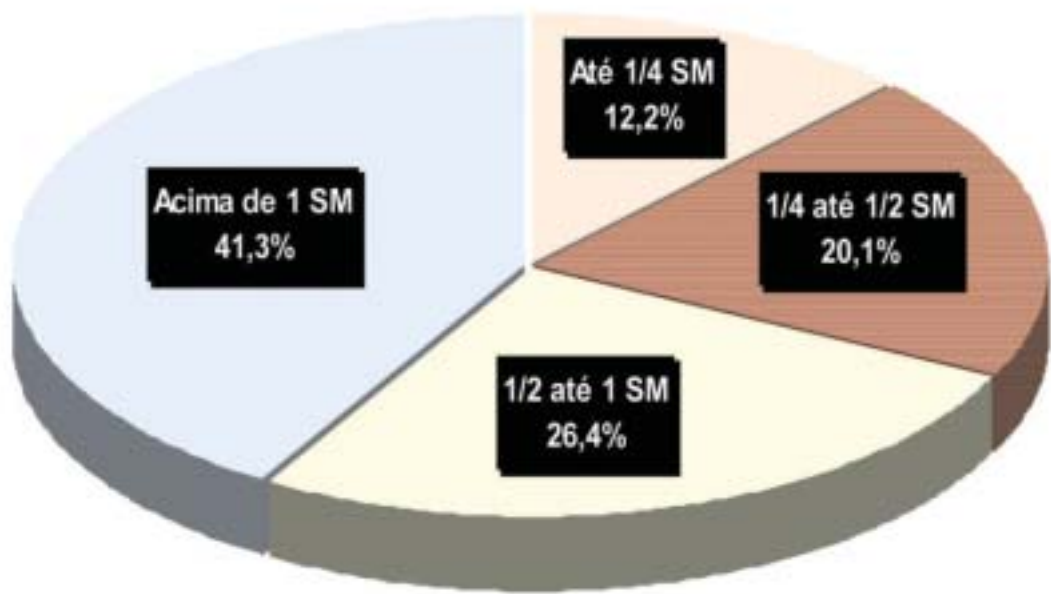
Por outro lado, existe uma série de políticas, projetos, programas e ações sendo realizadas pelos governos, igrejas, federações empresariais, sindicatos, clubes de serviços, universidades, empresas, fundações, financiadores do terceiro setor que estão dispersas e muitas vezes não são canalizadas para apoiar iniciativas realmente inovadoras e de baixo custo. Muitas dessas iniciativas não trabalham numa perspectiva de um alcance social mais

denso e universal, verificando-se um problema na orientação da oferta de políticas públicas e privadas voltadas para juventude.

Surge, portanto, a necessidade de unir esforços e compatibilizar a oferta de políticas públicas e privadas voltadas para juventude com as demandas das juventudes e das suas organizações.

Josbertini Clementino, Coordenador Nacional da Comunidade Empreendedores de Sonhos

JOVENS - Renda Familiar per capita



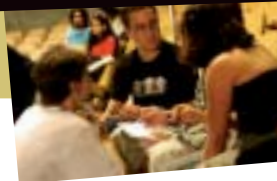
Fonte: Grupo Interministerial (IPEA)





comunicação

comunicação



Por meio da discussão conceitual sobre termos como comunicação, informação, recepção e produção de conhecimento e informação, para maior sinergia e identidade do grupo, surgiu o termo “transcepção” e o agente “transceptor”, que consiste no indivíduo que atua como agente receptor e transmissor no processo comunicativo, buscando o equilíbrio com alto senso crítico. Nesse contexto, o Grupo Temático Comunicação e Socialização do Conhecimento construiu propostas no sentido de articular e consolidar ações de fortalecimento comunitário no âmbito midiático, entre outras:

1 - Constituir uma Rede de Agências Jovens de Informação que, em âmbito nacional, criará o Portal Juventude Virtual de Comunicação, como instrumento estratégico para a difusão do conhecimento, produzido por todos os setores da sociedade (sociedade civil organizada, governos, empresas, universidades, movimentos sociais etc), para o desenvolvimento juvenil, acompanhado de um projeto de lei que

*O que eu sei mesmo
é que toda ação
princípio mesmo
na palavra pensada*
Guimarães Rosa

permita que o conhecimento produzido seja disponibilizado pelo Portal.

2 - Formar de um Conselho Estratégico de Comunicação com membros da Rede de Agências Jovens e entidades referência, governamentais ou não, em gestão do conhecimento para gerir o Portal Juventude e alinhar as diretrizes de socialização midiática.

3 - Incentivar as iniciativas de mídia televisiva produzida por jovens valorizando aspectos locais e respeitando a diversidade cultural, como forma de fortalecer a participação juvenil na democratização dos meios de comunicação.

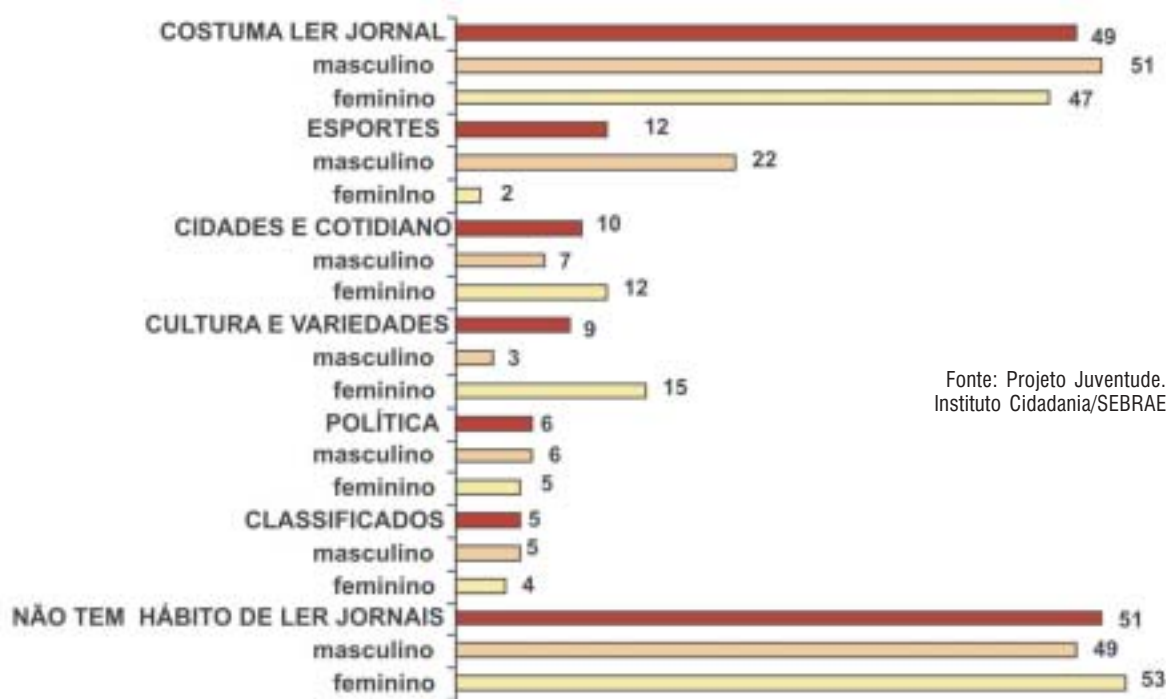
4 - Garantir o cumprimento efetivo do artigo da Lei 8.680/93, que determina que todos os meios destinem espaço e tempo para divulgar a juventude e sua importância na vida nacional. Propor ao Governo Federal que regulamente a lei, determinando que estes produtos a serem divulgados sejam produzidos pelos próprios jovens.

5 - Promover a educação pelos meios de comunicação por meio da inclusão das novas linguagens ao currículo escolar.

6 - Instituir canais de financiamento público aos meios comunitários de comunicação (telecentros, rádios, TVs, jornais etc), com apoio legal para fomento de oficinas e associações coletivas de produção e gestão.



Hábito de leitura de jornais e seções de preferência, por sexo:



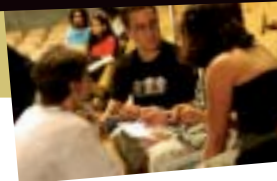
7 - Buscar a regionalização dos meios de comunicação, estimulando a responsabilidade social de empresas concessionárias de mídia para que estas abram espaço para produções locais.

8 - Financiar iniciativas de inclusão digital e formação midiática mediante a criação de Centros Regionais de Comunicação, visando ao empoderamento midiático da população, a formação de uma sociedade “transceptora” e a democratização dos instrumentos de produção. O Centro Regional de Comunicação é um espaço aberto, de preferência nas escolas, que disponibiliza os instrumentos de produção (computador, câmeras, etc) para uso coletivo da população.

9 - Criar e fortalecer os canais de interação como resposta construtiva aos canais de mão única, inclusive por meios de prêmios que incentivem o desenvolvimento de tecnologias e sistemas “transceptores”, ou seja, de comunicação interativa (mão dupla).

10 - Criar um fórum permanente entre as universidades brasileiras, sobre as tecnologias de compartilhamento de informações, a exemplo das tecnologias P2P (pessoa-a-pessoa) de troca de arquivos via Internet e garantir a participação da juventude no Conselho Nacional de Comunicação, preparados durante a realização de um Encontro Nacional de Comunicação Jovem Comunitária precedido por encontros regionais.

comunicação



cala boca já morreu

Isis Lima Soares

O artigo 11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê o “direito a um nível básico de acesso à informação mediante instituições públicas e provedores de serviço”. Ora, não basta apenas garantir o *acesso*, nesse século marcado pela imensa quantidade de informações vindas de todos os lados e das formas mais variadas. Não seria essa, aliás, uma maneira de nos tornarmos somente consumidores de idéias, veiculadas principalmente pelas grandes mídias, assim como já somos em relação a roupas, alimentos, tecnologias, etc?

Mais do que direito à informação, entendemos que é necessário garantir a todos o direito à comunicação: direito de ler e escrever a vida de acordo com as diferentes experiências; direito de falar, de selecionar imagens, de editar o mundo; direito de expressar e partilhar sentimentos e pensamentos.

Afinal, as nossas verdades são construídas por meio de diferentes pontos de vista (e quando muda o ponto, muda a vista) e o direito à comunicação, assim como o direito à informação, não pode ser monopólio de um pequeno grupo social.

A história deve ser registrada por todos, da mesma maneira que é feita por todos. Quando isso acontece, mudam as relações: tornamo-nos sujeitos de nós mesmos e, conseqüentemente, solidários e comprometidos com as pessoas com quem convivemos e o lugar onde moramos.

**Isis Lima Soares, integrante-fundadora da ONG
“Projeto Cala-boca já morreu**

Novo Tempo

No novo tempo que virá, tudo será novo. Seremos novos eu e você: preto, branco, verde, vermelho e azul. E será nova a nossa casa, que é o nosso país. Ele, um dia, será nação, até!

É assim: amanhã, tudo será melhor, mas amanhã, tem que começar hoje à tarde, daqui a pouco, agora!

Porque não há melhor futuro que um bom presente. E, ainda que a história fosse cíclica, nós é que vamos contá-la dessa vez!

Carlos Odas

Marcus Fuchs

Nos últimos anos temos assistido a uma mudança significativa nos paradigmas relativos à juventude no Brasil. A mobilização de vários setores da sociedade, iniciada na década de 80, resultou em mudanças importantes na visão que temos hoje, na qual crianças, adolescentes e jovens começam a ser compreendidos como sujeitos de direitos, distantes do paternalismo que marcava tal relação até recentemente.

Essa mudança de postura pode ser identificada, por exemplo, nos meios de comunicação, que na última década avançaram significativamente em termos quantitativos e qualitativos na cobertura de temas ligados à infância, adolescência e juventude. Hoje temos na imprensa brasileira um espaço privilegiado para o debate de soluções e no jornalista um aliado da causa dos direitos da infância.

Por outro lado, as mudanças culturais profundas ocorrem lentamente; ainda há um longo caminho a percorrer até que o sentido de prioridade para as

populações mais jovens, explicitado até mesmo na Constituição, seja de fato respeitado. É preciso vencer a etapa final, aquela em que os desejos da opinião pública são transformados em ações concretas, ou melhor, em políticas adequadas e investimentos públicos em escala suficiente para garantir que todos os direitos de crianças e adolescentes possam sair do papel.

Para que isso ocorra de fato, é fundamental poder contar com a própria participação do jovem, o maior interessado nas mudanças pelas quais lutamos. É por meio da informação e conscientização de crianças e adolescentes, e do estímulo ao seu engajamento na discussão de alternativas, que os avanços poderão ocorrer de forma permanente e legítima. Nesse sentido, iniciativas como esta, do Vozes Jovens, permitem que um dos principais direitos humanos sejam exercidos - o direito do jovem em manifestar sua própria opinião e participar, de forma cidadã, das decisões que afetam sua vida e seu futuro.



Marcus Fuchs, Diretor de Planejamento da ANDI

Juventude na Mídia

Jornais
Total de inserções → 8.211
Relevância Social → 52,73%
Revistas
Total de inserções → 2.224
Relevância Social → 20,90%
Jornais + Revistas
Total de inserções → 10.435
Relevância Social → 45,97%

A avaliação qualitativa da produção jornalística se apóia em um indicador básico: os temas considerados como de Relevância Social (aquelas abordagens que contribuem para ampliar o nível de informação e apoiar a formação do jovem) e as que tratam de questões de menor substância, embora legítimas no cardápio de interesses, necessidades e curiosidades dos adolescentes e dos jovens. Fazem parte deste grupo (de temas não socialmente relevantes) inserções classificadas como lazer e entretenimento, moda e beleza e comportamento. Fonte: ANDI



empreendedorismo

empreendedorismo



Empreendedorismo foi apontado como fator importante para geração de renda e mudança de fator comportamental. É necessário que se estimule o empreendedorismo, em todas as suas vertentes desde a educação fundamental, que fomente a criação de redes, tanto de empreendedores como de instituições afins, que o Custo Brasil seja enfrentado, que sejam identificadas as potencialidades locais e, principalmente, que o governo possa estabelecer como diretriz a prioridade de estímulo ao auto-emprego, mediante o incentivo ao primeiro negócio.

O Grupo Temático de Geração de Trabalho e Renda: Empreendedorismo construiu propostas para agir em três níveis: (1) Perfil Pessoal do Empreendedor; (2) Ambiente e Desenvolvimento – Sociedades e Modelos e (3) Atuação Governamental.



*De vez em quando a alegria
joga pedrinhas na minha janela.
Quer avisar-me que está ali esperando.*

Mario Benedetti

1 - Estimular a criação de uma rede de instituições de fomento/apoio ao empreendedorismo juvenil com o objetivo do fortalecimento institucional por meio do intercâmbio de melhores práticas.

2 - Fomentar o cooperativismo e o associativismo como formas de aquisição de ganhos de escala para micro e pequenas empresas.

3 - Estimular o desenvolvimento de grandes redes de relacionamento entre empreendedores com vistas à troca de experiências, à capacitação comparativa e ao estímulo de negócios entre os participantes.

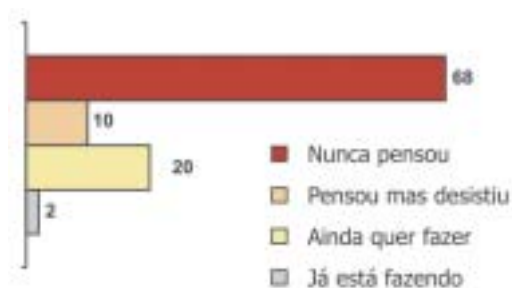
4 - Promover o empreendedorismo juvenil em suas diversas manifestações (culturais, sociais, etc) pautados em políticas públicas, que garantam qualidade de vida, produtividade econômica e equilíbrio ambiental.

5 - Criar Políticas Públicas de Empreendedorismo Juvenil nos níveis municipais, estaduais e federal, contemplando:

- a. A priorização de ações propostas à população juvenil historicamente excluída, a exemplo das mulheres, negros, índios, jovens do meio rural, portadores de deficiências, entre outros.
- b. O estabelecimento de diretriz prioritária e estímulo ao auto-emprego, por meio do incentivo ao Primeiro Negócio.
- c. A identificação das potencialidades locais.
- d. A qualificação orientada para o desenvolvimento local.
- e. A redução da Carga Tributária.

- f. A racionalização da Burocracia.
- g. O desenvolvimento de Linhas de Créditos Específicas.
- h. A incubação de Pequenos empreendedores.
- i. A consultoria e acompanhamento técnico ao pequeno empreendedor;
- j. O fortalecimento dos APL's (Arranjos Produtivos Locais).
- k. A reorientação do ensino público mediante a inclusão do empreendedorismo em todos os seus níveis como tema transversal.
- l. A criação de um programa nacional de apoio aos empreendedores, contemplando um fundo de financiamento com recursos públicos e privados.

Intenção de fazer trabalho social ou no bairro



Fonte: Projeto Juventude. Instituto Cidadania/SEBRAE

empreender é preciso

Alessandra Selhorst

A nova gestão da Confederação Nacional de Jovens Empresários - Conaje está completando um ano. Esta diretoria abraça a missão, que nada mais é do que a formatação de conceitos que já convivem com todos nós desde a criação da entidade. Decididamente, queremos ser vistos como os grandes vendedores da idéia do empreendedorismo e do negócio como instrumento efetivo da geração de emprego e renda.

Vivemos num país que está repleto de universidades e cursos de nível superior – muitos de qualidade duvidosa –, e estes estão abarrotados de alunos atraídos pela ilusão do emprego e da estabilidade econômica. Nada mais normal num desenho que funcionou por décadas e alimentou milhares e milhares de casos individuais de sucesso

profissional nas mais diversas carreiras. Trata-se, porém, de um modelo esgotado. Não adianta continuar formando engenheiros, advogados, arquitetos, etc., para um mercado de trabalho que já não mais existe. Afinal, o mercado formal de trabalho encolhe a cada dia e o chamado emprego de carteira assinada tem os seus dias contados.

Não se pode continuar a agir como se nada tivesse mudado. Em vez de se formar profissionais para o primeiro emprego, é necessário que sejam formados profissionais para o primeiro negócio, pois até mesmo os empregos que são oferecidos já são investidos de caráter de negócio, na forma de terceirização. O mundo e o País mudaram e este desenho já não resolve. O Brasil mudou e, hoje, as escolas de nível superior estão produzindo mão-de-obra barata ou desempregados com uma certa qualificação.



empreendedorismo



Aí é que entra o empreendedorismo como ação essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, tanto no campo da formação profissional como no terreno da criação do ambiente institucional necessário para a disseminação e consolidação de empreendimentos sólidos e perenes. É preciso aprofundar a análise sobre o universo de empreendedores de pequeno porte, estabelecendo políticas e práticas institucionais que os incluam nas primeiras categorias de estratégias de desenvolvimento do Brasil.

Apenas um pouco mais de um terço dos brasileiros estão empregados na economia formal urbana. Segundo o Sebrae, 3,6 milhões de micro e pequenas empresas absorvem 44% da mão-de-obra empregada. E contribuem com notáveis 20% do Produto Interno Bruto

brasileiro. O professor Ignacy Sachs, profundo conhecedor do País, constata, em seu livro “Desenvolvimento Humano”-Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil, que, fora da agricultura, há 8,6 milhões de pessoas trabalhando por conta própria, ao lado de 4,3 milhões de ocupados em um milhão de empresas informais. E a eles se somam agricultores familiares (4,53 milhões por conta própria, mais 4,76 milhões não remunerados e 3,2 milhões trabalhando para consumo próprio) e operários agrícolas (4,54 milhões).

É verdade que esse cenário carrega fortes tintas de dificuldade: a produtividade é baixa, as condições de trabalho são precárias e a remuneração, insuficiente para uma subsistência digna. Mas é possível fazer limonada deste limão: transformar essa dificuldade numa oportunidade, integrando essas pessoas num projeto estratégico do desenvolvimento nacional. E isso está aqui, não em outro território do planeta. Afinal, este é um país de contrastes, mas também de grandes oportunidades. Cabe-nos, pois, arregaçar as mangas e fazer deste País continental uma grande nação.

Alessandra Selhorst, Diretora da Confederação Nacional de Jovens Empresários - CONAJE

emprego para jovens

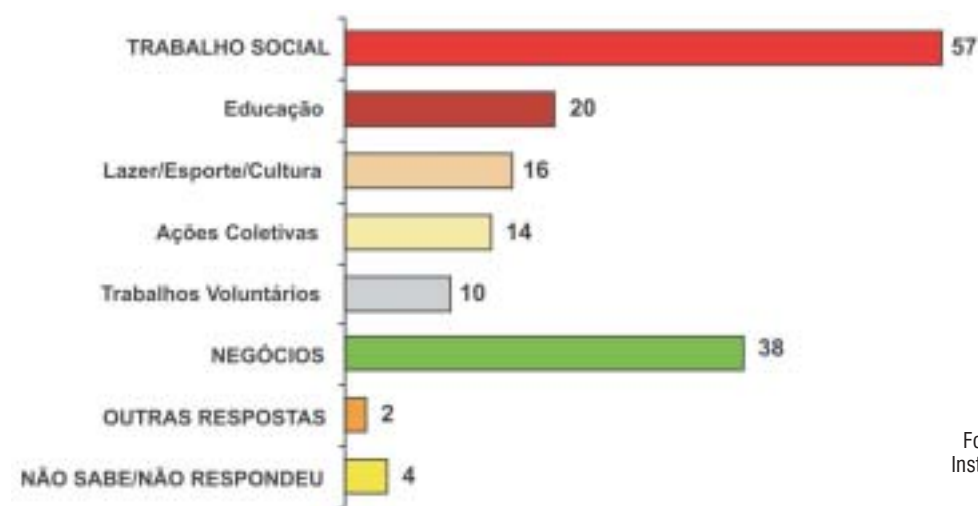
Armand Pereira

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de jovens sem emprego no mundo atingiu o recorde de 88 milhões em 2003. Enquanto a população jovem cresceu 10,5%, desde 1993, a oferta de trabalho para essa faixa de trabalhadores cresceu apenas 0,2%. O problema é ainda maior nos países latino-americanos, onde o número

absoluto de jovens sem emprego passou de 6,5 milhões em 1993 para 9,4 milhões em 2003 (um aumento de 44,2%)¹. “Estamos desperdiçando uma parte importante da energia e do talento da geração de jovens mais educada que tivemos”, concluiu o diretor-geral da OIT, Juan Somavia.

Diante dessa situação foi criada, no contexto da Declaração do Milênio das Nações Unidas, a Rede de Emprego de Jovens, (Youth Employment Network –

Tipo de trabalho social ou negócio que gostaria de fazer ou faz:



Fonte: Projeto Juventude.
Instituto Cidadania/SEBRAE

YEN), com o objetivo de desenvolver e implementar estratégias que dêem aos jovens, em todo o mundo, uma oportunidade real de encontrar trabalho decente e produtivo. Trata-se de uma parceria do secretário-geral das Nações Unidas com o Banco Mundial e a OIT (que exerce a Secretaria-Executiva), cujos principais temas são a criação de emprego, o empreendedorismo, a empregabilidade e a igualdade de oportunidades.

Uma das principais recomendações da Rede é a de se convidar organizações de jovens a assessorar a formulação de programas de promoção do emprego juvenil, a contribuir com a sua implementação, e a ajudar a monitorar os compromissos assumidos pelos governos com a Rede. A fim de estimular o debate entre os jovens sobre os temas acima, foi realizada, em Salvador, em setembro de 2003, a Mesa Redonda sobre Rede de Emprego de Jovens². Na ocasião, cerca de 50 jovens puderam expressar suas opiniões e preocupações ao ministro do Trabalho e Emprego, à Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ao Diretor Geral da OIT e a outras autoridades presentes. Durante

o evento, o Brasil formalizou o interesse de se tornar um dos países líderes da Rede, assumindo o compromisso, no mais alto nível, de formular um plano nacional para a promoção do emprego de jovens.

O seminário Vozes Jovens é, também, uma excelente iniciativa de dar aos jovens, verdadeiros atores sociais de mudança, a chance de expressarem suas idéias e apresentarem propostas visando à diminuição dos desafios do ingresso no mercado de trabalho.

Para que os projetos nacionais para a juventude alcancem as metas delineadas, é fundamental a participação ativa dos jovens na conscientização da sua importância e na elaboração e monitoramento da sua implementação. Como foi ressaltado durante a segunda reunião do painel de Alto Nível da Rede de Emprego de Jovens, “os jovens não são apenas os líderes de amanhã, mas também os parceiros de hoje”.

**Armand Pereira, Diretor da Organização
Internacional do Trabalho-OIT no Brasil**



empreendedorismo



enter jovem

Mariza Soares

O IBRAD – Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento é uma organização da sociedade civil de interesse público, parceiro do AIR - Instituto Americano de Pesquisa e do CDI - Comitê de Democratização para a Informática, na implementação do programa Enter Jovem¹.

O objetivo principal do Programa Enter Jovem é a inserção de jovens no mundo do trabalho. O Programa tem como público-participante, jovens de famílias com baixa renda, matriculados no ensino fundamental ou médio de escolas públicas, das regiões metropolitanas de Salvador e Recife, na faixa etária de 14 a 21 anos.

No início de 2004, jovens que participam do Programa, fizeram uma pesquisa denominada: O Mercado de Trabalho para Jovens, com pequenos empresários das regiões metropolitanas do Recife e de Salvador, na qual identificaram que, para os empresários, as principais desvantagens de se contratar jovens são: irresponsabilidade e inexperiência e as principais vantagens são: motivação, rapidez e dinamismo.

Após identificar conteúdos, estes devem ser abordados na formação e reconhecendo a importância da participação dos jovens e das jovens como sujeitos no processo de transformação social, o Enter Jovem se propõe a contribuir para a formação cidadã deste público em um processo contínuo de qualificação para o mundo do trabalho.

O Enter Jovem adota uma metodologia baseada na educação popular e na pedagogia de projetos, utilizando a informática como instrumento para o desenvolvimento do senso crítico e para a elaboração de projetos de ação, que favoreçam a mudança de atitude e a participação cidadã, por meio de atividades de *life skills* e profissionalização.

Mariza Soares, Coordenadora do IBRAD – Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento e Membro do Comitê Gestor do Programa Enter Jovem.

¹ O Programa Enter Jovem é financiado pela USAID - Agência dos Estados Unidos para a Promoção do Desenvolvimento Internacional.

empregabilidade



Tendo como base os níveis de desemprego de jovens hoje no Brasil, e partindo do ponto de vista de que a empregabilidade tem conexão direta com a educação e a capacitação, o Grupo Temático de Geração de Trabalho e Renda: Empregabilidade propõe:

1 - Reduzir a jornada de trabalho para todos os trabalhadores, sem redução salarial e garantindo direito ao lazer, educação e saúde entre outros.

2 - Otimizar o PNPE – Programa Nacional de Primeiro Emprego, garantindo um monitoramento na execução com governos estaduais com efetiva participação da juventude.

3 - Investir em programa de geração de trabalho e renda para juventude do campo.

4 - Aplicar e fiscalizar a Lei do Aprendiz e a Resolução 01 de 21 de janeiro de 2004, do Conselho Nacional de Educação e publicada no DOU em 04/02/2004 (Lei que estabelece diretrizes nacionais para organização e realização de estágio).

*“Nosso dia vai chegar, queremos nossa vez,
Não é pedir demais, quero justiça,
Quero trabalhar em paz...”*

Renato Russo

5 - Fortalecer as ações de qualificação para inserção dos jovens no mercado de trabalho, por meio dos programas construídos em parcerias com o Governo e a sociedade civil organizada.

6 - Criar um programa de sensibilização de empresas privadas, governos e organizações da sociedade civil sobre a importância da educação por meio do trabalho, como uma forma de realização pessoal e dignificação humana dos jovens.

7 - Ampliar o sistema técnico de ensino profissionalizante nacional, com criação de novos cursos e maiores fundos de apoio à pesquisa nestes ambientes educacionais.

8 - Fomentar as iniciativas de incubadoras sociais, de empresas, de cooperativas e de economia solidária, que apresentem oportunidades de trabalho para o jovem, em parceria com as universidades.

9 - Criar um programa condicionando empresas que recebam ou venham a receber incentivo e/ou financiamentos governamentais a terem como contrapartida a geração de emprego para jovens.

10 - Potencializar o desenvolvimento local para fomentar o turismo sustentável, visando maior empregabilidade nesta área para o público jovem.

juventude e o mundo do trabalho

Rodrigo Amaral

Dialogar sobre a situação da juventude no mundo do trabalho, geração de renda e empregabilidade é uma questão bem complexa, pois esta temática afeta regiões, países, estados, municípios, homens, mulheres, ricos, pobres, negros, indígenas, pessoas com deficiência e principalmente os jovens.

A experiência do Consórcio Social da Juventude de Fortaleza mostra claramente que se precisa ter no Brasil uma maior prioridade para aqueles jovens mais afetados pelo desemprego.

O desafio de trabalhar com esses jovens passa por três questões, são elas: a metodologia de trabalho, a participação juvenil e a inclusão social e profissional. Como adequarmos atividades para esses jovens? Como envolvê-los na decisão, execução, planejamento e avaliação? Como garantir efetividade de inserção no mundo do trabalho?

Falo de jovens sem oportunidades, que freqüentaram escola sem qualidade no ensino, de famílias desestruturadas, mães e pais de crianças sem planejamento, egressos do sistema penal, cumprindo medidas sócioeducativas, em um mercado cruel e competitivo, com alto índice de preconceito, jovens pobres, com baixa escolaridade ou fora da escola, moradores de periferia urbanas e rurais, negros, indígenas, mulheres, jovens com deficiência. Precisa-se sensibilizar toda a sociedade, governos, empresários(as) trabalhadores(as), e os próprios jovens. Estes sujeitos não podem ver isto como uma caridade, mas com um compromisso de mudança do Brasil, com desenvolvimento sustentável.

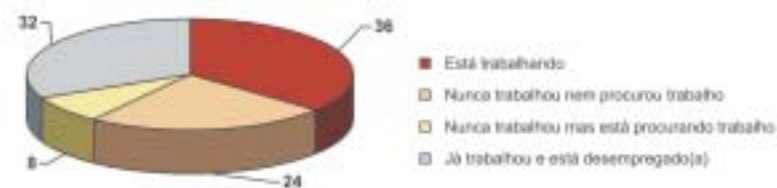
O Governo Federal, mediante o Programa Primeiro Emprego, vem encontrando alternativas para inserção de jovens no mercado, quer seja via linhas de financiamento para jovens empreendedores por meio do SEBRAE, quer seja via parceria com a sociedade civil organizada, pelos Consórcios Sociais da Juventude, uma experiência de sucesso que, de forma criativa, possibilitou a inserção de diversos jovens por meio de estágio, como menor aprendiz, portadores de deficiência, contratação formal ou empreendimentos individuais ou coletivos.

O mundo do trabalho transforma vidas e nossa intervenção se faz indispensável e urgente para construirmos uma nova relação que garanta trabalho decente à juventude brasileira.

Rodrigo Amaral, Instituto de Juventude Contemporânea



Inserção no Mercado de Trabalho



Fonte: Projeto Juventude. Instituto Cidadania/SEBRAE

empregabilidade



de olhos bem abertos

Alencar Ferreira

O cenário econômico brasileiro começa a frustrar de maneira enfática os críticos que apostavam que 2004 seria mais um ano quando, para o País, não haveria primavera.

A indústria exhibe a maior oferta de vagas dos últimos cinco anos. O Cadastro Geral de Emprego e Desemprego-Caged registra o maior saldo de emprego formal desde 1992. A renda dos assalariados está em fase de recuperação. O nível de ocupação no setor agrícola registra alta de quase 22% em relação ao estoque do início do ano.

Mas, tão importante quanto buscar semear boas políticas é ter consciência de que não se pode tapar com o sol de vinte meses de governo a peneira de séculos de injustiças e desigualdades. Segundo os indicadores nacionais e internacionais, uma das parcelas sociais que mais sofre com essa desigualdade é a juventude. Quase metade do desemprego mundial concentra-se na população com idade entre 15 e 24 anos.

No Brasil, a taxa de desemprego entre a juventude é o dobro da taxa média nacional. Ainda temos 1,2 milhão de analfabetos, e dois terços dos jovens em idade para ter concluído o ensino médio, não o conseguiram.

É preciso ter os olhos sempre abertos ao potencial dessa realidade de gerar jovens sem trabalho, subempregados e vulneráveis a meios violentos de sobrevivência. Nesse reconhecimento está o nascedouro do Grupo Interministerial da Juventude, que concentrará 18 áreas do Governo Federal na proposição sistemática de políticas voltadas para produzir respostas imediatas e duradouras.

O programa Primeiro Emprego (PNPE), do Ministério do Trabalho e Emprego, é uma dessas ações. Daí a criação de mecanismos que facilitarão a adesão dos empresários, por meio da subvenção econômica ou da consciência da responsabilidade social, e que expandirão os sistemas de participação, e acompanhamento dessa participação, para mais de 700 pontos de atendimento que estamos criando. A essa abordagem aliam-se a ampliação dos consórcios sociais da juventude para todas as 27 capitais; o projeto Soldado Cidadão; o Serviço Civil Voluntário; o projeto Jovem Empreendedor em parceria com o Sebrae; o estímulo ao cumprimento da lei da aprendizagem, além de um número enorme de parcerias que vimos construindo com a sociedade civil e órgãos internacionais como a OIT e o Banco Mundial.

Tudo isso para que, em breve, em movimento de sinergia com as ações do Grupo Interministerial da Juventude, passemos da semeadura de bons projetos à colheita de bons resultados. Não bastam ações de governo. Os setores incluídos da sociedade e os empresários têm de ser parceiros nessa empreitada. Abrir os olhos para essa demanda significa construir um mundo melhor para todos nós.

Alencar Ferreira, Economista e Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego



cultura,
esporte e
lazer

cultura, esporte e lazer



Seguindo a meta proposta ao grupo, discutiu-se cultura de forma ampla, conciliando-a com esporte e lazer. Tendo em vista o compartilhamento de conhecimentos, verificou-se que cultura envolve as peculiaridades de cada região no Brasil e de cada etnia presente no País. O Grupo Temático Cultura Esporte e Lazer, evidenciando tais premissas propõe:

- 1 -** Criar núcleos de produção nas áreas de cultura, esporte e lazer de interesse da juventude para gerar renda.
- 2 -** Isentar de impostos projetos sociais sem fins lucrativos e prêmios culturais e esportivos.
- 3 -** Criar um banco de dados, atualizado periodicamente, com participação da sociedade civil, para financiar, a partir das instituições, grupos, movimentos artísticos para inclusão social.
- 4 -** Criar um fundo para pequenos projetos, até R\$ 20 mil reais feitos e/ou direcionados para jovens excluídos.

*A gente não quer só comida,
a gente quer comida, diversão e arte.*

Arnaldo Antunes

5 - Fomentar iniciativas/atividades/produções que visem o autoconhecimento das raízes históricas e culturais das pessoas e comunidades.

6 - Incentivar políticas de inclusão econômica social a partir da produção cultural, com a criação de incubadoras de indústrias culturais, arranjos produtivos culturais e cadeia produtiva do artesanato.

7 - Incentivar produções já existentes como: Festival Internacional de Teatro, Palco e Rua (FIT) BH, festas juninas nordestinas, produções de Hip-Hop, Afro, Nativos, manifestações regionais, entre outros.

8 - Criar práticas que possibilitem o acesso das comunidades de baixa renda a elementos e manifestações culturais, hoje, elitizadas, como: teatro, ópera, cinema, canto lírico, artes plásticas, entre outros.

9 - Qualificar, por parte do poder público e financiadores em geral, a produção cultural a ser apoiada com a participação decisória das comunidades; (adoção do orçamento participativo de cultura).

10 - Apoiar, por parte do poder público e financiadores em geral, o desenvolvimento de mídias alternativas que se contraponham ao processo de deculturação e aculturação das pessoas e comunidades, promovendo o resgate, a valorização das raízes históricas e culturais do povo e apoiar o fomento, quanto ao esporte, inclusive por meio do patrocínio do Circuito Nacional.

juventude e cultura

Marília Pastuk

Não se pode falar de juventude e nem de cultura em uma sociedade como a nossa onde as diferenças sociais são tão marcantes. Na realidade, temos juventudes e culturas que têm como ponto comum a escolha de signos determinados para expressar uma fase da vida onde identidades e projetos estão sendo definidos, a partir de condições dadas *a priori*. E nesse sentido a vivência dessa fase da vida varia muito em função de contingências diversas. Temos a juventude do asfalto e a juventude da favela e da periferia com suas culturas próprias que nem sempre se confundem, ainda que, por diversos momentos, uma se espelhe na outra, não raro virando caricatura. De fato, o jovem da favela e da periferia - fruto do contexto onde está inserido e das suas reais condições de existência quando não está consumindo uma cultura que lhe é imposta, produz uma cultura que lhe é peculiar exemplificada, na atualidade, por meio do funk e do hip hop, ambas expressões legítimas do pedido de socorro e/ou da denúncia de uma sociedade que ignora seus potenciais, necessidades, vontades e direitos de cidadania, inclusive de cidadania cultural. E esta última pressupõe o respeito à diferença. Diferença essa que não quer dizer desigualdade e sim reconhecimento de identidades particulares e de suas expressões, e ao mesmo tempo, tolerância e valorização mútua, assim como a afirmação de direitos comuns. Inalienáveis. Como o direito à vida.

Marília Pastuk, Superintendente da
Ação Comunitária do Brasil

Atividades que gostaria de fazer



Fontes: Projeto Juventude. Instituto Cidadania/SEBRAE

Razão que impede de fazer o que gostaria



cultura, esporte e lazer



programa segundo tempo: o esporte como alternativa

Agnelo Queiroz

Nunca no Brasil se debateu com tamanha profundidade e abrangência a questão do esporte e do lazer para juventude. Esta é, hoje, uma questão de Estado em nosso país. Por isso está na pauta de prioridades do Governo Federal, em primeiro lugar, e dos governos estaduais e municipais, que são em última instância o elo mais forte com a sociedade, em especial a juventude.

A iniciativa de utilizar o esporte como ferramenta de desenvolvimento de habilidades jovens é uma oportunidade das políticas públicas de também fornecer alternativas de ocupação do tempo livre juvenil, e de promover o desenvolvimento físico e intelectual, prevenindo o envolvimento com drogas e outros males.

Nessa linha, desenvolvemos nosso programa carro chefe, “O Segundo Tempo”, em parceria com o Ministério da Educação, com o objetivo de possibilitar o acesso à prática esportiva aos alunos matriculados no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação do Brasil, principalmente em áreas de vulnerabilidade social.

O Programa prevê a iniciação esportiva em diversas modalidades coletivas e individuais, fornecendo assim oportunidades aos alunos envolvidos de ampliar seus conhecimentos e seu regular contato com o esporte. Esperamos com esse Programa que nossos jovens desenvolvam: os raciocínios lógico e espacial; o aprendizado da ação coletiva, favorecendo a inserção do indivíduo no grupo; e a melhoria da comunicação, fortalecendo a compreensão e expressão nas crianças e adolescentes envolvidos.

Como resultado, prevê-se o fortalecimento de valores sociais, privilegiando as noções naturais de liderança, de trabalho em equipe e de disciplina individual e coletiva, o que deverá contribuir para formar cidadãos mais preparados, mais solidários e com maior sentido de cooperação. Esperamos com isso contribuir para o desenvolvimento integral da juventude brasileira e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da nação.

Agnelo Queiroz, Ministro do Esporte. Discurso proferido durante a Cerimônia de Abertura do Vozes Jovens em 24 de maio de 2004



meio ambiente

meio ambiente



*Minha vida...
quebrando pedras
e plantando flores*
Cora Coralina

A partir da percepção de que a busca por sociedades sustentáveis é um pressuposto fundamental para garantir o futuro aos jovens, seja do ponto de vista econômico, social e ambiental, o Grupo Temático Meio Ambiente, Vida Saudável e Eco-negócios nas Áreas Urbanas e Rurais propõe:



1 - Estabelecer mecanismos que garantam a soberania nacional perante os recursos naturais brasileiros, por meio do uso da base legal e da defesa do poder soberano em plataformas e negociações internacionais, dando especial atenção às seguintes temáticas:

- Lei de patentes;
- Pesquisa;
- Biodiversidade;
- Biopirataria;
- Bacias hidrográficas (internacionalização);
- Sequestro de carbono;
- Água (privatização).

2 - Implementar programas que ofereçam condições básicas de saneamento, principalmente em áreas periféricas e rurais, mediante esforços entre governos, iniciativa privada, cooperação internacional e sociedade civil, atentando para o desenvolvimento de soluções alternativas.

3 - Fomentar, instrumentalizar, formar e apoiar o empreendedorismo sustentável juvenil utilizando pesquisas e o conhecimento tradicional local para melhor aproveitamento dos recursos naturais (agricultura familiar, extrativismo e pesca) e de resíduos

sólidos, como uma das alternativas de geração de renda e soluções ambientais, compartilhando experiências e multiplicando tecnologias;

4 - Desenvolver e apoiar campanhas organizadas por jovens para esclarecimento e divulgação de pesquisas sobre as vantagens e desvantagens da produção e consumo de alimentos geneticamente modificados e participação ativa da juventude tanto na formação da opinião pública, quanto nas decisões políticas sobre o tema.

5 - Promover, fortalecer e ampliar a participação da população jovem, com especial atenção aos grupos rurais, populações tradicionais, indígenas e étnicos, nas instâncias formais de decisão sobre questões ambientais por meio de:

- Fórum;
- Redes;
- Seminários;
- Grupos comunitários.

6 - Criar um programa específico no FNMA para apoio a projetos ambientalistas propostos por organizações de juventude.

7 - Ampliar a divulgação da Agenda 21 através dos meios de comunicação com apoio do Governo e de entidades ambientalistas; criar um programa que vise a capacitação, instrumentalização.

8 - Viabilizar do trabalho de jovens como educadores ambientais, tornando-os multiplicadores nas escolas e comunidades em geral.

9 - Propor a criação de um fundo internacional que compense financeiramente os países que tenham sucesso na proteção e uso sustentável de seus recursos naturais e efetivamente implementem sua legislação ambiental.

10 - Propor ao Banco Mundial rever sua estratégia de financiamento de empreendimentos de grande impacto ambiental (agricultura extensiva, pecuária, mineração, etc) por meio de planejamento/estudo de impacto socioambiental e reordenamento territorial.



a participação das juventudes na questão ambiental atual

**Fábio Deboni e
Soraia Mello**

A degradação ambiental afeta cada vez mais as gerações “do futuro” no presente. Comprometidos com a resolução dos problemas sócioambientais, novos ambientalistas que fazem parte das diferentes “juventudes” no Brasil estão buscando trabalhar a dimensão ambiental em algumas de suas pautas clássicas como saúde, cultura, educação, trabalho e renda, cidadania, etc. As suas preocupações e propostas convergem na busca de um mundo com mais qualidade

de vida e felicidade para todos. Esses diferentes olhares contribuem para a superação dos complexos desafios que dependem não somente de atitudes individuais, mas, principalmente, das ações coletivas decorrentes de uma cultura de participação política.

Estas ações, a nosso ver, necessitam estar sintonizadas em duas perspectivas de transformação – a cultural e a social, as quais têm sido focadas de maneira completamente distintas. A primeira delas, mais disseminada na sociedade atual e junto a este público, é aquela que remete à premência por mudanças nas formas de se olhar e de relacionar com o mundo, a

meio ambiente



partir da realidade que nos cerca. Falamos da necessidade de mudanças culturais não só na interação “seres humanos e outros seres” como também na interação entre nós humanos - homens e mulheres, ricos e pobres, etc. A segunda perspectiva – a da transformação social - parte do pressuposto que qualquer intervenção relacionada à questão ambiental, deve ir além da sua contribuição ao processo de transformação cultural (exemplificado pelas tão conhecidas expressões de “conscientização”, “mudança de hábitos, valores e atitudes”, dentre muitas outras) de uma determinada comunidade, localidade, região. Deve almejar a promoção de profundas e efetivas transformações na estrutura social local/global atual.

Não estamos falando de um mero ativismo socioambiental, mas de um sincero compromisso e comprometimento com uma causa, orientada em diversos níveis e dimensões - mental, espiritual, pessoal, cultural, social e política – e de uma concepção de que é possível construir conhecimento e participar efetivamente dos processos de decisões sobre a questão ambiental no bairro, no município, no estado, no Brasil e no mundo; caminhando com mais firmeza em direção às tantas mudanças desejadas e necessárias.

Certamente há espaços de participação e de aprendizagem já conquistados e outros a serem, nos quais a participação das distintas “juventudes” é de fundamental relevância, por diversos motivos. Primeiro, porque a questão ambiental afeta todas elas; segundo, porque elas podem contribuir de várias maneiras na reversão deste processo degradatório e terceiro, porque há claros sinais de inovação quanto a estas formas de intervenção, que certamente têm como elemento principal o fator *criatividade*.

O olhar da simplicidade sobre a complexidade das questões socioambientais talvez seja o ingrediente que dará um sabor especial e peculiar a esta “Participação das juventudes na questão ambiental atual”, com especial destaque ao Brasil.

Fábio Deboni, agrônomo e Educador Ambiental, Técnico da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Soraia Mello, engenheira Florestal e Educadora Ambiental, Técnica da Coordenação Geral de Educação Ambiental - Ministério da Educação.

juventude e meio ambiente

Camila Godinho

Trabalhar com meio ambiente, significa realizar atividades que integrem os aspectos ambientais, sociais, políticos, culturais e ambientais. É impossível hoje ver a questão ambiental sem considerar os outros fatores com os quais ela se entrelaça. É nesta nova concepção que se baseia a maior parte das ações da juventude brasileira na área ambiental.

Ações diversas ocorrem no Brasil. A maioria delas é baseada na educação ambiental, sensibilização e conscientização. Os temas trabalhados variam de acordo com as características locais, contudo existe uma predominância da abordagem de questões relacionadas à água, biodiversidade e consumo e produção sustentáveis.

A ação juvenil em 2003 contou com o importante apoio dos Ministérios do Meio Ambiente e Educação quando foram criados Conselhos de Jovens em todos os 27 Estados Brasileiros. Jovens ativistas ambientais tiveram a oportunidade de se conhecer e começar a se articular. Hoje, o desenvolvimento desta articulação e a formação de parcerias ocorre por meio da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA).

O processo da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente abriu um espaço de diálogo entre os jovens e organismos do Governo Federal, contudo ainda precisamos potencializar esta comunicação. Vale ressaltar que a pesquisa Perfil da Juventude Brasileira realizada pelo Instituto da Cidadania, revela que apenas 1% dos entrevistados participam de grupos de defesa do meio ambiente.

Destes, 57% afirmaram que, mesmo não participando destes grupos, gostariam de fazê-lo. Os jovens estão percebendo que, ao realizar ações relacionadas à questão ambiental, estão contribuindo para construir sociedades sustentáveis.

**Camila Godinho, Conselho PNUMA
Jovem e Grupo Interagir**

CONFERÊNCIA INFANTO-JUVENIL "VAMOS CUIDAR DO BRASIL - 2003"

Alcance de Jovens envolvidos nas discussões:

- 27 Comissões Organizadoras nos Estados
 - 553 pessoas/instituições
 - 27 Conselhos Jovens
 - 317 participantes de movimentos de juventude
- Conferências do Meio Ambiente
- 4.067 municípios
 - 15.452 escolas
 - 5.660.692 participantes

A Conferência Infanto-Juvenil foi um processo amplo e democrático que envolveu a juventude brasileira na discussão de políticas ambientais. O processo foi iniciado com o pioneirismo dos Ministérios do Meio Ambiente e Ministério da Educação.

Fonte:

www.mma.gov.br/propostasdas escolas 28/01/2004



meio ambiente



juventude e desenvolvimento sustentável

Ricardo Young



A iniciativa 'Vozes Jovens', organizada pelo Banco Mundial, com apoio da Organização Internacional do Trabalho – OIT, da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação e Cultura – UNESCO, da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento – USAID e da Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF, vem demonstrar uma vez mais o quanto a ampliação de espaços de participação da sociedade é condição imprescindível para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Diante da necessidade de lançarmos um novo olhar sobre os princípios que devem nortear este desenvolvimento, a sensibilização e a capacitação de uma nova geração para este olhar são garantias de que os fundamentos para a mudança estarão consolidados. A construção de uma nova sociedade reserva aos jovens um papel-chave, que será exercido na medida em que novas visões e competências sejam por eles adquiridas.

Vale lembrar que, dentre as diversas faces da desigualdade, uma das mais perversas é a própria

desigualdade no acesso a oportunidades de voz e participação. Dar aos beneficiários das políticas sociais a oportunidade de se manifestar sobre os rumos destas políticas não é um ato de benevolência; é, antes, garantir-lhes o exercício de um direito e uma oportunidade de prática cidadã. Representa também um caminho para se entender melhor a realidade e assim focalizar e definir as políticas públicas.

A consistência das propostas apresentadas por estas jovens vozes, em temas tão diferentes quanto educação, direitos humanos, violência, empregabilidade, meio ambiente e outros, só vem comprovar esse pensamento. Em especial as propostas construídas no tema do empreendedorismo, priorizando questões como a formação de redes e a definição de políticas públicas específicas, mostram a importância de se construir junto a esse público competências voltadas para o desenvolvimento sustentável. Refletem ainda o desejo do jovem de participar como protagonista - e desde já - na transformação da realidade do país.

Ricardo Young, Instituto Ethos



competitividade global
e responsabilidade social

competitividade global e responsabilidade social



A partir dos debates que tiveram como base as experiências locais analisadas na perspectiva da competitividade global, houve o consenso de que para fortalecer as iniciativas locais de responsabilidade social, em especial dos jovens, o Grupo Temático Competitividade Global e Atuação Local com Responsabilidade Social propõe:

- 1-** Criar uma agência que sistematize, divulgue, potencialize e dissemine as tecnologias sociais exitosas oriundas das próprias comunidades.
- 2-** Ampliar as oportunidades de acesso ao crédito para jovens por meio de um processo educativo e de acompanhamento sistemático do empreendimento.
- 3-** Fortalecer o comércio local por meio de estímulo à criação de redes regionalizadas monitoradas.

As leis não bastam

Os lírios não nascem das leis

Carlos Drumond de Andrade

4- Estruturar os sistemas de produção e transporte (“microcentros de consumo”).

5- Criar redes de pequenas empresas socialmente responsáveis que possam competir de forma qualificada e profissional nos mercados em potencial (nacional e exterior).

6- Criar um processo de certificação de micro e pequenas empresas socialmente responsáveis.

7- Mobilizar a sociedade para uma mudança da cultura de consumo, com valorização do desenvolvimento local.

8- Promover ambientes e canais de troca de produtos e serviços em uma lógica de economia solidária entre as iniciativas de juventude.

9- Promover a educação da juventude de forma a desenvolver suas plenas potencialidades e respeitar as singularidades locais, para a integração competitiva na sociedade global.

10- Criar uma política de incentivo fiscal aos empreendimentos liderados por jovens com apoio dos organismos de cooperação multilaterais (Banco Mundial, OIT, USAID, UNESCO, BID...) e governos.

competitividade global e atuação local com responsabilidade social

André Videira

As jovens e os jovens reunidos no evento Vozes Jovens deram seu recado: As organizações e movimentos de e para a Juventude querem resultados efetivos. Isso significa, também, interação no mundo global a partir do envolvimento das organizações de e para a juventude em concertação tripartite com os atores sociais (governos, sociedade civil e iniciativa privada). Unidos em forte visão comum de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, competitividade global e excelência mundial, e com forte inclusão econômica e social das comunidades, as jovens e os jovens apontam sua visão de futuro.

A criação de agendas e pautas de discussão local, de articulação política, social, cultural e econômica em nível global, permite o fortalecimento e a preparação competitiva de organizações de, e para a juventude como catalisadores de uma nova era da democracia representativa e de massas no Brasil, tendo a juventude como efetiva protagonista.

O Brasil tem uma identidade cultural rica, muito estudada e comentada. No entanto, pouco se utiliza

esta identidade para se fazer desenvolvimento de ações internacionais ou mesmo negócios com jovens, como estratégia de desenvolvimento sustentável do País.

O protagonismo juvenil, como se vê neste registro histórico, reforça o compromisso de forte ação local da juventude, conectada com as maiores questões que envolvem a humanidade e a construção de um Brasil diferente.

Essas diferentes formas de atuação são pertinentes. E, por meio do fortalecimento e da amplificação de suas organizações, mediante a criação de “espaços múltiplos e públicos onde a juventude possa reunir-se para discutir sobre diferentes assuntos por meio de debates temáticos”, que visem fortalecer a juventude enquanto membros de uma organização da sociedade civil, e de uma comunidade local em busca de um desenvolvimento equilibrado e socialmente justo. E, enquanto jovens que têm seus próprios questionamentos, aspirações, desejos e ambições.

Essa juventude, agente de mudanças e herdeira de um passado glorioso de lutas históricas, assume seu papel como protagonista da história, buscando sinalizar caminhos novos para a Nação Brasileira do século XXI.

André Videira, Instituto Negócios da Juventude



competitividade global e responsabilidade social



juventude e competitividade

Oded Grajew

Um país que deseja construir uma sociedade justa e sustentável tem necessariamente de estabelecer políticas públicas para a juventude. Precisa cuidar bem de todos os seus filhos e filhas. Há um abandono histórico dos governos e da sociedade com os jovens.

Estamos bastante atrasados nesta tarefa, mas temos que destacar iniciativas como “Vozes Jovens” que, apoiadas por organismos internacionais e nacionais como o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação e Cultura – UNESCO, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento – USAID e a Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF, vêm propor uma

agenda de políticas de juventude que prioriza a busca pelo desenvolvimento sustentável e tem como objetivo a plena realização das metas estabelecidas pelas Nações Unidas para o milênio.

A Carta de Proposições, um conjunto de propostas concretas para a criação de políticas públicas que, colocada em prática, certamente responderá às questões centrais da juventude, tem o mérito exemplar de ter sido construída com a participação dos jovens.

Este é mais um importante aprendizado que a atual juventude brasileira vai deixar para as gerações futuras: não há política pública bem-sucedida que exclua da sua gênese a participação protagônica dos principais interessados. Neste caso, os próprios jovens.

Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos



violência e
criminalidade

violência e criminalidade



Considerando as chamadas causas externas como a principal causa de morte de jovens hoje no Brasil, em suas mais diversas faces: doméstica, sexual, moral, sociocultural e etc. e diante da realidade sócioeconômica globalizada e excludente, o Grupo Temático Criminalidade e Violência propõe :

1 - Criar programas de estruturação, valorização e fortalecimento das famílias em situação de risco através da junção das políticas públicas existentes (campanhas publicitárias promovidas pelo Estado em articulação com os agentes da sociedade civil organizada com o objetivo de sensibilizar e conscientizar); incluindo o jovem em programas sociais como agente multiplicador de cidadania, por exemplo: estágios sociais, e fortalecimento e fomento de programas de envolvimento juvenil nas comunidades, como o “Agente Jovem”, garantindo uma formação cidadã e protagonismo da juventude.

2 - Gerar e alinhar Políticas de Emprego e Renda.

3 - Criar alternativas de acesso à cultura, esporte e lazer aproveitando as estruturas já existentes, abrindo espaços públicos e privados ociosos para fomentar uma

Quem disse que está tudo perdido?

Venho oferecer meu coração

Fito Paes

melhor convivência familiar e comunitária com práticas culturais alternativas, esportivas, profissionalizantes e educacionais em articulação com órgãos públicos e sociedade civil.

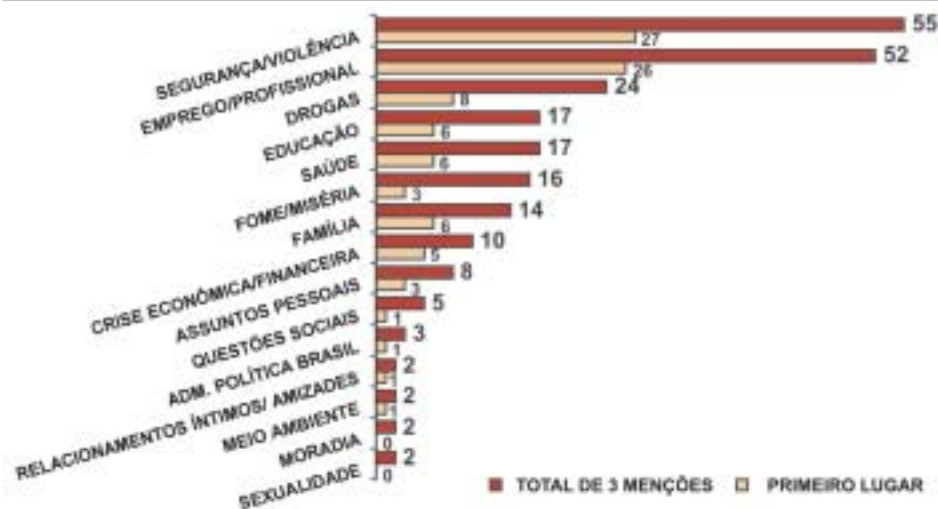
4 - Discutir permanentemente a temática da violência, inserindo a disciplina curricular nas escolas para discussão e conscientização das novas gerações objetivando a formação de uma cultura de PAZ e incorporando o conceito de responsabilidade social.

5 - Qualificar os policiais com os direitos humanos básicos e respeito à comunidade, e criar ações de integração entre as polícias e delas com a comunidade, visando à construção de uma relação de confiabilidade mútua.

6 - Promover eventos com financiamento público que devem conter em seus projetos contrapartidas sociais, ou seja, em eventos voltados ao público jovem que comercializem bebidas alcoólicas, cigarros, etc. Deverão obrigatoriamente oferecer uma contrapartida social, seja aos participantes do evento ou à comunidade em geral, como condição para receber verba pública.

7 - Criar um órgão que centralize e divulgue informações de todos os programas que contemplem os jovens, abrindo as possibilidades de parcerias com organizações da sociedade civil para a divulgação de seus projetos e divulgando uma cartilha consolidando os programas existentes.

Problemas que mais preocupam atualmente:



Fonte: Projeto Juventude.
Instituto Cidadania/SEBRAE

8 - Construir um sistema único de coleta e análise de dados relativos à situação da juventude e sistemas de atendimento e uma proposta metodológica padrão de pesquisa.

9 - Reestruturar o sistema de segurança e justiça com a criação de um mecanismo de acompanhamento informatizado dos inquiridos e dos processos judiciais, visando à agilização processual, à condenação dos culpados e o devido cumprimento das penas,

informatizando e integrando os sistemas de segurança e justiça, por meio de um cadastro nacional que acelere o processo de implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

10 - Criar políticas de acompanhamento e reinserção social dos Jovens Infratores e Detentos, estimulando a utilização das penas alternativas para crimes de menor potencial ofensivo e propiciar a mudança de ótica do sistema carcerário para reeducação e socialização e não, meramente, punibilidade.



juventude e conflito

Rudá Ricci

É necessário destacar as questões que atingem mais duramente os jovens brasileiros, na busca da montagem de uma pauta que oriente a construção de projetos de promoção do protagonismo juvenil. Não há como ser protagonista numa sociedade que nega seus direitos e onde as condições de sobrevivência e autonomia são extremamente limitadas.

A definição de temas e dilemas que constituem esta “pauta de referência” cumpre, ainda, uma outra função. Através dela é possível perceber que os projetos que envolvam os jovens são, necessariamente, interdisciplinares. Sua elaboração e gestão implicam, ainda, a superação dos “gestores de programas ou projetos setoriais” na direção de “gestores públicos”, cujos focos são a comunidade e o cidadão e não as metas setoriais ou dinâmicas administrativas da estrutura

violência e criminalidade



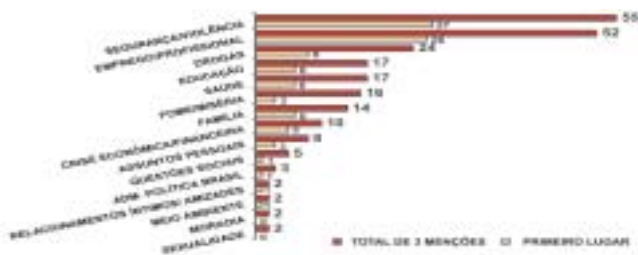
burocrática. Com efeito, quando a comunidade ou o cidadão é o foco da ação pública – e não a sua demanda específica – não há como atendê-los de maneira segmentada, justamente porque as condições concretas de vida de uma comunidade são determinadas por sua ação política, pelo acesso aos bens culturais e de promoção social, pela estrutura do mercado de trabalho, e assim por diante.

Novamente, o novo equipamento público que promoverá o protagonismo juvenil necessita integrar programas, secretarias, numa estrutura interdisciplinar.

Vejamos, portanto, ainda que sinteticamente, uma possível pauta que subsidiaria projetos de promoção do protagonismo juvenil em relação à violência:

Segundo a pesquisa “A Voz das Crianças”, 43% das crianças e dos adolescentes da América Latina se sentem inseguros no lugar onde vivem.

Contato com armas de fogo:



Fonte: Projeto Juventude. Instituto Cidadania/SEBRAE

Estudo realizado pelo IBGE, a partir de dados coletados entre 1980 e 2001, as mortes causadas por violência diminuem consideravelmente a expectativa de vida dos brasileiros. No caso dos homens, tal fenômeno reduz em 2,4 anos a expectativa de vida.

Os óbitos causados por violência atingem sobremaneira os jovens do sexo masculino entre 15 e 24 anos de idade, no Estado de São Paulo. Segundo a pesquisa do IBGE, São Paulo apresenta o maior índice de mortes violentas de jovens de todo o país. Em 2000, as mortes violentas de jovens atingiu 85,6% do total de óbitos registrados para jovens entre 15 e 24 anos.

Vários estudos sugerem que a violência é um fenômeno urbano e que não possui correspondência com renda ou taxa de desemprego.

O fenômeno da violência contra jovens é internacional. Nos EUA, apenas 27% das mortes de jovens entre 10 e 19 anos possuem causa naturais. Entre 1985 e 1991, 90% dos assassinatos de jovens nesta faixa etária envolveram arma de fogo (aumento de 154% no período).

No caso das ações violentas cujos autores são adolescentes, o principal fator desencadeador é o uso de drogas, como revelam pesquisas recentes sobre o sistema de atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Por sua vez, a motivação ao uso de drogas é o sentimento de abandono familiar. Lembremos que a porta de entrada para uso de drogas pesadas entre jovens é a cerveja, muitas vezes incentivada pelos pais dos usuários.

Rudá Ricci, Consultor YBNews - Minas Gerais
Doutor em Ciências Sociais, Professor da PUC-Minas e
Diretor da CPP Consultoria em Políticas Públicas.



redes e
desenvolvimento local

redes e desenvolvimento local



A partir da necessidade de criar plataformas de colaboração e intercâmbio de boas práticas – entre organizações e movimentos de juventude – é fundamental fortalecer, criar e programar mecanismos de comunicação entre as juventudes, bem como dialogar com governos e organismos multilaterais, para com isso reforçar a capacidade na formulação de políticas (de, com e para) juventude, que sejam “trans-setoriais”, abrangentes, plurais e elaboradas com visão de longo prazo. O Grupo Temático Fomento às Redes Locais de Organizações e Movimentos de Juventudes propõe:

1 - Mapear iniciativas, movimentos e organizações juvenis, consolidando os resultados em um banco de dados disponibilizado para todos, que subsidiem proposições de intervenção, ações conjuntas e fomento às redes, entre outras.

*Onde quer que eu vá
estarei sempre procurando o mundo
em caminhos fora do mundo*

Maria Dolores Wanderley

2 - Criar política de apoio e fomento à constituição e/ou fortalecimento de redes em âmbito municipal, estadual e federal.

3 - Apoiar as iniciativas juvenis que visem à criação de plataformas de comunicação, intercâmbio de idéias, boas práticas e experiências tendo em vista o desenvolvimento, implementação e operacionalização de TICs (Tecnologia de Informação e Comunicação).

4 - Construir junto com a juventude um diagnóstico técnico e participativo sobre sua realidade local, identificando suas peculiaridades e demandas.

5 - Desenvolver programas de capacitação subsidiados para:

- a. Formação de multiplicadores e facilitadores.
- b. Formação de articulação entre organizações e movimentos de juventudes
- c. Gestão de Redes
- d. Mobilização
- e. Fortalecimento institucional e gerencial
- f. Sustentabilidade de Redes
- g. Conceitos e contexto

6 - Realizar no Brasil uma edição do Festival Mundial de Juventude.



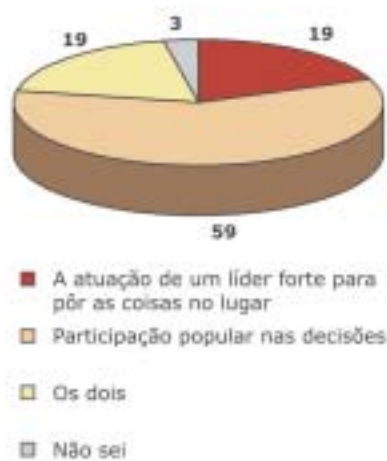
7 - Fomentar a criação de espaços locais, estaduais, regionais e nacionais que qualifiquem os jovens como atores políticos na expressão e negociação de suas demandas locais e/ou nacionais junto ao poder público.

8 - Criar um Sistema Nacional de Juventude que inclua: secretaria nacional ou ministério; conselhos municipais, estaduais e nacional, mais um fundo de apoio à juventude.

9 - Reivindicar um percentual mínimo do orçamento para a juventude nos três níveis governamentais, viabilizando o sistema nacional de juventude.

10 - Criar uma rede nacional de organizações e movimentos de juventude, com espaços locais de articulação.

Respostas para os problemas do país:



Fonte: Projeto Juventude. Instituto Cidadania/SEBRAE

Participação social da juventude

Silvio Caccia Bava

A participação social da juventude é um tema da maior importância. É um dos maiores desafios também, principalmente em países onde a exclusão social é tão forte como no Brasil, e os jovens estão entre os setores sociais mais penalizados.

Políticas para a juventude, políticas de gênero, políticas para idosos, podem ser propostas de duas maneiras: ou como parte das políticas focalizadas, assistencialistas, que atendem uma parcela reduzida da sua clientela potencial e não modificam as condições estruturais da exclusão social; ou como políticas transversais, que buscam fortalecer a articulação entre políticas públicas, por exemplo, de educação, emprego, esportes, saúde, cultura, assistência social, para potencial

a ação do Estado na construção de melhores condições de atenção para com os jovens.

Nas duas maneiras consideradas há dificuldades a se enfrentar. Como políticas focalizadas, elas expressam a negação de direitos, uma vez que não alcançam a universalidade, não beneficiam a todos. Como políticas transversais, elas estão ameaçadas pela forma hierárquica e vertical de organização do aparelho do Estado e da implementação de políticas sociais, que têm recusado esforços de integração e de transversalidade.

Em qualquer caso, a questão da participação social da juventude não pode ser uma convocatória dirigida a indivíduos. A participação dos indivíduos não tem força para modificar políticas públicas. Torna-se apenas a validação das políticas propostas pelos governos. Para



redes e desenvolvimento local



que a juventude assuma um papel protagonista na formulação de políticas, é preciso que os governos:

1. reconheçam e valorizem suas representações coletivas, suas redes de associações e entidades, seus movimentos, suas manifestações de autonomia e independência;
2. reconheçam e valorizem os conselhos de gestão de políticas setoriais, que já existem, são paritários e

deliberativos, e contam com a participação cidadã, tais como os conselhos de saúde, defesa dos direitos da criança e do adolescente, assistência social;

3. invistam na qualificação dos jovens para atuarem, através de suas representações coletivas, nos espaços públicos de gestão e controle social das políticas públicas.

Políticas para a juventude, num país que hoje tem na juventude sua maior parcela populacional, precisam ser políticas de afirmação de direitos universais. Garantir a universalização e melhorar a qualidade das políticas públicas é a resposta correta, mas que só será possível nos marcos de um novo modelo de desenvolvimento que se oriente para satisfazer as necessidades de bem-estar social da maioria da população, e não a lógica do mercado, como vem sendo atualmente.

Sílvia Caccia Bava, Diretor Instituto Pólis



participação jovem no governo lula

Beto Cury

Uma das tarefas que se colocam na ordem do dia é a constituição de mecanismos e controle democrático das políticas públicas de juventude. Mas, para que sejam efetivamente democráticas, é fundamental contar com uma juventude consciente e mobilizada, ativa e participativa, disposta a agir sobre a dinâmica política real, cotidianamente, em cada conjuntura. Essa nova relação implica numa renovação da cultura política dos movimentos sociais e populares. E é importante lembrar que, quando tratamos de juventude, é necessário vislumbrar o caráter transversal que esse controle assume. Cada ministério tem impacto de políticas de juventude e esse trabalho deve ser produzido e avaliado

como uma política comum e não isolada em cada ministério. A política Nacional de Juventude tem uma dimensão republicana e contemporânea que a democracia brasileira precisa adquirir

A Secretaria-Geral trata da governabilidade social, das relações com os diversos setores da sociedade. Nesse sentido, o governo iniciou uma grande agenda de trabalho para viabilizar esse controle social das políticas de juventude. Com a juventude, estamos participando do esforço que o governo está fazendo no sentido de definir as nossas políticas públicas para esse setor social.

Primeiro, se montou um Grupo Interministerial de Juventude, coordenado pela Secretaria Geral, com o objetivo A primeira etapa teve como objetivo mostrar um retrato fiel às condições sociais da juventude

brasileira, com base em dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) elaborados pelo IPEA. O segundo passo foi mapear ações e programas na área de juventude, envolvendo todos os Ministérios que executassem algo na área. Foram encontradas cerca de 143 ações que atendem a jovens, direta ou indiretamente, sendo que 20 dessas são focadas especificamente na faixa etária dos 14 aos 24 anos. Entre as que atendem indiretamente os jovens, estão programas como o EJA (Alfabetização de Jovens e Adultos), o PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda) e o SUS (Sistema Único de Saúde). Dentre os focados na juventude se encontram, por exemplo, o Programa Primeiro Emprego e o Segundo Tempo.


Durante os meses de funcionamento, o Grupo contou com vários jovens em sua composição, desde técnicos de pesquisa do IPEA, até membros dos

Ministérios, aí incluído o do Trabalho, Meio Ambiente, Educação e Esportes. Esse esforço, no sentido de promover o diálogo e a participação social não é um movimento dirigido a abolir ou substituir a democracia representativa. O sentido dessa ação política é aperfeiçoar a democracia brasileira, instituindo canais de democracia participativa.

Esse método de governar, com diálogo e participação, não só é coerente com o que sustentou o PT ao longo de sua história, como também o é com as formulações da esquerda contemporânea. É nesse novo espaço que se criará uma vasta rede de articulação e solidariedade social, novas formas de identidade e o exercício de uma cidadania mais ativa, em que os jovens assumirão uma maior responsabilidade na transformação do nosso país.

Beto Cury, Subsecretário de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Juventude e Participação Social

- 
- MESA DE DEBATE SOBRE JUVENTUDE E INCLUSÃO SOCIAL
 - DIÁLOGOS SOBRE JUVENTUDE E SOCIEDADE CIVIL
 - VOZES JOVENS E OPERAÇÕES DO BANCO NOS PAÍS
 - Programas de pobreza rural/ CAS / Plano Plurianual-PPA
 - Participação na preparação e implementação de programas e projetos.
 - Iniciativas lideradas por jovens.
 - Monitoramento e Avaliação. Controle Social.
 - FORMAÇÃO DE CAPACIDADES E FORTALECIMENTO DAS REDES E MOVIMENTOS DE JUVENTUDE

Fonte: Banco Mundial

redes e desenvolvimento local



as redes de juventude no brasil

Luã Gabriel

As redes de juventudes hoje são de extrema importância no Brasil, pois as mesmas funcionam como agentes gestores e fiscalizadores das políticas públicas para os jovens no País. Esses organismos plurais e descentralizados são ótimas escolas de militância para os atores que interagem, uma vez que nelas ocorre uma troca de experiências e de informações entre jovens do Brasil inteiro, porém ainda são novidades para muitos, por ser ainda bastante recente o aparecimento dessas redes e por não haver muita divulgação.

Ao mesmo tempo em que nascem muitos organismos independentes, ocorre também o surgimento dos Grupos de Trabalhos de Juventudes em redes que já têm um trabalho, uma identidade feita e um longo histórico. Isto ocorre porque dentro destas é identificada geralmente a grande participação da juventude em ações, ou pelo fato de sentirem necessidade de fortalecerem a rede com membros jovens, para que possam assim dar certa impulsionada nas ações executada por esta.

Essas redes de juventude estão cada vez mais ganhando o reconhecimento e até o respeito das

esferas de poder governamental e não-governamental por seus trabalhos que vêm sendo executados e dando bons frutos a favor das questões da juventude no Brasil.

Luã Gabriel, Diretor Argonautas Ambientalistas da Amazônia

Protagonismo Juvenil



bibliografia

Relatório Final. Projeto Juventude, Instituto Cidadania/SEBRAE. São Paulo – 2004

A Mídia dos Jovens. ANDI/ Instituto Ayrton Senna. Brasília. Ano 06. número 10 – 2002

Jovens no Brasil: Problemas e Desafios. Grupo Interministerial de Juventude/IPEA. Brasília – 2004

Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003. Waiselfisz, Julio UNESCO. Brasília - 2004

Um Brasil para as Crianças e Adolescentes. Rede de Monitoramento Amiga da Criança. São Paulo – 2004

Making Commitments Matter: a Toolkit for Young people to evaluate national youth policy. ONU, Nova Iorque – 2003

Relatório Preliminar. Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude. Câmara dos Deputados. Brasília – 2003

Agenda 21, Capítulo 25. A infância e a juventude no desenvolvimento sustentável. Nações Unidas - 1992

Carta de Braga. Primeira Conferência Mundial dos Ministros Responsáveis pela Juventude. Portugal 1998

Estratégia de Dakar. Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas. Senegal. 2001



AGENDA 21

CAPÍTULO 25

A INFÂNCIA E A JUVENTUDE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

25.1. A juventude representa cerca de 30 por cento da população mundial. A participação da juventude atual na tomada de decisões sobre meio ambiente e desenvolvimento e na implementação de programas é decisiva para o sucesso a longo prazo da Agenda 21.

ÁREAS DE PROGRAMAS

A. Promoção do papel da juventude e de sua participação ativa na proteção do meio ambiente e no fomento do desenvolvimento econômico e social

Base para a ação

25.2. É imperioso que a juventude de todas as partes do mundo participe ativamente em todos os níveis pertinentes dos processos de tomada de decisões, pois eles afetam sua vida atual e têm repercussões em seu futuro. Além de sua contribuição intelectual e capacidade de mobilizar apoio, os jovens trazem perspectivas peculiares que devem ser levadas em consideração.

25.3. Propuseram-se muitas ações e recomendações na comunidade internacional para assegurar à juventude um futuro seguro e saudável, o que inclui um meio ambiente de qualidade, melhores padrões de vida e acesso à educação e ao emprego. Essas

questões devem estar presentes no planejamento do desenvolvimento.

Objetivos

25.4. Cada país deve instituir, em consulta com suas comunidades de jovens, um processo para promover o diálogo entre a comunidade da juventude e o Governo em todos os níveis e estabelecer mecanismos que permitam o acesso da juventude à informação e dar-lhe a oportunidade de apresentar suas opiniões sobre as decisões governamentais, inclusive sobre a implementação da Agenda 21.

25.5. Até o ano 2000, cada país deve assegurar que mais de 50 por cento de sua juventude, com representação equitativa de ambos os sexos, esteja matriculada ou tenha acesso à educação secundária adequada ou em programas educacionais ou de formação profissional equivalentes, aumentando anualmente os índices de participação e acesso.

25.6. Cada país deve adotar iniciativas destinadas a reduzir as atuais taxas de desemprego dos jovens, sobretudo onde elas sejam desproporcionalmente altas em comparação com a taxa geral de desemprego.

25.7. Cada país e as Nações Unidas devem apoiar a promoção e criação de mecanismos para que a representação juvenil participe de todos os processos



das Nações Unidas, a fim de que ela influencie nesses processos.

25.8. Cada país deve combater as violações dos direitos humanos da juventude, em particular das mulheres jovens e meninas, e examinar a maneira de assegurar a todos os jovens a proteção jurídica, os conhecimentos técnicos, as oportunidades e o apoio necessário para que realizem suas aspirações e potenciais pessoais, econômicos e sociais.

Atividades

25.9. Os Governos, de acordo com suas estratégias, devem tomar medidas para:

(a) Estabelecer até 1993 procedimentos que permitam a consulta e a possível participação da juventude de ambos os sexos, nos planos local, nacional e regional, nos processos de tomada de decisões relativas ao meio ambiente;

(b) Promover o diálogo com as organizações juvenis em relação à redação e avaliação dos planos e programas sobre o meio ambiente ou questões relacionadas com o desenvolvimento;

(c) Considerar a possibilidade de incorporar às políticas pertinentes as recomendações das conferências e outros fóruns juvenis internacionais, regionais e locais que ofereçam as perspectivas da juventude sobre o desenvolvimento social e econômico e o manejo dos recursos;

(d) Assegurar o acesso de todos os jovens a todos os tipos de educação, sempre que apropriado, oferecendo estruturas de ensino alternativas; assegurar que o ensino reflita as necessidades econômicas e sociais da juventude e incorpore os conceitos de conscientização ambiental e desenvolvimento sustentável em todo o currículo; e ampliar a formação profissional, implementando métodos inovadores destinados a aumentar os conhecimentos práticos, tais como a exploração do meio ambiente;

(e) Em cooperação com os ministérios e as organizações pertinentes, inclusive representantes da juventude, desenvolver e implementar estratégias para criar oportunidades alternativas de emprego e proporcionar aos jovens de ambos os sexos o treinamento requerido;

(f) Estabelecer forças-tarefas formadas por jovens e organizações juvenis não- governamentais para desenvolver programas de ensino e conscientização sobre questões decisivas para a juventude, voltados especificamente para a população juvenil. Estas forças-tarefas deverão utilizar métodos educacionais formais e não-formais para atingir o maior número de pessoas. Os meios de comunicação nacionais e locais, as organizações não-governamentais, as empresas e outras organizações devem prestar auxílio a essas forças-tarefas;

(g) Apoiar programas, projetos, redes, organizações nacionais e organizações juvenis não- governamentais para examinar a integração de programas em relação às suas necessidades de projetos, estimulando a participação da juventude na identificação, formulação, implementação e seguimento de projetos;

(h) Incluir representantes da juventude em suas delegações a reuniões internacionais, em conformidade com as resoluções pertinentes da Assembléia Geral aprovadas em 1968, 1977, 1985 e 1989.

25.10. As Nações Unidas e as organizações internacionais que contem com programas para a juventude devem tomar medidas para:

(a) Examinar seus programas para a juventude e a maneira de melhorar a coordenação entre eles;

(b) Aumentar a difusão de informação pertinente aos Governos, organizações juvenis e outras organizações não-governamentais sobre a posição e atividades atuais da juventude, e monitorar e avaliar a aplicação da Agenda 21;



(c) Promover o Fundo Fiduciário das Nações Unidas para o Ano Internacional da Juventude e colaborar com os representantes da juventude na administração dele, centrando a atenção especialmente nas necessidades dos jovens dos países em desenvolvimento.

Meios de implementação

Financiamento e estimativa de custos

25.11. O Secretariado da Conferência estimou o custo total anual média (1993-2000) da implementação das atividades deste capítulo em cerca de \$1,5 milhões de dólares, a serem providos pela comunidade internacional em termos concessionais ou de doações. Estas são estimativas apenas indicativas e aproximadas, não revisadas pelos Governos. Os custos reais e os termos financeiros, inclusive os não concessionais, dependerão, inter alia, das estratégias e programas específicos que os Governos decidam adotar para a implementação.

B. A criança no desenvolvimento sustentável

Base para a ação

25.12. Os Governos, de acordo com suas políticas, devem tomar medidas para:

(a) Assegurar a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento da criança, em conformidade com as metas subscritas pela Cúpula Mundial da Infância de 1990;

(b) Assegurar que os interesses da infância sejam levados em plena consideração no processo participatório em favor do desenvolvimento sustentável e da melhoria do meio ambiente.

25.13. Os governos, em conformidade com suas políticas, devem adotar medidas para:

(a) Zelar pela sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças, em conformidade com

os objetivos subscritos pela cúpula mundial em favor da infância de 1990.

(b) Assegurar que os interesses da infância sejam plenamente tomados em conta no processo de participação conducente ao desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade do meio ambiente.

Atividades

25.14. Os Governos devem tomar medidas decisivas para:

(a) Implementar programas para a infância designados para alcançar as metas relacionadas com a criança da década de 1990 nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento, em especial em saúde, nutrição, educação, alfabetização e mitigação da pobreza;

(b) Ratificar a Convenção sobre os Direitos da Criança (resolução 44/25 da Assembleia Geral, de 20 de novembro de 1989, anexo) o mais rápido possível e implementá-la, dedicando-se às necessidades básicas da juventude e da infância;

(c) Promover atividades primárias de cuidado ambiental que atendam às necessidades básicas das comunidades, melhorar o meio ambiente para as crianças no lar e na comunidade e estimular a participação das populações locais, inclusive da mulher, da juventude, da infância e dos populações indígenas, e investi-las de autoridade para alcançar o objetivo de um manejo comunitário integrado dos recursos, em especial nos países em desenvolvimento;

(d) Ampliar as oportunidades educacionais para a infância e a juventude, inclusive as de educação para a responsabilidade em relação ao meio ambiente a ao desenvolvimento, com atenção prioritária para a educação das meninas;

(e) Mobilizar as comunidades por meio de escolas e centros de saúde locais, de maneira que as crianças e



seus pais se tornem centros efetivos de atenção para a sensibilização das comunidades em relação às questões ambientais;

(f) Estabelecer procedimentos para incorporar os interesses da infância em todas as políticas e estratégias pertinentes para meio ambiente e desenvolvimento nos planos local, regional e nacional, entre elas as relacionadas com a alocação dos recursos naturais e o direito de utilizá-los, necessidades de moradia e recreação e o controle da poluição e toxicidade, em zonas urbanas e rurais.

25.15. As organizações internacionais e regionais devem cooperar e encarregar-se da coordenação das áreas propostas. O UNICEF deve continuar cooperando e colaborando com outras organizações das Nações Unidas, Governos e organizações não-governamentais

no desenvolvimento de programas em favor da infância e programas de mobilização da infância para as atividades delineadas acima.

Meios de implementação

(a) Financiamento e estimativa de custos

25.16. As necessidades de financiamento da maioria das atividades estão incluídas nas estimativas de outros programas.

(b) Desenvolvimento dos recursos humanos e capacitação

25.17. As atividades devem facilitar as atividades de capacitação e treinamento que já figuram em outros capítulos da Agenda 21.



CARTA DE BRAGA

FÓRUM MUNDIAL DA JUVENTUDE DO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS

2 A 7 DE AGOSTO, BRAGA, PORTUGAL

Plano de Ação de Braga para a Juventude

Introdução

Nós, os representantes dos jovens e das organizações ao serviço da juventude, do Sistema das Nações Unidas e de outras organizações inter-governamentais, reunimos de 2 a 7 de Agosto de 1998 em Braga, Portugal, no terceiro Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas.

Congregamo-nos aqui para promover a Participação dos Jovens no Desenvolvimento Humano, convictos de que a participação da juventude é um requisito indispensável ao desenvolvimento da humanidade no seu todo.

No limiar do próximo milénio, os jovens estão plenos de esperança e empenhamento. Estamos convictos de que com uma parceria dos jovens e organizações ao serviço da juventude, por um lado, e dos governos das nações, o Sistema das Nações Unidas e outras organizações inter-governamentais, por outro, poderemos moldar o nosso mundo com vista à criação de um melhor futuro para todos.

Os jovens sofrem os desafios da injustiça e da exclusão, resultantes sobretudo das enormes iniquidades na distribuição do rendimento, da riqueza e do poder que dominam o mundo de hoje. Existe um fosso cada vez maior entre ricos e pobres porque o comércio e os acordos e relações para o investimento continuam a não ser justos.

Os jovens são sobrecarregados com a crise financeira e de endividamento e, como resultado dos Programas Estruturais de Ajustamento, sentem as conseqüências dos cortes que os governos vão fazendo nas despesas com os serviços humanos. Os sistemas educativos estão em declínio,

o acesso dos jovens aos serviços de saúde é restringido e o desemprego juvenil aumenta.

Os jovens sofrem atos de xenofobia e de racismo, de homofobia e de exclusão da participação democrática. Os jovens não tem acesso à informação, apesar das novas possibilidades de comunicar além-fronteiras, que deviam promover a tolerância em sociedades multi-étnicas, um respeito acrescido pelos Direitos do Homem e uma maior participação.

Só a nível mundial se podem encontrar soluções reais e sustentáveis para estes problemas, por meio da criação de novas parcerias entre todas as partes envolvidas. Essas soluções incluem a promoção de despesas sociais, graças ao cancelamento da dívida externa dos países pobres mais seriamente endividados, acordos comerciais que respeitem o direito ao trabalho e condições decentes de vida, o cumprimento do objetivo acordado de 0,7% do PIB para Apoio Oficial ao Desenvolvimento, o pagamento integral e incondicional das dívidas à ONU em devido tempo, bem como a continuação da reforma do Sistema das Nações Unidas.

Os jovens podem e devem participar na solução dos problemas mundiais. Em todo o lado jovens e organizações de juventude mostram que não são obstáculos, mais recursos valiosos para o desenvolvimento. Os jovens estão construindo a liderança democrática, a sociedade civil e o capital da sociedade para o Século XXI.

Com o Plano de Ação da Juventude de Braga, queremos emancipar os jovens para que participem no desenvolvimento humano. A Participação da Juventude no Desenvolvimento Humano exige que:



§ a comunidade internacional, o setor privado e especialmente os governos forneçam aos jovens os recursos financeiros adequados para dar realização a todo o seu potencial, tornando-os parceiros integrais e ativos no processo de desenvolvimento;

§ os jovens sejam reconhecidos, não só como futuros dirigentes, mas como atores da sociedade contemporânea, com uma participação direta no processo de desenvolvimento;

§ os jovens de ambos os sexos tenham condições de participação em termos de igualdade: a discriminação sexual é um obstáculo que tem de ser ultrapassado, e a emancipação da mulher é um pré-requisito indispensável ao desenvolvimento;

§ TODOS os jovens tenham a possibilidade de participar como autores e também como beneficiários do desenvolvimento: o desemprego, o analfabetismo, a discriminação contra os jovens indígenas, contra os jovens deficientes e que se baseia nos credos religiosos, bem como outras formas de exclusão social, são ameaças ao desenvolvimento;

§ a justiça entre as gerações presente e futura seja reconhecida como base fundamental para um desenvolvimento sustentado: os jovens devem participar nas decisões tomadas sobre os recursos do amanhã;

§ os jovens participem nas decisões políticas tomadas em todos os níveis, podendo organizar-se como ONG juvenis, associações de estudantes, sindicatos e partidos políticos e que colaborem na criação dos meios de comunicação de massa, a fim de participarem cabalmente na vida política, econômica, cultural e social;

§ as questões da juventude não sejam tratadas isoladamente, mas em harmonia com todas as decisões políticas. O terceiro Fórum Mundial da Juventude é um exemplo de como uma abordagem trans-setorial pode ser usada com sucesso.

O Plano de Ação de Braga para a juventude é um compromisso conjunto para a Participação dos Jovens no desenvolvimento Humano, assumido pelas ONG juvenis, o sistema das Nações Unidas e outras organizações inter-governamentais em parceria.

Como participantes no terceiro Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, afirmamos o nosso empenhamento pessoal e inabalável na Participação dos Jovens no desenvolvimento Humano.

Apelamos agora a todos os jovens, aos governos do mundo e à comunidade internacional para que trabalhem ao nosso lado, para concretizarmos estes compromissos e

tornarmos a nossa visão da Participação dos Jovens no Desenvolvimento Humano uma realidade.

O Fórum Mundial da Juventude Recomenda: POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Políticas de Juventude Integradas Trans-setoriais:

1. Até o ano 2005, a formulação, em todos os estados, de políticas de juventude que sejam trans-setoriais, abrangentes e elaboradas com visão a longo prazo, em conjunto com Planos de Ação que tenham em conta as orientações traçadas no Plano Mundial de Ação até e para além do Ano 2000. As políticas de juventude devem ter estatuto jurídico e ser apoiadas por estruturas legislativas e por recursos suficientes. Encorajamos todos os governos a criar e/ou reforçar instituições juvenis de referência, no âmbito da estrutura governamental. As políticas de juventude devem ser formuladas após um extenso processo de consultas entre as plataformas do governo e as das ONG juvenis nacionais, bem como de outros intervenientes, como parceiros iguais no processo.

2. A implementação efetiva de políticas de juventude trans-setoriais, de acordo com os Planos de Ação e os seus calendários, a formular em simultâneo com as políticas de juventude. Os Planos de Ação deverão ser usados por todos os intervenientes, especialmente as plataformas de ONG juvenis, como indicadores para o acompanhamento e avaliação do nível de implementação das políticas de juventude.

3. Que as Nações Unidas, em colaboração com outras organizações inter-governamentais e não-governamentais, identifique as melhores práticas na formulação e implementação das políticas de juventude e encorajem a adaptação dos princípios e das experiências entre os Estados Membros das Nações Unidas. O mecanismo do Grupo Temático de Jovens podia ser mais utilizado no âmbito do Sistema dos Coordenadores Residentes das Nações Unidas, para aumentar a coordenação das entidades das Nações Unidas na área da juventude, com vista à promoção de políticas nacionais de juventude. O Grupo Temático de jovens deveria das prioridade à colaboração entre ONG juvenis e as entidades das Nações Unidas.

Cooperação das ONG Juvenis a Nível Nacional:

4. A criação e/ou reforço de plataformas de ONG juvenis nacionais, representando o maior número possível de organizações juvenis democráticas de cada Estado, a criar por iniciativa das próprias organizações de jovens. As plataformas deverão respeitar a independência organizativa de cada membro e funcionar com base nos princípios da



solidariedade e da democracia. Os governos deverão reconhecer legalmente as plataformas das ONG juvenis nacionais como parceiros na decisão política de proporcionar-lhes o apoio financeiro adequado e garantir o livre crescimento das ONG.

5. A criação de mecanismos informais e formais de consulta entre as plataformas de ONG juvenis nacionais e os governos, que devem funcionar com base nos princípios do respeito mútuo e da parceria em plano de igualdade, de modo a que as preocupações dos jovens se reflitam por inteiro nas decisões políticas nacionais.

6. O Sistema das Nações Unidas e as organizações internacionais, incluindo as plataformas de ONG juvenis nacionais e internacionais, deverão reforçar a capacidade das ONG juvenis a nível nacional, regional e internacional, através de uma cooperação alargada a todos os níveis.

Juventude, Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento

7. Com base na Iniciativa de Braga sobre a Crise de Endividamento, os governos, a comunidade internacional, incluindo o FMI, o Banco Mundial e outras agências das Nações Unidas deverão trabalhar em associação com as ONG juvenis, no sentido de organizarem seminários regionais antes do ano 2000, de modo a avaliar os impactos da crise de endividamento nos jovens de ambos os sexos que vivem em países com estas dívidas. Os resultados das suas observações deverão ser utilizados para estabelecer políticas esclarecidas a nível da comunidade internacional, em particular nas áreas dos programas de ajustamento estrutural, da formação de capacidades, e do reforço da sensibilização e apoio ativo, visando a erradicação da pobreza. Estes seminários regionais deverão, também dar origem a uma conferência conjunta internacional das ONG juvenis e do sistema das Nações Unidas, incluindo o Banco Mundial e o FMI, a realizar antes do ano 2001.

8. Recomendamos que as organizações juvenis, em cooperação com os governos, as agências e organizações das Nações Unidas, as OIG e as instituições financeiras internacionais, se estabeleçam onde não existem e que reforcem as redes e agências para a juventude existentes a nível nacional, subregional e regional. Estas organizações, dotadas de autonomia em termos de planeamento, de poder de decisão e de implementação, deverão executar planos eficazes de erradicação da pobreza, participar em programas de desenvolvimento e atuar como organismo de supervisão para avaliar os progressos. Deverão prestar a devida atenção aos antecedentes sociais e culturais dos grupos-alvo,

promovendo uma formação e acompanhamento adequados, com envolvimento de membros da comunidade local.

9. Embora enfatizando o fato de os principais responsáveis pela erradicação da pobreza serem os Governos e a comunidade internacional, o Fórum Mundial da Juventude confirma a contribuição indispensáveis dada pelos jovens para a erradicação da pobreza e para o desenvolvimento. Recomendamos que todos os principais agentes envolvidos nas áreas da pobreza e da juventude, promovam, apoiem, desenvolvam e financiem o voluntariado da juventude. Além disso, deverá ser dada uma importância especial ao voluntariado de iniciativa dos jovens, durante o Ano Internacional dos Voluntários em 2001.

PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE

Participação de TODOS os jovens:

10. Que seja reconhecido que os jovens afetados por deficiências têm maiores dificuldades em participar na sociedade devido à inexistência de oportunidades iguais. Para melhorar o seu acesso, de modo independente, ao ambiente físico, é indispensável fornecer uma informação adequada, dispositivos auxiliares e equipamentos e realizar campanhas de sensibilização e de angariação de fundos. Estas ações devem ser promovidas e incentivadas a todos os níveis, através da cooperação entre ONG preocupadas com os problemas relacionados com as deficiências, assim como entre agências das Nações Unidas, os Governos e as OIG.

11. Os governos, as ONG, as OIG e o sistema das Nações Unidas devem promover a compreensão inter-cultural entre as diferentes culturas através de reuniões de trabalho, seminários, programas de intercâmbio e campos de juventude, utilizando um processo de avaliação adequado para assegurar que todas as culturas, e especificamente Os jovens indígenas, sejam totalmente reconhecidas, respeitadas e valorizadas pela sociedade. Propomos igualmente que as Nações Unidas patrocinem uma Conferência Mundial da Juventude Indígena e que, em relação a quaisquer futuras atividades ligadas à juventude, patrocinadas pelas Nações Unidas, sejam criados mecanismos para assegurar que são especificamente incluídos participantes indígenas como delegados com direitos próprios.

12. Que as ONG tomem a iniciativa, em cooperação com agências especializadas, programas e fundos das Nações Unidas, assim como com plataformas nacionais para a juventude, de realizar conferências que permitam um intercâmbio de experiências e informação sobre o trabalho com jovens vivendo em condições de extrema pobreza e com jovens que necessitem de proteção contra a violência,



em particular as mulheres jovens. Deverá ser dada prioridade ao contato com jovens que vivam em condições de extrema pobreza e ao trabalho, em estreita ligação com os mesmos, de criação e implementação de políticas de juventude e projetos concretos nas áreas da saúde, educação, formação e emprego. Propomos, também, a criação de centros nacionais de supervisão que apresentem ao Sistema das Nações Unidas um relatório anual sobre os indivíduos jovens vítimas de violência. Os resultados das conferências sobre os jovens excluídos por condições de pobreza extrema e o relatório sobre os jovens vítimas de violência deverão ser objeto de uma ampla divulgação através de todos os tipos de meios de comunicação, sendo utilizados como referência na avaliação da implementação das políticas nacionais de juventude.

As Organizações para a Juventude e o Sistema das Nações Unidas:

13. As Nações Unidas apóiam um envolvimento amplo, de forma democrática, das ONG juvenis no processo de tomada de decisão de todo o Sistema das Nações Unidas. Pedimos a intensificação do processo de consultas e uma participação plena e eficaz das ONG juvenis nas conferências, comissões, agências especializadas, programas e fundos do Sistema das Nações Unidas - as quais deverão reunir-se em diferentes regiões de modo a assegurar uma representação geográfica equitativa. Encorajamos os Estados Membros a incluírem representantes das ONG juvenis nas delegações nacionais à Assembleia Geral e a outras conferências e comissões do Sistema das Nações Unidas. Este procedimento deverá garantir uma representação ampla, abrangente e equilibrada, em função dos sexos, de todos os jovens, incluindo grupos como os indivíduos indígenas, os jovens com deficiências, os imigrantes, os refugiados e todas as minorias.

14. O reconhecimento da responsabilidade dos jovens em quererem assumir, por si próprios, o auxílio necessário à implementação do Plano de Ação de Braga para a Juventude, e de outras iniciativas das Nações Unidas - deste modo, oferecemos ao Sistema das Nações Unidas os serviços dos jovens aos níveis nacional, regional e internacional. Para que seja obtido êxito, deverá existir uma maior coordenação da implementação tanto ao nível nacional como regional e a informação deverá ser facilmente acessível a todos os indivíduos jovens (ação que poderá ser facilitada pelas delegações do Sistema das Nações Unidas); deverá ter-se em consideração a questão do financiamento nacional para alargar a eficácia das ONG juvenis, visando utilizar esses fundos para criar eventuais organizações autônomas; e a juventude não associada deverá ser envolvida de modo a assegurar a implementação eficaz de todos os programas.

15. Que seja dada, no Sistema das Nações Unidas, a maior prioridade às questões relacionadas com a juventude. Recomendamos o reforço do Departamento da Juventude das Nações Unidas e dos seus equivalentes em outros fundos, programas e agências especializadas e que lhes sejam atribuídos maiores recursos em termos financeiros e de pessoal - em especial de pessoal jovem. Recomendamos que o respectivo mandato seja alargado por forma a incluir a disseminação da informação e a coordenação das políticas e programas entre as ONG juvenis e as várias agendas, fundos e programas especializados. Deverão existir escritórios nacionais de ligação, para os Jovens, nos escritórios locais das Nações Unidas bem como uma quota para as organizações juvenis nos programas nacionais das Nações Unidas. Deverão igualmente assegurar a continuação do processo dos Fóruns Mundiais para a Juventude, incluindo a convocação de fóruns regionais para a juventude/de consulta, tanto para a preparação e acompanhamento do Fórum, como para o fortalecimento das suas ligações com as futuras conferências-intergovernamentais ao mais alto nível sobre a juventude (como seja a Conferência dos Ministros da Juventude), através da preparação, sessões e acompanhamento conjuntos. Os Estados membros deverão contribuir generosamente para o Fundo das Nações Unidas para a Juventude, o qual deverá dar prioridade ao projeto Sul - Sul.

Educação para o Século XXI:

16. Que a educação seja gratuita a todos os níveis e igualmente acessível a todos. O acesso a todos os níveis de educação não deverá estar sujeito a situação económica. Exortamos os governos a atribuírem mais recursos a educação, e que a UNESCO seja a agência coordenadora, com Os contributos técnicas e financeiras dos Governos, da criação de um Fundo Mundial para a Educação que conceda bolsas de estudo, de modo a permitir uma igualdade de acesso à educação a todos os níveis.

17. Que se reconheça a emancipação da juventude como um direito, através de uma participação ampla e ativa e de uma representação em todos os níveis de educação, instando os governos a procederem de igual modo. Recomendamos aos governos que reconheçam e promovam a importância da educação não formal, como parte integrante do desenvolvimento completo dos indivíduos e das sociedades, sendo, portanto, complementar da educação formal. Recomendamos a criação de Departamentos de Educação Não Formal no âmbito dos Ministérios da Educação, os quais trabalharão em parceria com as ONG responsáveis pelas políticas da educação não formal, através de um fórum democrático das ONG.



18. Embora reconhecendo que a educação deve ser relevante para as oportunidades de emprego, exortamos os governos a analisar e rever as suas políticas de educação formal, de modo a incorporarem o ensino de línguas, incluindo as línguas locais e indígenas, e a educação global dos cidadãos, com ênfase para os conceitos universais de paz, direitos humanos, compreensão intercultural e inter-religiosa, proteção ambiental, desenvolvimento sustentável e igualdade entre os sexos. O Fórum Mundial para a Juventude preconiza o desenvolvimento de materiais de ensino regionais e internacionais através das agências das Nações Unidas, a formação adequada de todos os educadores e a criação de unidades de coordenação nacionais.

Emprego dos Jovens para o Desenvolvimento Social:

19. O reconhecimento de que o problema do desemprego dos jovens é uma questão séria e complexa que requer ações, tanto a nível macro como micro-económico, por parte dos governos, dos parceiros sociais, das ONG e do Sistema das Nações Unidas. Existe necessidade de promover, melhorar e alargar a forma e implementação das políticas e programas destinados a promover o emprego dos indivíduos jovens. Recomendamos que o Sistema das Nações Unidas, em colaboração estreita com as ONG juvenis, procedam a uma avaliação comparativa da situação dos programas para o emprego dos jovens, em diferentes países de diferentes regiões. Esta avaliação deverá dar relevo aos programas para os jovens que apresentem desvantagens, nomeadamente, mas não exclusivamente, para as mulheres, os jovens com deficiências, os desempregados há muito tempo, os povos indígenas e os migrantes. A avaliação deverá incidir sobre questões como a sustentabilidade dos empregos, criados quando os programas terminarem, a qualidade dos empregos criados e a contribuição do projeto para o desenvolvimento social.

20. O reconhecimento de que existe uma falta de capacidade institucional das ONG na área do emprego e de comunicação entre as ONG e o Sistema das Nações Unidas. As ONG enfrentam frequentemente dificuldades na angariação de fundos para financiar projetos e na falta de conhecimentos sobre programas e projetos já existentes para promover o emprego juvenil. Para ultrapassar estas dificuldades, propomos um novo Sistema de troca de informações entre as ONG juvenis e o Sistema das Nações Unidas, assim como um plano estrutural de colaboração para fornecer apoio técnico e financeiro às ONG. O primeiro passo a dar e garantir-lhes o acesso a serviços relevantes de comunicação, com a ajuda das Nações Unidas. O segundo

passo diz respeito a criação de um web site e de um diretório de caixa de envio de correio, com e para as ONG, como outros meios de comunicação. O Webster deve conter, entre outras coisas, informações que digam respeito as ONG e às próprias Organizações Internacionais, material impresso em formato eletrónico publicado pelo Sistema das Nações Unidas, atualizações de projetos e experiências e idéias sobre como obter apoio financeiro e técnico para atividades relacionadas com o emprego juvenil.

21. Que há uma necessidade de dar autonomia, mobilizar e informar os jovens acerca dos direitos fundamentais no mercado de trabalho. Esses direitos tem de ser respeitados por todos, para assim se promover o desenvolvimento social. As ONG juvenis devem participar nos esforços da OIT para divulgar as suas Convenções, Recomendações e Resoluções, particularmente a “Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho”, aprovada pela Conferência Internacional do Trabalho, que teve lugar em Junho de 1998. Recomendamos ainda que seja empreendida pelas ONG uma campanha de divulgação de informações, com o apoio financeiro do Sistema das Nações Unidas, para esclarecer os jovens acerca dos seus direitos de acordo com os documentos da OIT. A campanha deve ser constituída por conferências, materiais de informação e formação e deve realçar a participação das bases.

Juventude, Saúde e Desenvolvimento:

22. A formulação/análise e implementação de uma política de saúde nacional integrada para a juventude que trate de todos os temas importantes da saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, o HIV/AIDS, as doenças infecciosas, o abuso de substâncias, a nutrição e a higiene, as práticas tradicionais nocivas como a mutilação dos órgãos genitais femininos, o abuso sexual, a exploração sexual, a saúde mental, a saúde ocupacional e ambiental. Tudo isto requer a participação ativa da juventude, das organizações relacionadas com a juventude, dos órgãos do governo das ONG, das organizações internacionais e das agências do Sistema das Nações Unidas.

23. A prestação de serviços de saúde orientados para a juventude, serviços de aconselhamento e particularmente de saúde reprodutiva, que sejam globais, acessíveis e participantes, para assegurar o bem-estar holístico de todos os jovens.

24. A comunidade internacional devera implementar a pesquisa fidedigna, a supervisão e a avaliação das necessidades de saúde dos jovens com a sua total participação e a troca



alargada e interativa de informações que tratem dessas necessidades. Os órgãos do governo, as ONG, as organizações internacionais e as agências do Sistema das Nações Unidas, em colaboração com as organizações da juventude, devem coordenar uma formação eficaz dos jovens dada pelos seus pares, em todas as situações que tenham de enfrentar na vida, bem como a formação dos pais, professores, líderes religiosos e tradicionais, e dos educadores sobre competências de apoio. Devem ser criados centros de informação que serão geridos por e para jovens.

O Papel da Juventude na Promoção dos Direitos Humanos:

25. Que a educação dos direitos humanos seja reconhecida como um direito humano básico. Este direito inclui o acesso e a troca de informações sobre direitos cívicos, culturais, económicos, políticos e sociais universalmente aceites, assim como sobre as respectivas violações. Tem por objetivo a defesa da implementação dos direitos humanos básicos. TODOS Os jovens devem estar envolvidos na educação para os direitos humanos como receptores e fornecedores-chave.

26. As instituições, incluindo os governos, o sistema das Nações Unidas, as organizações intergovernamentais e as autoridades educativas responsáveis pela educação dos direitos humanos na comunidade, a nível nacional, regional e internacional, devem assegurar um meio ambiente que favoreça o envolvimento dos jovens na educação sobre direitos humanos. Isto inclui a oportunidade para uma participação ativa das organizações de jovens no processo de tomada de decisões, na implementação, assim como nos procedimentos já existentes de supervisão e informação para a educação em direitos humanos.

27. Que as organizações da juventude se comprometam a desenvolver e implementar estratégias eficazes sobre a educação em direitos humanos. Recomendamos que seja designado em cada organização da juventude um ponto fulcral dos direitos humanos. Deve ser criada uma parceria entre o sistema das Nações Unidas e esses pontos fulcrais, dentro do quadro estrutural da Década da Educação para os Direitos Humanos das Nações Unidas (1995-2004). As metodologias da educação para os direitos humanos devem ter em conta a necessidade de uma sensibilização cultural e devem incluir a criação de grupos de promoção, o estabelecimento de canais e a troca das experiências positivas, da formação de capacidades e da preparação de materiais nas línguas locais.

Carta dos Direitos da Juventude e Relator Especial sobre Direitos da Juventude:

28. Que a Unidade da Juventude das Nações Unidas publique e ajude as ONG juvenis a divulgar a nível internacional, regional, nacional e local um compêndio sobre os direitos da juventude, composto pela recolha dos direitos existentes que dizem respeito aos jovens, já incluídos nas resoluções adotadas pela Assembléia Geral e nos documentos das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, incluindo conferências nacionais das Nações Unidas, tais como as conferências do Cairo, de Copenhague, de Viena e de Pequim. O referido compêndio deve ser publicado numa edição amigável da juventude e estar disponível e ser acessível a todos os jovens do mundo.

29. O Relator Especial das Nações Unidas sobre os Direitos da Juventude deve ser nomeado pelo Secretário Geral das Nações Unidas antes do fim de 1999, tendo como base as indicações resultantes de consultas regionais das ONG a efetuar em Agosto de 1999. O/A Relator/a deve ser mandatado por três anos (com possibilidade de renovação até três mandatos). O/A Relator/a deve ser um perito independente jovem (que não tenha mais de 35 anos de idade à data da nomeação e da renovação do mandato), com experiência em temas relacionados com os direitos humanos, recentemente e diretamente envolvido em organizações da juventude. Devem ser feitos esforços no sentido de evitar discriminação nas nomeações, assegurando assim, em termos de futuro, oportunidades justas e iguais no acesso ao cargo. O/A Relator/a deve entregar um relatório anual ao Secretário Geral das Nações Unidas e aos outros órgãos relevantes, incluindo recomendações para uma melhor implementação dos direitos dos jovens. O/A Relator/a deve ser apoiado ativamente pelas estruturas das Nações Unidas.

30. Exortamos o Secretário Geral das Nações Unidas a tomar, com a ajuda das agências especializadas, das organizações regionais importantes e das ONG juvenis, a iniciativa de organizar um acontecimento ad hoc sobre os Direitos Humanos, no sentido de unir os representantes dos Estados e de todas as ONG juvenis nacionais, regionais e internacionais interessadas. Este acontecimento Mundial (quer seja uma sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas quer seja uma Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Direitos da Juventude) deve ser preparado a nível nacional e regional, através de uma campanha que promova o maior envolvimento possível dos jovens. O acontecimento ad hoc sobre Os Direitos Humanos deve analisar questões tendentes a melhorar a situação dos Direitos Humanos dos jovens sujeitos a sanções, embargos e injustiças no local de trabalho.



ESTRATÉGIA DE DAKAR

Estratégia de Dakar para o empoderamento da Juventude

1. Nós, os jovens que participamos da quarta sessão do Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, sediado pelo governo do Senegal em cooperação com as Nações Unidas, reunidos em Dakar de 6 a 10 de agosto de 2001:

2. Enfatizamos que este documento se destina a fortalecer, e não substituir, o Plano de Ação de Braga para a Juventude, desenvolvido na terceira sessão do Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, realizado em Braga, Portugal, 1998. Desse modo, reapresentamos o Plano de Braga aos Estados-membros das Nações Unidas e exigimos que ele seja adotado junto com a Estratégia de Dakar para o Apoderamento da Juventude na Assembléia Geral.

3. Reconhecemos os esforços feitos pelos governos e pelas Nações Unidas para adotar e efetivamente implementar as provisões do Programa Mundial de Ação para a Juventude até o Ano 2000 e Adiante, adotado pela Assembléia Geral em 1996, e a Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas para a Juventude, adotada pela Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, realizada em Lisboa de 8 a 12 de agosto de 1998

4. Saudamos a oportunidade dada aos jovens de ter voz na próxima Sessão Especial sobre Infância da Assembléia Geral das Nações Unidas, e também pedimos à sessão bianual sobre Juventude da Assembléia Geral que endosse as recomendações contidas nesta Estratégia de Dakar para o Apoderamento da Juventude.

5. Estamos muito preocupados com a contínua deterioração da situação da juventude em todo o mundo,

que enfrenta níveis crescentes de desemprego, pobreza, conflito armado, doenças epidêmicas, analfabetismo funcional e abuso de drogas, entre outros desafios sociais e econômicos, apesar dos progressos globais feitos em tecnologia, desenvolvimento empresarial, pesquisa médica, lazer e instalações recreacionais.

6. Temos consciência de que mais de um bilhão da população mundial vive na pobreza, encarando diariamente condições inaceitáveis de fome e desnutrição, doença, falta de moradia, meio ambiente perigoso e exclusão social, e que a maioria dessa população consiste de jovens, três quartos deles vivendo em áreas rurais. Consideramos que o ciclo de endividamento dos países em desenvolvimento é uma das causas principais da fome e da pobreza e observamos com pesar que o perdão da dívida não está sendo implementado com a conveniência e a urgência necessárias.

7. Reconhecemos que apesar dos progressos feitos na educação básica, persiste a desigualdade baseada em condições sociais e econômicas, sexo e deficiências, deixando milhões de crianças e jovens fora da escola. Julgamos que a qualidade da educação básica precisa de uma melhora substancial e que deveria incluir capacitação para a sobrevivência e as novas tecnologias da informação.

8. Reconhecemos que a juventude continua a enfrentar graves questões de saúde, em particular a pandemia de HIV/AIDS, que é o maior desafio para a nossa geração. Exortamos os governos a implementar a Declaração sobre AIDS da Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas e estimulamos todos os gestores de portfólios a levar a cabo as responsabilidades articuladas no anexo sobre HIV/AIDS da



Estratégia de Dakar para o Apoderamento da Juventude. Além disso, reconhecemos que a juventude continua a perder vidas para infecções respiratórias agudas, para doenças evitáveis pela vacinação e para a desnutrição. Esses riscos continuam resultando em perda de vidas em grande escala. A violência e o suicídio são também fatores crescentes de mortalidade da juventude. Reconhecemos também que o acesso a serviços de saúde de qualidade e amigáveis para crianças e jovens, bem como a educação sobre saúde, ainda são questões que precisam ser enfrentadas com seriedade.

9. Estamos conscientes da necessidade de ação agora para promover o desenvolvimento sustentável e a conservação e proteção do meio ambiente para o benefício das gerações futuras, apoiado no consumo responsável e sustentável dos recursos mundiais pelas nações, comunidades e indivíduos. Pedimos uma ação renovada para implementar as provisões da Agenda 21 e da Agenda Habitat.

10. Observamos que as mulheres, em particular as jovens e meninas, são as mais vulneráveis e mais afetadas pelos problemas sociais e econômicos e pelos períodos de conflito armado, e que seu status de parceiras iguais no desenvolvimento e apoderamento da juventude é essencial para a superação dos desequilíbrios sociais que continuam a prevalecer.

11. Estamos muito preocupados com a preponderância das violações dos direitos humanos dos jovens, tais como trabalho infantil, tráfico e exploração sexual, crianças e jovens em conflitos armados e vivendo em países sob ocupação, e a exclusão de crianças e jovens infectados e afetados pela AIDS, inclusive seus órfãos.

12. Estamos muito preocupados com o fato de que 66 milhões de jovens estejam desempregados em todo o mundo, o que representa mais de 40 por cento do desemprego global, e que centenas de milhões trabalham menos horas do que desejam, e que ainda outros trabalham horas demais na economia informal, com pouco ganho e nenhuma proteção social.

13. Estamos convencidos da importância de oferecer aos jovens os recursos e o ambiente apropriado para enfrentar os desafios pessoais e sociais que os cercam.

14. Observamos que há muito por fazer para promover a integração social e exortamos os governos a implementar as resoluções adotadas na Cúpula Social de Copenhague, bem como na Cúpula Copenhague +5. Entre os jovens que correm o risco de marginalização estão: jovens de ambos os sexos com deficiências, jovens indígenas, jovens de minorias étnicas e culturais, jovens afetados pela violência, inclusive aquela baseada em gênero e abusos de drogas, soldados infantis, refugiados e migrantes e infratores juvenis.

15. Exortamos os futuros Fóruns Mundiais da Juventude a dar o exemplo e remover as causas da marginalização, proporcionado acesso a serviços para jovens com deficiências.

16. Decidimos dedicar esta sessão do Fórum Mundial da Juventude à identificação e à defesa das iniciativas que dão poder aos jovens para ter controle maior sobre seus destinos individuais e coletivos e sobre sua capacidade de contribuir efetivamente para o progresso da comunidade global

17. Por fim, exortamos os governos, o Sistema das Nações Unidas e as organizações da sociedade civil a apoiar os jovens em seus esforços para obter recursos para programas amplos e compreensivo de apoderamento da juventude.

Na busca desses objetivos, identificamos as seguintes estratégias de apoderamento da juventude:

Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

18. A fim de garantir o acesso universal à educação primária, secundária e superior, tal como formulado no Plano de Ação de Braga para a Juventude e no Fórum Educação para Todos de Dakar (abril de 2001), recomendamos às Nações Unidas e aos organismos intergovernamentais envolvidos e políticas para a juventude e governos:

a) Um aumento do apoio técnico, tecnológico, material e financeiro por meio da criação de um fundo de Educação e TIC que promova a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, redes nacionais, regionais e internacionais, parcerias entre governo e setor privado em centros de treinamento de TIC, e apoio a serviços voluntários específicos para a juventude em educação e TIC, formal e informal;

b) a criação de educação pelos iguais e de programas de intercâmbio e políticas para estimular e melhorar o uso equitativo, livre e fácil de TIC em áreas subdesenvolvidas rurais, urbanas e remotas;

c) o estabelecimento de escolas vocacionais no nível da comunidade, a criação de Internet-café, centros de ensino à distância, treinamento de instrutores e o desenvolvimento de programas de retreinamento;

d) a intensificação dos meios de comunicação de massa e rádios interconectadas, televisão e Internet existentes para a melhoria dos processos educacionais.

19. A fim de mobilizar recursos e garantir um acesso universal e equitativo à educação em todo o mundo, a juventude precisa se engajar na defesa de políticas que:

a) Melhorem a qualidade e o acesso à educação e às



TIC por intermédio da priorização da educação e das tecnologias de informação e comunicação e da isenção de impostos sobre materiais dessas tecnologias destinados ao uso gratuito da comunidade;

b) Criem parcerias entre o governo e setor privado, cooperação global e estratégias regionais para promover as TIC em educação;

c) aumentem as verbas para educação e TIC nos respectivos orçamentos nacionais, expressas em porcentagens do PIB;

d) eliminem taxas escolares e sustentem as crianças por meio de bolsas a fim de garantir que elas não abandonem a escola para trabalhar;

e) Estimulem a cooperação entre organizações não-governamentais e as Nações Unidas;

f) implementem o alívio da dívida bilateral e multilateral para uma melhor e mais ampla implementação de programas de TIC;

g) reduzam os preços do material e do treinamento de TIC;

h) estimulem a produção local de conteúdo de educação e de TIC e o acesso a esses conteúdos;

i) cuidem das necessidades especiais de grupos vulneráveis e marginalizados.

20. Com o objetivo de dar poder aos jovens e diminuir a divisão digital, é necessário que os jovens compreendam as tecnologias de informação e comunicação. As TIC devem ser usadas como meio para a disseminação e informação sobre questões importantes como a prevenção e a desestigmatização de HIV/AIDS, a higiene pessoal e a manutenção de condições sanitárias, problemas ambientais e questões de natureza cultural e social que têm um impacto prático na vida cotidiana dos jovens.

Emprego

21. Reconhecendo a necessidade urgente de criar empregos decentes para os jovens, vemos com satisfação as recomendações do Painel de Alto Nível sobre Emprego Juvenil da Secretaria Geral e, em particular, a exortação aos governos nacionais para que desenvolvam dentro do período de um ano pesquisas nacionais e planos de ação com respeito ao emprego para a juventude e que garantam um forte envolvimento dos jovens nesse processo. Esses planos de ação devem levar em conta as recomendações do Fórum Mundial da Juventude, bem como uma análise das dimensões

internacionais do emprego, tal como foi recomendado pela 24.^a sessão especial da Assembleia Geral, intitulada “World Summit for Social Development and beyond: Achieving Social Development for All in a Globalizing World.” (Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social e adiante: Realizando o Desenvolvimento Social para Todos em um Mundo em Processo de Globalização).

22. Reconhecemos que há jovens demais sem a educação e o treinamento necessários para bons empregos produtivos, há muito poucos empregos e há empregos improdutivos demais com baixa remuneração e segurança. Em vista disso, exigimos:

a) Um aumento do investimento em treinamento de aptidões relevantes, com ênfase no treinamento apropriado para o mercado de trabalho e o setor informal, entre outras coisas, e com uma maior colaboração entre os empregadores e quem oferece treinamento;

b) promoção mais eficaz da iniciativa empresarial entre jovens de ambos os sexos por meio do oferecimento de melhores informações sobre oportunidades de mercado, qualificação para os negócios, acesso a capital (crédito e outros serviços), monitoramento por pessoas qualificadas e outros serviços de apoio aos negócios;

c) estabelecimento de um piso social para os jovens por meio da melhoria de suas condições de trabalho, da promoção de seus direitos trabalhistas e do reconhecimento de sua voz e representação no emprego, e a garantia de uma renda mínima que cubra os custos de vida para proteger os trabalhadores pobres, de acordo com a Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (ver também a recomendação 9 do Painel de Alto Nível sobre Emprego Juvenil da Secretaria Geral).

23. É preciso garantir a liberdade de associação e o direito de greve dos trabalhadores jovens. É preciso também impor taxação sobre grandes fluxos financeiros internacionais das empresas multinacionais entre países.

24. Estamos também seriamente preocupados com a acumulação da dívida internacional, em particular dos países em desenvolvimento, que cria um fardo a ser carregado pelos jovens e as gerações futuras. Pedimos a continuação do processo de cancelamento da dívida por credores bilaterais e multilaterais e, nesse contexto, a garantia do desenvolvimento social, questões tratadas substancialmente pelas Estratégias de Redução da Pobreza desenvolvidas pelos Países Altamente Endividados, e também que os jovens de ambos os sexos sejam consultados no desenvolvimento dessas estratégias. Desse modo,



pedimos a alocação de uma porção dos recursos correspondentes da reconversão da dívida dos países em desenvolvimento para fundos a serem co-administrados por jovens, os quais serão usados para integrar melhor mulheres e homens jovens nos mercados de trabalho e em programas de criação de oportunidades de empregos.

25. Um elemento fundamental do apoderamento da juventude é o acesso dos jovens aos órgãos de decisão política nos níveis local, nacional e internacional. Dentro desse quadro, a quarta sessão do Fórum Mundial da Juventude registra o trabalho que está sendo elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para desenvolver uma Agenda Global para o Emprego. Insistimos na forte participação dos jovens no Fórum Global do Emprego, a ser realizado pela OIT em Genebra, em novembro de 2001, para elaborar essa Agenda.

26. A mobilidade e a migração dos trabalhadores para áreas de alto emprego não pode ser proibida ou detida. Ela causa, por exemplo, xenofobia, exploração e uma força de trabalho não-sindicalizada. Deve-se criar uma estrutura legal internacional para conter e administrar essa noção.

Saúde e população

27. Reconhecendo que os jovens devem ter um papel ativo na conceituação, na tomada de decisões, na implementação e na avaliação das políticas de saúde, e que devem se organizar em vários níveis para criar redes efetivas e desenvolver aptidões para mobilizar recursos a fim de implementar as seguintes recomendações;

28. Solicitando aos organismos de governo local, nacional e internacional, às agências do Sistema das Nações Unidas, aos sistemas educacionais e organizações de saúde que apóiem a participação da juventude na criação, implementação e avaliação das políticas e programas pertinentes às questões da saúde dos jovens;

29. Levando em conta que o HIV/AIDS está dizimando nossa geração, que a falta de educação e informação, a estigmatização e os tabus negativos aumentaram a vulnerabilidade da juventude, e que os setores público e privado, os governos nacionais e a comunidade internacional, inclusive organismos como a ONU e todas as ONGs devem agir para deter o HIV/AIDS:

Capacitação

30. Pedir aos governos e ao sistema das Nações Unidas acesso aos recursos nacionais e internacionais a fim de criar programas formais e informais de educação sobre HIV/AIDS, abuso de substâncias, saúde reprodutiva e sexual e saúde mental;

31. Realçar e reconhecer o papel dos pares por meio do reforço das capacidades de intervenção dos jovens, ao mesmo tempo nos níveis técnico, material e financeiro;

32. Afirmar o importante papel que as famílias em todas as formas, os pares e as comunidades desempenham na criação de um ambiente conducente ao desenvolvimento de aptidões que levem a uma vida mais saudável;

Advocacia

33. Permitir que os jovens participem ativamente na conceituação, tomada de decisões, implementação e processo de avaliação para

- criar redes efetivas com foco na juventude;
- a criação, o desenvolvimento e o apoio de assistência de saúde gratuita para todos (inclusive atenção, tratamento e vacinação);

- preparar e disseminar dados estatísticos que ilustrem a situação da saúde dos jovens para ONGs, governos locais e nacionais, organismos internacionais e os próprios jovens;

- demonstrar ao sistema das Nações Unidas, aos governos e ONGs o impacto positivo da participação dos jovens na promoção de comportamentos e práticas mais saudáveis.

34. Os governos devem comprometer-se com a implementação de políticas participativas que garantam:

- acesso gratuito dos jovens a informações sobre saúde, educação, serviços de saúde (em particular, saúde sexual e reprodutiva e saúde mental), a fim de evitar as doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS, gravidez na adolescência, abortos ilegais, abuso de drogas e doença mental;

- implementação de políticas que promovam uma abordagem multi-setorial da saúde que responda melhor às necessidades específicas dos jovens;

- oportunidades e direitos iguais para todas as crianças e jovens, sem distinção de idade, gênero, raça, religião, etnia e situação socioeconômica;



- mobilização de recursos para implementar as recomendações adotadas pela UNGASS (Sessão Especial da Assembleia Geral) sobre HIV/AIDS em 2001, especificamente aquelas que dizem respeito diretamente aos direitos e necessidades dos jovens;

- a consideração da luta contra o HIV/AIDS, abuso de drogas e suicídio como uma prioridade na promoção da saúde dos jovens;

- o combate à mutilação genital feminina e à violência contra as mulheres;

Conscientização

35. Das ONGs, governos locais e nacionais, organismos internacionais e os próprios jovens para:

- apoiar e sustentar atividades de educação pelos próprios jovens baseadas na comunidade e que dão poder aos jovens para aumentar a consciência sobre questões relacionadas com a saúde da juventude [HIV/AIDS, abuso de substâncias, saúde sexual e reprodutiva] nos setores formal e informal, e isso com atenção especial a tabus e crenças socioculturais tradicionais que têm efeitos negativos e crenças socioculturais tradicionais que têm efeitos positivos;

- reconhecer o papel fundamental que os jovens, as famílias, os professores e as comunidades desempenham na conscientização da juventude sobre todas as questões de saúde, inclusive mental, sexual e reprodutiva;

- lembrar que as campanhas de conscientização devem reforçar comportamentos positivos e buscar transformar as práticas negativas de uma forma construtiva e positiva em todos os jovens, inclusive os marginalizados e excluídos.

Fome, pobreza e dívida

36. Com o objetivo de dar poder aos jovens das áreas urbanas e rurais para combater a fome e a pobreza, especialmente da juventude, eles precisam receber os recursos e ter as capacidades necessárias para criar emprego e aumentar a renda para sua própria subsistência sustentável. Deve-se dar prioridade à juventude rural, altamente afetada pela fome e a pobreza, por meio de programas e financiamentos específicos que incluam a provisão de recursos de produção tais como terra, água e sementes, de tecnologias apropriadas e de treinamento em agricultura sustentável, aptidões de sobrevivência e gestão de recursos naturais. As Nações Unidas, os organismos e agências da ONU e as organizações regionais devem fazer esforços decisivos para criar um fundo para o desenvolvimento da

juventude, a ser gerido pela juventude e voltado para a juventude.

37. A educação, o treinamento e a capacitação da juventude são de importância fundamental na provisão de uma estratégia de longo prazo para minimizar os efeitos da fome e erradicar a pobreza. Para combater o analfabetismo, a educação básica gratuita tem de ser acompanhada pela criação de um ambiente que possibilite a acomodação das necessidades dos jovens. Os currículos da educação básica e do treinamento não devem cobrir apenas os aspectos intelectuais do desenvolvimento humano, mas também as habilidades práticas e sociais. Devem-se criar programas especiais fora da escola para os analfabetos. Deve-se investir na capacitação para que os jovens possam responder com eficácia aos problemas globais, tais como mudanças climáticas, degradação do solo, perda de biodiversidade, HIV/AIDS, marginalização crescente de grupos vulneráveis, abismo crescente entre ricos e pobres, instabilidade dos sistemas financeiros internacionais e a predominância do paradigma neoliberal. Os governos, em colaboração com as organizações juvenis, devem projetar, implementar e monitorar políticas que atendam às necessidades dos jovens em termos de educação, treinamento e capacitação. As organizações juvenis devem ser envolvidas nesse processo em todos os níveis.

38. Para lutar efetivamente contra a fome e a pobreza, uma abordagem abrangente precisa envolver todas as partes da sociedade civil, em especial a juventude, no estabelecimento de diretrizes políticas e na sua implementação em áreas de fome, pobreza e dívida em todos os níveis. O cancelamento das dívidas externas não é somente uma pré-condição de qualquer luta eficaz contra a fome e a pobreza: ele também libera fundos para investimento em educação, saúde e juventude. O monitoramento do uso desses fundos e a implementação de estratégias de erradicação da pobreza devem ser monitorados pela sociedade civil e as organizações juvenis. No processo de globalização, cada vez mais decisões são tomadas em nível internacional (por exemplo, pela OMC, pelo FMI e o Banco Mundial), decisões que têm um forte impacto nas políticas nacionais, sem a instalação de qualquer sistema de fiscalização e contrapeso. Os governos e as Nações Unidas devem garantir uma representação plena e ampla da sociedade civil, das organizações juvenis e das nações em desenvolvimento em todos os fóruns de decisão globais e multilaterais. A fim de assegurar um padrão de vida mínimo para todos, os governos devem instalar redes de segurança social e dar assistência social aos jovens necessitados que enfrentam dificuldades fora de seu controle.



Assentamentos humanos e meio ambiente

39. Reconhecendo a necessidade de um envolvimento mais forte dos jovens no sistema das Nações Unidas, deve haver uma cooperação maior entre PNUMA, UNCHS (Habitat) e PNUD para enfrentar de modo adequado o alcance das questões envolvidas. Para começar, o Conselho Consultivo da Juventude do PNUMA e o Jovens para a Rede Internacional Habitat devem se integrar mais. Em consequência dessa cooperação, devem-se preparar planos de ação nacional e relatórios nacionais para a contribuição da juventude à implementação da Agenda Habitat e da Agenda 21. Também devem ser empreendidos o desenvolvimento e a disseminação de uma versão amigável para os jovens da Agenda Habitat. Os Estados-membros também devem cumprir seus compromissos com a Agenda 21 e a Agenda Habitat, incluindo jovens nas delegações oficiais à Rio+10, na Comissão para Assentamentos Humanos, nas reuniões de acompanhamento da Conferência Habitat II e outros encontros importantes em todos os níveis.

40. Reconhecemos o papel potencial de plataformas regionais e nacionais de jovens para monitorar a implementação da Agenda 21 e da Agenda Habitat. Devem-se criar subcomitês nessas plataformas nacionais e nos organismos regionais para monitorar a implementação de agendas globais tais como a Agenda 21 e a Agenda Habitat. A comunicação entre esses subcomitês e os organismos regionais também deve ser estimulada.

41. Reconhecemos a necessidade da capacitação dos jovens em desenvolvimento sustentado a fim de aumentar sua participação. Com essa finalidade, devem existir vários centros de treinamento para a Agenda 21 e a Agenda Habitat. Esses centros devem concentrar-se no treinamento de tutores que retornaram aos seus países, enfatizando a educação pelos pares em questões de desenvolvimento sustentado. Esses centros devem também desenvolver e fornecer métodos de treinamento e materiais multimídia a fim de que os jovens os levem para suas comunidades. Uma maneira de implementar esses centros de treinamento poderia ser o envio de jovens a diferentes Estados-nações por um período extenso (por exemplo, três meses), para efetuar o treinamento. Deverá haver um acompanhamento e monitoramento das sessões de treinamento, e o conhecimento indígena e tradicional também deve ser respeitado no treinamento.

42. Reconhecendo a dívida ecológica do Norte para com o Sul, é preciso utilizar indicadores de desenvolvimento sustentável que meçam adequadamente os serviços

ambientais e que levem em consideração os atuais ecossistemas dos países do Sul e o impacto de seus padrões de consumo sobre o meio-ambiente a fim de desenvolver, de forma integrada, políticas de equidade entre as regiões do mundo. Exigimos também o fim da exportação de resíduos e produtos de consumo poluidores.

Integração social

43. O apoio técnico, humano e financeiro deve concentrar-se na assistência aos jovens marginalizados e vulneráveis para que ele se organizem a fim de tratar de suas necessidades e seus interesses e dar sua contribuição ao progresso social. O treinamento e o acesso às TIC para jovens marginalizados e vulneráveis por intermédio de meios tais como programas de agências e organismos do sistema das Nações Unidas pode então tornar-se, entre outros métodos, uma ferramenta integral para formar redes, desenvolver a consciência de programas e a legislação que beneficia a juventude marginalizada, facilitar os intercâmbios, grupos de pressão e apoio.

44. Os jovens das ONGs juvenis são os melhores agentes para promover a mudança de outros jovens, sendo o voluntariado um instrumento-chave que deve ser fomentado entre as organizações juvenis a fim de que elas tomem a iniciativa no treinamento de jovem para jovem, a fim de estimular, apoiar e facilitar o papel dos jovens marginalizados e vulneráveis na sociedade mais ampla. O sistema das Nações Unidas torna-se uma verdadeira organização em parceria. As parcerias devem desenvolver habilidades em três esferas: econômica, técnica e tomada de decisões conjuntas. As trocas devem ser usadas para desenvolver a capacidade das ONGs juvenis por meio da facilitação do intercâmbio de informações tanto entre elas como com as agências e programas das Nações Unidas. O livre fluxo de pessoas entre nações deve ser facilitado.

45. A advocacia que é significativamente benéfica à participação e integração dos jovens marginalizados e vulneráveis deve ser levada a cabo nos níveis local, nacional e internacional. Fazer conexões com as autoridades no nível local aumenta a capacidade das atividades de causar um efeito na vida dos jovens. Isso deve ser sensível às oportunidades e estratégias do nível local. No nível regional e internacional, promover e assegurar os interesses dos jovens marginalizados e vulneráveis nas plataformas jovens regionais e por representantes da juventude em órgãos de tomada de decisões, tais como a Assembleia Geral. Devem-se fomentar organismos nacionais e regionais para agir e representar as



necessidades dos jovens dentro de um cenário que tenha valores, história e métodos comuns. A advocacia deve também promover oportunidades iguais para jovens marginalizados e vulneráveis por intermédio de meios tais como a educação - formal, não-formal e informal - e emprego (inclusive treinamento), a fim de que eles participem em todos os níveis e aspectos da sociedade. O nível internacional deve ser usado como uma oportunidade para compartilhar métodos e aptidões dentro de um cenário que não tenha preconceitos e seja diversificado o suficiente para dar valor.

46. Compartilhar entre as organizações de jovens marginalizados e vulneráveis as várias maneiras como elas podem colaborar com o sistema das Nações Unidas. Isso deve incluir oportunidades de trabalhar com escritórios de campo e aprender sobre os processos e os critérios exigidos para obter status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e nas agências, fundos e programas especializados do sistema das Nações Unidas. As organizações juvenis devem se organizar para assegurar que os governos adotem e implementem efetivamente as resoluções adotadas durante a cúpula social de Copenhague e sua +5, e assim fortalecer suas políticas e seus programas e integração social, entre eles reabilitação, saúde, educação, entretenimento e programas de treinamento vocacional. As organizações juvenis devem mobilizar os canais da integração social, família, mídia, escolas, ONGs juvenis, grupos religiosos, para promover a conscientização sobre as causas e os custos da exclusão social e promover programas que fomentem a integração social.

Cultura da paz

47. A paz não é somente a ausência de guerra, mas também um estado espiritual, individual ou coletivo, uma harmonia social, cultural, política e econômica. A paz é também um modo de ser, uma maneira de viver. Portanto, para ter uma verdadeira cultura da paz, precisamos desenvolver a justiça, respeitar os direitos humanos, lutar contra a pobreza. Precisamos favorecer o diálogo intercultural, que deve ser entre civilizações, e dar poder às minorias e lutar contra a marginalização e a exclusão. Na qualidade de jovens e tendo em mente o que foi dito, é nosso desafio aumentar nossa influência e deixar claro para nossos governos nossa preocupação com respeito ao diálogo para desenvolver uma cultura da paz. Desse modo, somos a favor das seguintes propostas concretas para apoiar a juventude contra a opressão. Temos de reconhecer os vários obstáculos existentes à concretização de uma verdadeira cultura da paz. Queremos enfatizar os seguintes elementos:

- Conflitos armados e tráfico e circulação de armas;
- A interferência de interesses econômicos e financeiros estrangeiros nos países em desenvolvimento como causa de conflito e exploração;
- Intolerância, analfabetismo e discriminação em todas as áreas.

48. Exortamos os jovens que estão envolvidos nas agências das Nações Unidas a iniciar, de modo bilateral, a resolução de conflitos em todos os níveis. Nossas três recomendações para conseguir isso são:

- Formar uma rede de jovens que possa gerar mecanismos para garantir a participação de representantes da juventude em processos de reconciliação, negociação e pacificação;
- Exigir compensação e justiça nos casos de escravidão, colonização e marginalização, considerados crimes contra a humanidade;
- Criar e sustentar uma cultura da paz nos programas educacionais das escolas de todos os níveis.

49. Exortamos as Nações Unidas e os governos globalmente a pôr em funcionamento mecanismos que impeçam os atos e as intenções de cometer genocídio e que punam com severidade os perpetradores de genocídio.

50. Pedimos a proteção da herança material e não-material de países a restituição de bens culturais espoliados.

51. Exortamos as potências mundiais a investir em projetos de desenvolvimento, em vez de financiar conflitos.

Política para a juventude, participação e direitos

52. O sistema das Nações Unidas deve melhorar sua maneira de se comunicar com as organizações juvenis, garantindo que qualquer reunião ou consulta preencha os critérios de ser acessível, respeitando os canais democráticos e legítimos da juventude existentes, e concedendo implementação e avaliação. Reiteramos o apelo aos governos nacionais para incluir representantes da juventude, selecionados pelos jovens de modo aberto e democrático, em suas delegações à Assembléia Geral das Nações Unidas e a todas as outras reuniões intergovernamentais. A Unidade Jovem das Nações Unidas, com a ajuda das organizações juvenis com experiência nessa área, deve ter o papel de um centro de informações para as organizações juvenis a fim de que possam pressionar seus governos a abrir essas posições de representação aos jovens. Deve haver um aumento da representação juvenil na própria Unidade Jovem, por meio de um sistema de colocação de membros das organizações juvenis, bem como uma elevação do status da Unidade Jovem



dentro do sistema das Nações Unidas para coordenar toda a participação juvenil nesse sistema.

53. Os governos nacionais devem implementar leis de proteção dos direitos humanos, inclusive dos direitos de participação na tomada de decisões, de acesso à educação de qualidade que promova a cidadania responsável, e de acesso à educação sobre direitos humanos. Pedimos proteção internacional para os direitos dos jovens que vivem em países sob ocupação, embargos e guerras. Também exortamos os governos nacionais e as Nações Unidas a promover e disseminar a Convenção sobre os Direitos da Criança, e exigimos que todos os governos demonstrem seu compromisso com a Convenção por meio de sua plena implementação.

54. É preciso proporcionar apoio financeiro, treinamento e instalações em nível local, nacional e internacional a fim de assegurar aos jovens uma participação ativa na tomada de decisões e atividades e programas de desenvolvimento. Recomendamos ainda que os governos criem e implementem programas de capacitação institucional das organizações juvenis. Apoiamos a criação de conselhos da juventude independentes e democráticos em nível local e nacional, bem como plataformas regionais onde não existam. Exortamos os conselhos e as plataformas juvenis existentes a aderir aos princípios acima mencionados. Com o objetivo de enfrentar os desafios dos jovens especificamente dos países em desenvolvimento, as Nações Unidas devem reconsiderar sua definição de jovem e alterar o limite superior de idade para 30 anos.

Mulheres jovens e meninas

55. Estimulamos todos os gestores de portfólios a investir em educação gratuita compulsória em todos os níveis para meninas, adolescentes e mulheres jovens, tanto em ambientes formais como não-formais. É preciso envolver as meninas e mulheres jovens no planejamento, implementação e avaliação de políticas e programas que tenham por alvo a juventude. Exigimos a redução de custo dos contraceptivos e do tratamento da AIDS, e prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis. Pedimos a melhoria do conhecimento, pesquisas e dados, qualitativos e quantitativos, sobre as necessidades das adolescentes e mulheres jovens.

56. Pedimos um aumento na informação e na cobertura da mídia de questões relacionadas com meninas e mulheres jovens nos níveis local e internacional, com a utilização de meios de comunicação tradicionais e modernos. É necessário introduzir habilidades e conhecimentos profissionais

relacionados com a educação sexual, vida familiar e direitos humanos em todos os níveis. Deve-se combater a violência e pedimos a criação de atividades e serviços amigáveis para mulheres jovens e meninas, com a oferta de habilidades de sobrevivência, aconselhamento, abrigos para mulheres jovens em risco. Pedimos um aumento no treinamento para aconselhamento de jovens por jovens, respeitando e enfocando o equilíbrio de gênero. Há também uma grande necessidade de garantir o acesso a atividades de sobrevivência, tais como atividades de geração de renda, treinamento para o gerenciamento de microprojetos etc.

57. É essencial romper os estereótipos na educação, com a conscientização do papel e da contribuição das meninas e mulheres jovens para a sociedade. As organizações juvenis devem exigir que os governos ofereçam incentivos econômicos ou políticas para aumentar a educação das meninas. A imagem positiva das mulheres jovens deve ser realçada com o estímulo para que mulheres jovens com educação em ciências e matemática sejam usadas como modelos e mentores.

Juventude, esportes e atividades de lazer

58. Os esportes, as atividades de lazer tais como práticas esportivas recreacionais, atividades culturais e formas tradicionais de recreação, atividades socio-educacionais e até as diversões pagas permitem que os indivíduos administrem seu tempo livre sem restrições. Até mesmo em situações difíceis, essas atividades dão aos jovens a oportunidade de se divertir, relaxar, jogar, brincar e encontrar enriquecimento cultural. Ademais, os esportes e as atividades de lazer dão aos jovens a possibilidade de se expressarem, de realização pessoal e desenvolvimento como indivíduo e como membro de um grupo. Além disso, os esportes e as atividades de lazer podem aumentar a consciência dos jovens e inspirá-los a contribuir para a melhoria de suas condições de vida por meio do voluntariado. Essas atividades devem estar disponíveis para todos os jovens, sem exclusão baseada em gênero, religião ou condição social. Ela favorece a inclusão social, inclusive de jovens com necessidades especiais.

60. As estruturas e associações de jovens devem receber das organizações das Nações Unidas e de outras auxílio humano, material e econômico, necessários para a realização de diferentes atividades, especialmente aquelas relacionadas com o desenvolvimento de esportes, atividades de tempo de lazer e atividades socioculturais.

61. As Nações Unidas devem estimular as organizações internacionais e as ONGs a trabalhar diretamente nos níveis de base, por meio de associações juvenis, para o



desenvolvimento de esportes, cultura, atividades tradicionais e atividades socioculturais.

62. O sistema das Nações Unidas deve estimular, promover e encontrar meios para reconhecer a participação dos trabalhadores voluntários jovens em diferentes organizações, ONGs e associações juvenis. Além disso, as Nações Unidas devem cuidar da segurança dos voluntários jovens e promover todas as instalações de treinamento, bem como a assistência técnica para o trabalho deles.

63. Encorajamos programas esportivos destinados especialmente às pessoas deficientes e estimulamos a participação de deficientes em atividades esportivas regulares em todos os níveis.

Implementação e monitoramento

64. Devem-se criar mecanismos para o monitoramento e a implementação da Estratégia de Dakar para o apoderamento da Juventude e do Plano de Ação de Braga para a Juventude que incluam: (a) relatórios nacionais de organizações juvenis; (b) relatórios nacionais dos governos; (c) relatório global sobre a juventude, baseado em relatórios nacionais, publicado pelo Secretariado das Nações Unidas.

65. Os Estados-membros devem cumprir seu compromisso com a Agenda 21 (Capítulo 25.9h), incluindo jovens nas delegações oficiais à Assembléia Geral das Nações Unidas e outras reuniões importantes em todos os níveis.

66. Todas as agências das Nações Unidas devem fortalecer e coordenar seus programas para a juventude e desenvolver estratégias para aumentar a participação dos jovens.

67. Os Estados-membros devem dar financiamento real e suficiente às atividades dos jovens contribuindo com quantias significativas para o Fundo da Juventude das Nações Unidas, que deve se tornar mais transparente e responsável perante os beneficiários-alvos.

68. O Secretariado das Nações Unidas deve receber os recursos e o mandato para monitorar a implementação das estratégias de Braga e Dakar, baseado em relatórios anuais dos governos.

69. O sistema das Nações Unidas deve proporcionar suficiente apoio político, financeiro e técnico para outros fóruns mundiais da juventude, baseado num processo amplo, representativo e democrático, com critérios identificados.

Adotado em Dakar, Senegal

10 de agosto de 2001

ANEXO SOBRE HIV/AIDS

Preâmbulo

1. Considerando que o HIV/AIDS representa a maior ameaça à saúde e à segurança de nossa geração;

2. Considerando que mais da metade de todas as mortes causadas por HIV/AIDS ocorrem em jovens com menos de 24 anos;

3. Considerando que o HIV/AIDS foi reconhecido como uma questão crítica em documentos, entre eles o Fórum 2000 de Desenvolvimento da África, o Documento da Reunião da Juventude sobre AIDS da Assembléia Geral das Nações Unidas de 2001, a Declaração da Juventude da Ásia-Pacífico de 2001 e outros;

4. Considerando que o HIV/AIDS vai destruir grande parte de nossa geração na África e é uma força cada vez mais letal na Ásia e no Pacífico, no Caribe, na América do Sul e em comunidades da América do Norte e da Europa;

5. Nós, os jovens do mundo, anexamos este documento à Estratégia de Dakar para o Apoderamento da Juventude em reconhecimento da relevância crucial da crise do HIV/AIDS para todas as questões com que se defrontam os jovens no século XXI.

As responsabilidades dos jovens

6. Nós assumimos a responsabilidade de liderar a luta contra o HIV/AIDS em nossas comunidades e em todo o mundo;

7. Resolvemos praticar e promover a responsabilidade sexual, inclusive por meio do direito de escolher não fazer sexo e, se decidirmos fazê-lo, usar camisinhas;

8. Resolvemos criar e apoiar programas e projetos de prevenção da disseminação de HIV/AIDS, reduzir o estigma e a discriminação relacionados com o HIV/AIDS e apoiar o tratamento, a assistência e o suporte às pessoas que vivem com HIV/AIDS;

9. Resolvemos organizar e apoiar a colaboração Norte-Sul e Sul-Sul para compartilhar as melhores práticas e os melhores recursos entre organizações juvenis que combatem o HIV/AIDS;

10. Resolvemos estimular nossos governos e as instituições internacionais a mobilizar recursos suficientes, vontade política e políticas apropriadas para combater com eficácia o HIV/AIDS, com a participação da juventude;



11. Resolvemos pressionar nossos governos e as instituições globais para que cumpram seus compromissos, tais como delineados na Declaração sobre AIDS da UNGASS 2001.

Responsabilidades do governo e da sociedade civil

12. Exortamos os governos, as instituições internacionais e a sociedade civil a respeitar os direitos humanos da juventude e, em especial, dos jovens afetados e que vivem com o HIV/AIDS;

13. Exortamos os governos, as instituições internacionais e a sociedade civil a remover as barreiras à prevenção, à assistência e ao tratamento efetivos - inclusive leis que reduzem o acesso a medicamentos essenciais, leis que discriminam as pessoas que vivem com HIV/AIDS, leis que impedem a comercialização social e a distribuição gratuita ou barata de camisinhas e outros materiais de prevenção, e leis que restringem o fluxo de uma educação sexual abrangente para os jovens;

14. Exortamos os governos e a sociedade civil a financiar e sustentar a criação e distribuição de novas tecnologias de combate ao HIV/AIDS, inclusive de novos medicamentos, métodos de contracepção controlados pelas mulheres, entre eles camisinhas femininas e microbicidas, e maneiras culturalmente apropriadas de disseminar as informações sobre a prevenção do HIV/AIDS;

15. Exortamos os governos e as instituições multilaterais a perdoar a dívida bilateral e multilateral dos países menos desenvolvidos, para que mais fundos possam ser usados para enfrentar o HIV/AIDS e outras questões de saúde e educação;

16. E exortamos os países em desenvolvimento e desenvolvidos a aumentar as alocações orçamentárias para o HIV/AIDS até um nível adequado ao escopo da crise, e elevar as contribuições ao Fundo Global para AIDS e Saúde até ou acima do nível pedido pela Secretaria Geral das Nações Unidas.



AGENDA JOVEM

Agenda Jovem - 2002

Nós, representantes de organizações e movimentos políticos e sociais de e para a juventude de todo o Brasil, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, durante os dias 8 e 9 de junho de 2002, com o objetivo de traçar uma agenda mínima consensual entre as juventudes e especialistas presentes no seminário “Agenda Jovem 2002”, comprometemo-nos a acolher em nossas lutas e atividades futuras os resultados da discussão delineada neste fórum:

1. A “Agenda Jovem 2002” - à luz das Declarações de Braga e Lisboa (de 1998), da Carta de Brasília (1998), da Reunião de Salvador (2001) e da Estratégia de Dakar (2001) - foi elaborada identificando pontos comuns de ação e considerando a inexistência de uma política nacional, construída a partir de fóruns legítimos de juventude, que contemple a diversidade e especificidade dos jovens do nosso País.

2. Congregamo-nos aqui para promover a participação dos jovens no desenvolvimento humano sustentado, convictos de que esta é indispensável ao desenvolvimento brasileiro e da humanidade como um todo.

3. Cremos que os jovens não devem aguardar mais, e estamos plenos de esperança e empenho na construção de uma grande nação e de uma sociedade justa e igualitária.

4. Estamos convictos de que os atores jovens e suas organizações, em parceria com o poder público em todos os níveis, somados ao envolvimento de toda a sociedade civil, terão a oportunidade de ajudar a construir em nosso País uma política de Estado e, assim, contribuir de fato na construção de um futuro melhor para todos.

5. Os jovens sofrem com a injustiça e com a exclusão social resultantes, sobretudo, das enormes iniquidades na distribuição dos rendimentos, da riqueza e do poder que dominam o mundo de hoje. Ainda persiste uma enorme distância - cada vez maior - entre ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres; pois o comércio, acordos e relações, no tocante ao investimento e à distribuição, continuam injustos.

6. Alertamos que nossa geração vem sendo penalizada com a crise financeira e de endividamento - como resultado recessivo dos programas de ajustes - e sentimos as consequências dos cortes que os governos têm realizado nas despesas e investimentos sociais.

7. Apesar dos progressos globais nas mais diversas áreas do conhecimento, estamos muito preocupados com a falta de perspectivas da juventude em todo o mundo e, em especial, em nosso País, pois enfrentamos ainda altos níveis de desemprego, pobreza, violência nas periferias das grandes cidades, doenças epidêmicas, analfabetismo funcional e abuso de drogas; entre outros desafios sociais e econômicos.

8. Muito embora tenha havido a ampliação do acesso à educação básica, as questões que se colocam como merecedoras de ações direcionadas são: a recorrente exclusão de crianças, adolescentes e jovens do sistema de ensino, face às condições sociais, econômicas, geográficas e/ou étnicas destes; e a insipiência da formação alcançada pelos que estão inseridos na educação formal.

9. A juventude continua a enfrentar graves questões de saúde, em particular a pandemia de DST/AIDS, que é um



dos maiores desafios para a nossa geração. A violência, principalmente o homicídio, é também um fator crescente de mortalidade da juventude. Identificamos que o acesso a serviços de saúde de qualidade para crianças e jovens, bem como a educação sobre saúde, ainda são questões que precisam ser enfrentadas com seriedade.

10. Observamos que as mulheres, em particular as adolescentes, são as mais vulneráveis e mais afetadas pelos problemas sociais e econômicos; e que seu status de parceiras iguais no desenvolvimento e apoderamento da juventude é essencial para a superação dos desequilíbrios sociais que continuam a prevalecer.

11. Reconhecemos que o racismo no Brasil, praticado de forma velada, gera um agravamento significativo em todos os outros problemas sociais, atingindo prioritariamente jovens pertencentes aos grupos étnicos menos representados econômica e politicamente no país.

12. Ressaltamos as dificuldades e o desamparo do jovem rural, que necessita de atenção diferenciada, dadas as dificuldades específicas com que convive: falta de formação, falta de informação e ausência de oportunidades reais de alternativas produtivas.

13. A preocupação é latente com os indicadores de desemprego na juventude, com o aumento do número de crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular e com a falta de políticas efetivas de geração de renda que possibilitem a construção de novos projetos de vida dos jovens e de suas famílias.

14. A juventude acredita que podem ser encontradas soluções reais, eficientes e eficazes para estes problemas, por meio da ampliação da participação democrática da sociedade, em especial dos jovens; bem como pela criação de novas parcerias em todos os níveis e entre todas as partes envolvidas.

15. Os jovens podem e devem ter condições de participar da busca de soluções dos problemas locais, nacionais e mundiais. Por todo Brasil e pelo mundo, os jovens e as organizações de juventude mostram que não são obstáculos, e sim recursos valiosos para o desenvolvimento da sociedade.

16. Os jovens não querem ser considerados “o futuro do Brasil”, mas “o presente de nossa sociedade”. Para isso, exigem condições básicas para participar e construir a liderança democrática, e a sociedade civil brasileira: o capital político, social e econômico de nossa sociedade para o Século XXI.

17. A partir da “Agenda Jovem 2002” a juventude dará mais um passo em direção a um novo paradigma de relacionamento entre as organizações e movimentos de

juventude e os governos em nosso País.

18. Este marco visa ser um ponto de partida para “as juventudes” brasileiras, buscando possibilitar aos jovens e suas organizações um instrumento de articulação e luta coletiva, visando a efetiva participação da juventude no desenvolvimento de nossa sociedade.

19. Ressaltamos a importância da atuação da sociedade civil organizada, por meio da implementação de políticas específicas para os jovens no que tange ao combate do uso indiscriminado de drogas, uso este que os exclui da vida social e econômica e impossibilita o seu desenvolvimento pessoal e social.

20. Os jovens brasileiros precisam deixar de ser considerados um problema. Acreditamos que precisam ser assumidos como parte imprescindível da solução dos impasses e dificuldades que há tanto nos desafiam. É preciso reiterar que, mais que depositários dos conhecimentos, valores e atitudes que nos são repassados por outras gerações, devemos ser vistos como fonte de iniciativa, de liberdade e de compromisso com a construção do Brasil que queremos.

A participação da juventude no desenvolvimento exige que:

A. Efetive-se a criação de um órgão executivo de referência, gestor de políticas públicas de juventude, em nível federal, juntamente com um órgão de representação e participação das juventudes através de suas entidades, movimentos e lideranças;

B. O Governo e o setor privado invistam recursos necessários para dar realização a todo o potencial da juventude, tornando-nos parceiros integrais, aliados estratégicos e ativos do processo de desenvolvimento;

C. Os jovens sejam reconhecidos não só como futuros dirigentes, mas como atores da sociedade contemporânea com uma participação direta no processo de desenvolvimento;

D. Os jovens de ambos os sexos tenham condições de participação em termos de igualdade: a discriminação sexual é um obstáculo a ser ultrapassado, e a emancipação da mulher é um pré-requisito indispensável ao desenvolvimento;

E. Todos os jovens tenham a possibilidade de participar como atores e também como beneficiários do desenvolvimento. Temos a convicção que o desemprego, o analfabetismo e todas as formas de discriminação contra os jovens, bem como outras formas de exclusão social, são ameaças ao desenvolvimento;

F. A justiça entre as gerações presente e futura seja reconhecida como base fundamental para um



desenvolvimento sustentado: os jovens devem participar nas decisões tomadas sobre os recursos do amanhã;

G. Os jovens participem das decisões em todos os níveis, colaborando efetivamente na produção, nos meios de comunicação de massa, das decisões políticas em todo os níveis, econômica, cultural e social;

H. Sejam elaboradas políticas públicas específicas para atenuar os problemas decorrentes do racismo no Brasil;

I. No meio rural sejam implantados planos de capacitação e qualificação para o jovem, bem como linhas de crédito específicas para as demandas deste público.

J. As questões da juventude não sejam tratadas isoladamente, mas dentro das estratégias governamentais de desenvolvimento, explicitadas nos Planos Plurianuais, e no Orçamento, em harmonia com todas as decisões políticas;

Consideramos fundamental a continuidade dos trabalhos da “Agenda jovem 2002”, através da realização de contínuos e sucessivos seminários temáticos, com o objetivo de aprofundar os debates iniciados nos grupos de trabalho iniciados neste evento; e apontamos a realização de um fórum “Agenda Jovem” como canalizador do processo construído nos seminários temáticos.

Por fim, conclamamos agora todos os jovens, os governos, a imprensa e todos os segmentos da sociedade civil para trabalhar ao nosso lado, a fim de concretizarmos estes compromissos em defesa dessas iniciativas que visam a igualdade de oportunidades às juventudes; para que possamos ter maior controle sobre nossos destinos individuais e coletivos e, sobretudo, capacidade de contribuir efetivamente para o progresso de nossa sociedade.



